



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Projeto Pedagógico de Curso LETRAS - PORTUGUÊS
Licenciatura a Distância

Atualização julho 2022

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS
PORTUGUÊS - EaD**

Reitor: Roberlaine Ribeiro Jorge

Vice-Reitor: Marcus Vinicius Morini Querol

Pró-Reitora de Graduação: Shirley Grazieli da Silva Nascimento

Pró-Reitor Adjunto de Graduação: Cesar Flaubiano da Cruz Cristaldo

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Fábio Gallas Leivas

Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Chariston André Dal Belo

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Paulo Rodinei Soares Lopes

Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura: Franck Maciel Peçanha

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Carlos Aurélio Dili Gonçalves

**Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis e Comunitários: Bruno dos Santos
Lindemayer**

Pró-Reitor de Administração: Fernando Munhoz da Silveira

Pró-Reitora de Planejamento e Infraestrutura: Viviane Kanitz Gentil

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Infraestrutura: Fabiano Zanini Sobrosa

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Edward Frederico Castro Pessano

Procurador Educacional Institucional: Michel Rodrigues Iserhardt

Diretora do Campus: Silvana Maria Gritti

Coordenador Acadêmico Substituto: Lúcio Jorge Hammes

Coordenadora Administrativa: Tatiane Marques de Oliveira

Coordenador do Curso: Maurício Aires Vieira

Coordenadora Substituta: Denise Aparecida Moser

Coordenador dos Polos Uab: Isaphi Marlene Jardim Alvarez

**Núcleo Docente Estruturante: Maurício Aires Vieira, Denise Aparecida Moser, Suzana
Schwartz, Lúcio Jorge Hammes, Isaphi Marlene Jardim Alvarez**

**Autores da revisão deste PPC: Maurício Aires Vieira, Denise Aparecida Moser, Suzana
Schwartz, Maria do Socorro de Almeida Faria Marques, Sátira Pereira Machado,
Isaphi Marlene Jardim Alvarez**

Colaboradores: Discentes Nathália Pinheiro Martins e Cristian Oliveira Benites

Comissão de Curso¹

Dr. Maurício Aires Vieira - atual coordenador

Dr.^a Denise Aparecida Moser – atual coordenadora substituta

Dr.^a Suzana Schwartz – atual presidente do NDE

Dr.^a Isaphi Marlene Jardim Alvarez – atual coordenadora de polos UAB

Dr.^a Maria do Socorro de Almeida Farias Marques

Dr. Lúcio Jorge Hammes – atual Coordenador Acadêmico em exercício

Ms. Marcio Aurelio Friedrich

Dr.^a Aden Rodrigues Pereira

Dra. Adriana Gustavo Cardoso

Dr. Alan Ricardo Costa

Ms. Alexander Severo Córdoba

Dr.^a Aline Neuschrack

Dr.^a Aline Souza da Luz

Dr.^a Amanda Meincke Melo

M.^a Ana Cristina do Amaral Lovato

Dr.^a Ana Lúcia Montano Boéssio

M.^a Analva Aparecida Andrade Lucas Passos

M.^a Barbara Regina Gonçalves Vaz

Dr.^a Cadidja Coutinho

Dr.^a Camila Gonçalves do Santos do Canto

Dr. Carlos Giovanni Castillo

Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Dr.^a Clara Zeni Camargo Dornelles

Dr.^a Cláudia Camerini Corrêa Pérez

Dr. Cristiano Galafassi

Dr.^a Cristina Cardoso

Dr.^a Cristina dos Santos Lovato

M.^a Daiane Monique Pagani Lopes

Dr.^a Emanuele Coimbra Padilha

Dr. Erico Amaral

Dr.^a Fabiane Flores Penteado Galafassi

Dr.^a Fabiane Lazzaris

Dr.^a Gabriella Cristina Vaz Camargo

Dr.^a Ida Maria Morales Marins

¹ Optamos por nominar todos professores/as que ministraram componentes ao longo do curso. É uma justa homenagem a todos/as que contribuíram com nosso projeto tão grandioso de levar nossa universidade a diversas regiões de nosso Estado. Gratidão a todos/as que construíram sonhos e formaram professores e professoras em nossa trajetória.

M.^a Jéssica Vaz de Mattos
Dr.^a Jorama de Quadros Stein
Dr.^a Juliana Brandão Machado
M.^a Karina de Oliveira Lima
Dr.^a Kátia Luisa Seckler
Dr. Kim Amaral Bueno
Dr.^a Leila Bom Camillo
Dr. Leonardo Cardoso Vieira
M.^a Liliane Silveira Bonorino
M.^a Lisiane Inchauspe de Oliveira
Dr. Luís Fernando da Rosa Marozo
M.^a Luisa da Silva Hidalgo
Dr. Luciani Salcedo de Oliveira
Dr.^a Maiane Liana Hatschbach Ourique
Dr. Maicon Quevedo Fontela
Dr. Maurício Perondi
Dr.^a Mirian Cristina Carniato
Dr. Nathan Bastos de Souza
Dr.^a Silvana Maria Aranda
Dr. Vagner Silva da Cunha
Dr.^a Vera Cleusa dos Santos Lima
Dr.^a Vera Lucia Cardoso Medeiros
M.^a Vera Lucia Vargas de Souza Kelling
Dr. Vítor Jochims Schneider
Dr. Walker Douglas Pincerati
Dr.^a Marcela Wanglon Richter
Dr. Vagner Cunha da Silva

Representação dos técnicos-administrativos em educação

Esp. Cláudio Colares Alves

Representações Discentes

Comissão do Curso: Nathália Pinheiro Martins

Contato: nathaliamartins.aluno@unipampa.edu.br

Conselho do Campus Jaguarão: Fabio Tompsen de Lima

Comissão Local de Ensino: Nathália Pinheiro Martins

Comissão Local de Pesquisa: Carlos Alberto da Silva Santos

Comissão Local de Extensão: Cristian Oliveira Benites

Comissão Local de Biblioteca: Juliane Dávila e Paiva

Sumário

IDENTIFICAÇÃO	8
APRESENTAÇÃO	10
CONTEXTUALIZAÇÃO	12
Contextualização da Unipampa	12
Contexto de inserção regional	15
Concepção do Curso	16
Justificativa	22
Histórico do curso.....	26
Apresentação do curso	30
Administração do Campus – Jaguarão, com polos em Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito e Santana do Livramento	30
Funcionamento do curso	34
Formas de Ingresso	36
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	39
Políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão no âmbito do curso.....	39
Política de Ensino.....	39
Políticas de Pesquisa	41
Políticas de Extensão.....	41
Objetivos do curso	42
Perfil do Egresso	43
Campo de atuação profissional.....	43
Habilidades e competências.....	44
Organização curricular	44
Requisitos para integralização curricular.....	44
Matriz Curricular	45
Abordagem dos Temas Transversais	48
Flexibilização curricular.....	51
Prática como Componente Curricular	61

Estágios Obrigatórios e não obrigatórios	62
Trabalho de Conclusão de Curso	63
Metodologias de Ensino.....	64
Interdisciplinaridade	69
Práticas Inovadoras.....	69
Acessibilidade Metodológica	70
Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) nos processos de ensino e de aprendizagem.....	74
Outros recursos didáticos – Equipe Multidisciplinar	76
Avaliação da aprendizagem.....	79
Apoio ao discente.....	81
Gestão do curso a partir do processo de avaliação interna e externa.....	84
Ementário.....	86
1º SEMESTRE.....	87
2º SEMESTRE.....	94
3º SEMESTRE.....	100
4º SEMESTRE.....	107
5º SEMESTRE.....	115
6º SEMESTRE.....	123
7º SEMESTRE.....	130
8º SEMESTRE.....	137
Ementário dos Componentes Complementares de Graduação	142
Gestão	165
Recursos humanos.....	165
Coordenação de Curso.....	165
Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	166
Comissão do Curso.....	166
Tutoria e interfaces - atribuições.....	169
Coordenador de Tutoria ou de Interface	171

Recursos de infraestrutura.....	174
Biblioteca.....	175
Laboratórios.....	176
Referências.....	183
APÊNDICES.....	188

IDENTIFICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO Pampa - UNIPAMPA

Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – Unipampa

Natureza Jurídica: Fundação Federal

Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008

Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016

Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017

Conceito Institucional: 3

Site: www.unipampa.edu.br

REITORIA

Endereço: Av. General Osório, 900

Cidade: Bagé/RS

CEP: 96400-100

Fone: + 55 53 3240-5400

Fax: + 55 53 32415999

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 53

Cidade: Bagé/RS

CEP: 96400-500

Fone: + 55 53 3247-4549 ou 3242-7629 Ramal 2264 (Gabinete)

Fone: + 55 53 3240-5436 (Geral)

E-mail: prograd@unipampa.edu.br

CAMPUS PROPONENTE: JAGUARÃO

Endereço: Rua Conselheiro Diana, s/n

Cidade: Jaguarão/RS

CEP: 96300-000

Telefone: 53 32669400

Fax: 53 32669401

E-mail: jaguarao@unipampa.edu.br

Site: <https://unipampa.edu.br/jaguarao>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Área do conhecimento: Linguística, Letras e Artes

Nome do curso: Licenciatura em Letras – Português EaD

Modalidade: Educação a Distância

Campus: Jaguarão

Polos Institucional: Alegrete, Caçapava do Sul, Jaguarão, Dom Pedrito e Santana do Livramento

Polos UAB: Cacequi, Esteio, Faxinal do Soturno, Hulha Negra, Itaqui, Quaraí, Rosário do Sul e São Sepé

Grau: Licenciatura

Código do Curso: JALPEAD

Código e-MEC: 1214744

Titulação: Licenciado(a) em Letras

Integralização: 8 semestres

Duração Máxima: 16 semestres

Carga horária total: 3.245h

Periodicidade: semestral

Número de vagas: 150 – oferta contínua (conforme portaria de autorização)

Número de vagas polos UAB: 650

Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU), entre outras modalidades de ingresso definidas pela instituição

Data de início do funcionamento do Curso: 06 de fevereiro de 2017

Autorização do curso: Portaria 723, de 16 de novembro de 2016

Página na web do curso: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/llpead/>

Contato: jalp@listas.unipampa.edu.br

Data de início do funcionamento dos polos UAB: 2017

APRESENTAÇÃO

O projeto pedagógico de curso (PPC) é um documento construído coletiva e democraticamente, com o objetivo de orientar o desenvolvimento de um curso de graduação, contendo diretrizes organizacionais, operacionais, detalhando concepções, ideários, a fim de assegurar a qualidade do curso, a adequação às normas da educação nacional, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), articuladas com as finalidades institucionais.

O PPC explicita intencionalidades, objetivos educacionais, profissionais, sociais, políticas, culturais, articuladas com as competências e as habilidades definidas para o perfil do formando, e, considerando a dinamicidade da realidade, da ciência, do conhecimento, sua (re)elaboração demanda atualizações frequentes, pois a produção e a quantidade de informação precisam ser incorporadas no intuito de acompanhar avanços, mudanças, seleção crítica, contextualizada e adequada do conhecimento pertinente (MORIN, 2000).

O curso de Licenciatura em Letras Português, na modalidade a distância, foi planejado para atender uma das metas expressas no Plano Institucional da Universidade de “consolidar o ensino na modalidade Educação a Distância (EaD) na UNIPAMPA” (UNIPAMPA, PI, 2009, p.31), foi ofertado pelo Campus Jaguarão, tendo origem em uma proposição da Comissão Especial *multicampi* (Portaria 1.750, de 28/11/2011). Tal premissa partiu como um curso que revelaria o caráter multicampi da Universidade, em que futuramente, todos campi pudessem se tornar polos institucionais e participar de adesão aos editais da CAPES.

A autorização do curso de Licenciatura em Letras – Português EaD pelo MEC, com o conceito 4 aconteceu em 2015. Com oferta anual de 150 vagas distribuídas, primeiramente, nos três polos Alegrete, Jaguarão (sede) e Santana do Livramento. O período mínimo para a integralização da carga horária é de quatro anos e o máximo oito anos.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unipampa (2018-2023), referendado pela comunidade acadêmica, está expresso que a institucionalização da educação a distância deve estar integrada aos processos de ensino, pesquisa e extensão, e que estes necessitam atender as especificidades da modalidade, tais como aos

[...] processos organizacionais de ingresso; atendimento e acompanhamento administrativo e registro acadêmico adequado aos alunos a distância; [...] organização didático-pedagógica dos cursos; aspectos metodológicos e avaliativos que correspondam à modalidade de ensino; investimento nas TICs institucionais para manter a qualidade de ensino e práticas a distância, capacitação contínua de tutores, professores, servidores e alunos [...] (UNIPAMPA, PDI, 2018-2023, p.53).

Para viabilizar essas demandas, o PDI também sinaliza para a necessidade de considerar a manutenção, a atualização e a expansão da infraestrutura tecnológica, “possibilitando qualificar os cursos presenciais e de EaD, promovendo melhorias na oferta de ambientes virtuais de ensino, maior disponibilização de conteúdo multimídia” (Idem, p.48) para o desenvolvimento e qualificação dos processos de ensino e da aprendizagem institucionais.

A oferta de cursos de formação inicial em EaD contribuem para a democratização do acesso à educação pública, gratuita, de qualidade, ampliando possibilidades, viabilizando que estudantes, que tenham impedimentos para desenvolver cursos de formação profissional na modalidade presencial, possam concretizar sonhos.

Cursos de licenciatura na modalidade EaD em universidades públicas são em número reduzido. O que potencializa a continuidade desta oferta, atualizada com as demandas legais, pedagógicas e específicas para a formação de professores de língua portuguesa, contribuindo e incentivando a criação de outras ofertas nesta modalidade, para incrementar a democratização do acesso a cursos de educação superior inclusivos e de qualidade.

Nesse contexto, procedemos a revisão/atualização deste Projeto Pedagógico do Curso de Letras – EaD. Reconhecendo a dinamicidade da realidade, a incompletude do conhecimento, a quantidade disponível de informação, que encaminha para a necessidade de reaprender a identificar fontes fidedignas. Além destes aspectos, como reflexo dos indicadores ruins da avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem no conjunto das modalidades da educação nacional, a comissão deste curso decidiu repensar, rever prioridades, refletindo criticamente, com base na autoavaliação processual da prática e suas conquistas, da avaliação discente, de sugestões e/ou demandas apontadas por egressos e concluintes, cientes das nossas possibilidades e identificando nossos limites para que possam ser equacionados, procedemos ao processo de reformulação do PPC deste curso de Licenciatura em Letras – Português EaD.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Contextualização da Unipampa

A criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre elas, o direito à educação superior pública e gratuita por parte de grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas.

A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos constituem premissas que sustentam os valores balizadores do fazer desta instituição, a definição de sua missão e seu desejo de vir a ser.

A Universidade tem o papel de promover a produção e o compartilhamento do conhecimento reconstruído através de pesquisa, ensino e extensão. Esse conhecimento contribui para a qualificação e mudança na vida das pessoas, encaminhando alternativas de solução de problemas e demandas sociais. É função da Universidade identificar, compreender, interpretar, analisar e produzir conhecimento científico sobre tais demandas e problemas, inclusive como condição para identificar as possibilidades de intervenção.

O comprometimento da Universidade com a transformação da sociedade é, portanto, processo dialógico e recursivo que, no atendimento de demandas recebidas, modifica o contexto e por ele é modificado. Entretanto, essa Instituição, que busca produzir, reconstruir, divulgar e compartilhar conhecimento, necessita ter clareza de que conhecimento precisa ser aplicado também nela mesma, pois “[...] críticas e questionamentos externos nos fazem falta, mas, sobretudo, o que faz falta é um questionamento interior” (MORIN, 2007, p. 23).

A UNIPAMPA, por ser uma universidade pública, oportuniza abertura aos mais amplos setores da vida social, assumindo pautar suas ações de forma democrática, em favor de uma sociedade justa e solidária.

A Universidade coloca-se como espaço de diálogo com as diferenças, respeita as especificidades das diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que acredita na possibilidade de inter-relações, colocando o conhecimento a serviço do conjunto da

sociedade.

A concepção de sociedade é a de uma coletividade marcada pela diversidade, pluralidade e pelas diferenças culturais próprias de cada contexto local, sem perder os horizontes globais, e que não pode ser um espaço meramente reprodutivo do saber acumulado pela humanidade, tampouco o acadêmico pode ser tomado como um receptor passivo desse saber.

A relação entre universidade e sociedade, então, precisa se caracterizar pelo diálogo investigativo e crítico, pois a instituição precisa traduzir os desafios de seu tempo e apostar no trabalho colaborativo, fundamentado numa proposição teórico-metodológica capaz de explicitar seus objetivos.

Dessa forma, a Universidade precisa ter presente uma concepção igualmente contemporânea sobre o conhecimento, como se dá sua reconstrução e como se renovam as capacidades cognitivas dos sujeitos envolvidos em seus processos de ensino e de aprendizagem, considerando que o aprender transita em um “[...] vaivém sem fim de desconstrução e reconstrução (BAUMAN, 2007, p. 34)”.

Segundo Morin (2000), “conhecimento só é conhecimento enquanto organização, relacionado com as informações e inserido no contexto dessas” (p. 16). Nesse sentido, a informação é processada em uma tradução subjetiva, uma interpretação que é seguida de uma reconstrução, e esses processos oferecem o risco do erro (Idem, 2000). As informações estão disponíveis em muitos outros lugares que não nas instituições educativas, e a quantidade circulante delas é imensa. Nesse sentido, conhecimento passou a significar também o uso que o sujeito consegue fazer da informação.

A concepção de aprendizagem que perpassa esse plano é a de processo complexo que habilita o sujeito: “a procurar as relações e inter-retro-ações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes (MORIN, 2000, p. 25)”. O currículo reflete intencionalidades, traduzindo-se em projetos de ensino, propostas de extensão e temas de pesquisa balizados por esses compromissos. Percebe a necessidade de respeitar a pluralidade de discursos, adotar entendimentos comuns através do diálogo, tais como o da superação e o da noção de disciplinaridade pelo paradigma da interdisciplinaridade, reconhecendo que o conhecimento de um campo do saber é insuficiente para compreender a realidade complexa.

O advento da Constituição de 1988 contribuiu para desencadear, nas universidades federais, mudanças internas de caráter democrático, bem como na sua concepção, missão e visão,

passando a se perceber a Universidade Pública como uma instância complexa, inerente à sociedade democrática, multicultural, um espaço/tempo adequado para que, através do diálogo com a diversidade, os sujeitos reflitam processual e criticamente sobre a vida, o trabalho, o mundo, encaminhando alternativas de transformações quando a realidade assim o demandar.

MISSÃO

A Unipampa, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e habilitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

VISÃO

A Unipampa busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos participantes na qualificação da vida nas comunidades em que estão inseridos, na região, no país e no mundo.

VALORES

Ética;

Transparência e interesse público;

Democracia;

Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;

Garantia de condições de acessibilidade;

Liberdade de expressão e pluralismo de ideias;

Respeito à diversidade;

Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão;

Educação superior gratuita e de qualidade;

Formação científica sólida e de qualidade;

Exercício da cidadania;

Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico;

Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica;

Desenvolvimento regional e internacionalização;

Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e

Qualidade de vida humana.

Contexto de inserção regional

A UNIPAMPA busca exercer seu compromisso com o seu entorno através de atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa científica e tecnológica, de extensão e assistência às comunidades. Para que tais atividades ganhem efetividade e relevância, a Universidade planeja suas ações com base em diagnósticos da realidade que contribuem para evidenciar limites, possibilidades, demandas da comunidade e, em alguns casos, emergências pontuais.

A região em que a UNIPAMPA está inserida e já ocupou posição de destaque na economia gaúcha. Ao longo da história, porém, sofreu processo gradativo de perda de posição relativa no conjunto do estado. Em termos demográficos, registrou acentuado declínio populacional. Sua participação na produção industrial foi igualmente decrescente. A distância geográfica, o limite na logística de distribuição e as dificuldades de agregação de valor à matéria-prima produzida regionalmente colaboram para essa realidade econômica, que impõe grandes desafios para mudar.

A região apresenta vários fatores que indicam potencialidades para a diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e a ampliação do porto de Rio Grande; a abundância de solo de boa qualidade; os exemplos de excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa.

Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, alta capacidade de armazenagem, turismo, entre outros.

A UNIPAMPA deseja contribuir nas potencialidades regionais e na superação de possíveis limites identificados por estudos e/ou através das demandas da comunidade. Sendo assim, oferece cursos, desenvolve estudos, bem como atividades de extensão que estejam articulados com os anseios da região na qual está inserida, focada em desempenhar adequadamente o papel social da universidade, desenvolvendo estratégias de participação, visando à constituição de espaços permanentes de diálogo voltados para o desenvolvimento regional, contribuindo assim para qualificar a vida das pessoas.

As funções sociais da universidade são plurais, entre elas estão a produção, a reconstrução, o compartilhamento de conhecimento cientificamente reconstruído, e, especialmente, o (re) pensar, ressignificar constantemente a si mesma, refletindo criticamente e avaliando

processualmente seu espaço de atuação, ciente de que o mundo muda, as demandas, as concepções, a pesquisa, o ensino, a aprendizagem também.

Para tal, a instituição precisa apostar no trabalho colaborativo, com base no conhecimento cientificamente reconstruído, definindo metas coerentes com a sua missão, a sua visão, justificando ações, escolhendo/reconstruindo caminhos, avaliando as adequações, reformulando seu planejamento quando necessário for.

A UNIPAMPA, sendo uma universidade pública, oportuniza acesso aos mais amplos setores da sociedade, pautando suas ações de forma democrática, em favor de uma sociedade justa e solidária. Esse curso, desenvolvido, na modalidade EaD, contribui mais ainda para a inclusão social, o acesso à continuidade dos estudos, por meio de percursos formativos flexíveis e diversificados, e materializando o verdadeiro sentido da multicampia, num curso que chega em diversos polos/municípios e campus, oportunizando acesso democrático e de qualidade a todos que o dele necessitam e/ou buscam para internalizar conhecimento.

A Universidade coloca-se como espaço de diálogo com as diferenças, respeita as especificidades das diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que acredita na possibilidade de articulações, percebendo o conhecimento e a diversidade como instrumentos produtivos para qualificar a vida em seus contextos de inserção, caracterizando um princípio recursivo, enquanto o ser humano aprende, se (auto) forma, se instrumentaliza para concretizar uma vida melhor, o contexto social no qual ele está inserido melhora, melhorando a qualidade da existência da comunidade.

Como instituição social, a Universidade, está ciente do seu compromisso ético, plural e diverso. A concepção curricular - que reflete escolhas e intencionalidades - se traduz em seus projetos de cursos, suas propostas de extensão e de pesquisa, balizados por esses compromissos.

Concepção do Curso

A concepção de universidade anunciada, demanda prática pedagógica que dê materialidade aos seus princípios balizadores. A legislação educacional vigente, em especial a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), assim como a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se articulam e embasam a concepção pedagógica deste PPC.

De acordo com os referenciais de qualidade para educação superior a distância² os cursos propostos nesta modalidade podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens, recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso, o contexto de inserção são elementos que irão definir sobre as necessidades tecnológicas, as escolhas metodológicas, bem como a definição dos momentos presenciais obrigatórios, previstos em lei, quando for o caso, tutorias presenciais nos polos descentralizados de apoio presencial, de tutores a distância, de interfaces Ead e outras estratégias.

Apesar da possibilidade de diferentes modos de organização, um ponto deve ser comum a todos aqueles que desenvolvem projetos nessa modalidade: é a compreensão de educação como fundamento primeiro, antes de se pensar no seu modo de organização, neste caso, a distância. Definimos educação como processo de aprendizagem, de realização do potencial intelectual, emocional, físico, espiritual, estético. Incluindo o compartilhamento democrático e a reconstrução do conhecimento cientificamente construído ao longo do tempo, das tradições, da cultura para as novas gerações, oportunizando aprendizagens significativas e úteis.

O conceito se complementa com a especificação do conceito de ‘educação a distância’, que se refere a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem acontece por meio da utilização de tecnologias de informação e comunicação, com os participantes, estudantes e professores, planejando, desenvolvendo, avaliando processualmente atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Essa definição está presente no Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que regulamentou o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB)).

O objetivo geral do curso Licenciatura em Letras – Português EaD é voltado para a formação de professores de língua portuguesa para a Educação Básica. Nesse sentido, o artigo 3º da Resolução CNE/CP nº 2 explicita a necessidade de que o curso se encaminhe para o ensino e a aprendizagem das competências gerais docentes em consonância com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, específica, em seu artigo 4º, as competências específicas a serem reconstruídas, sendo que essas se referem a três dimensões da docência, que se integram e se complementam na ação pedagógica: o conhecimento profissional; a prática profissional; e o engajamento profissional.

A referida resolução explicita as competências específicas a cada uma das dimensões, enfatizando que o professor adequadamente instrumentalizado para sua profissão, precisa ter

² Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso 17 mar 22.

acesso as competências e as habilidades relativas ao saber do conteúdo que trabalha e, principalmente, reconstruir conhecimento atualizado sobre a aprendizagem humana e como oportunizar que seus alunos aprendam a pensar criticamente sobre o conteúdo que planejou ensinar.

Para tal, o curso além de oportunizar aprendizagens específicas sobre o objeto de estudo – língua portuguesa – necessita oferecer componentes que contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências específicas do ser professor, o profissional da aprendizagem, percebendo que, ao longo do curso, os professores que nele atuam precisam saber e saber fazer o objetivo da sua profissão: oportunizar que todos os alunos licenciandos aprendam a ser/atuar como professores de língua portuguesa na educação básica.

Nesse sentido, o curso objetiva a reconstrução de conhecimento que contribua para as necessidades da sociedade contemporânea, desenvolvendo a (auto) formação de um professor de língua portuguesa atento ao dinamismo da realidade social e das demandas da linguagem.

As concepções de universidade, conhecimento, ensino, aprendizagem, professor, aluno, mundo, realidade, assim como o atendimento a legislação educacional atualizada, norteiam o Projeto de Pedagógico de Curso (PPC), perpassando as escolhas dos componentes e das propostas curriculares, das práticas pedagógicas, das estratégias didáticas, da gestão democrática.

A materialização coerente destas concepções necessita acontecer no cotidiano das ações, através da participação de seus atores para escolher e/ou redefinir caminhos, sem perder o foco no compromisso da Universidade de contribuir para (auto)formar para a vida sujeitos produtores e produzidos na sua história.

Na elaboração de um PPC, então, há necessidade de explicitar as concepções e pressupostos teóricos que o embasam. Concepções de educação, distância, conhecimento, aprendizagem, ensino, professor, aluno, egresso, avaliação, gestor, formação, dentre outros, precisam ser definidos, pois para concretizar metas precisamos saber de onde partimos, no que/aonde queremos chegar, e com quais intenções. Pois, “[...] como procurarás por algo que nem ao menos sabes o que é? Como determinarás que algo que não conheces é o resultado da tua busca? Colocando de outra forma, mesmo que esbarres nisso, como saberás que o que encontraste é aquilo que procuras?” (PLATÃO, 1956, p.128).

Há necessidade, nesse caso, de se ter clareza em relação ao profissional que desejamos

contribuir para formar, quais os conteúdos/conhecimentos necessários para isso e como eles vão se estruturar ao longo do curso. Neste sentido, para explicitar intencionalidades, iniciamos definindo conceitos. Justificamos essa necessidade pela característica polissêmica das palavras/conceitos. Assim, com o objetivo de contribuir para a compreensão da concepção e das intenções do curso, explicitamos os conceitos básicos que o permeiam.

Sobre o termo formação, concordamos com Morin (2000) que “[...] com suas conotações de moldagem e conformação, tem o defeito de ignorar que a missão do didatismo é encorajar o autodidatismo, despertando, provocando, favorecendo a autonomia do espírito (p.11)”. Por isso, porque desejamos contribuir para (auto) formar sujeitos pensantes/atuantes, utilizamos o termo (auto) formação docente ao longo desse texto. Importante destacar também que a (auto) formação docente vem sendo apontada como um dos principais fatores com potencial determinante para o êxito na qualificação dos processos educacionais (IMBERNON, 2007; DEMO, 2008, 2012).

Entendemos que o professor é o profissional da aprendizagem (DEMO, 2008, 2012, 2020). O objetivo desta profissão é planejar, organizar, desenvolver estratégias para oportunizar que todos os alunos aprendam a pensar criticamente sobre os conteúdos que desejam ensinar. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1998, p.37). Conhecimento precisa ser reconstruído, ressignificado, atribuindo sentido e significado, reorganizando a nova/diferente informação em uma base conceitual subjetiva existente.

Nesse projeto, identificamos o ensino como um dos meios que o professor utiliza para alcançar o propósito de sua profissão. O foco da ação docente, bem como o sentido da existência da universidade é a aprendizagem dos alunos. Para ensinar, nessa concepção, o professor necessita partir do conhecimento prévio do aluno para ir além, sistematizando e avaliando processualmente os avanços, desenvolvendo ações cotidianas de retroalimentação das atividades desenvolvidas, para que o aluno possa acompanhar, compreender seu processo, perceber-se aprendendo, reconhecer-se como sujeito capaz, ciente de que para que o aluno aprenda, nada é mais importante do que um professor que também “aprenda bem” (DEMO, 2012, p. 8).

O conceito de aprendizagem se refere a “procurar as relações e inter-retro-ações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes: como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação do todo repercute sobre as partes (MORIN, 2000, p. 25).” Aprender demanda, então, reconstruir relações entre o conhecimento prévio e a ‘nova’ informação. Nesse sentido, a necessidade da superação da

visão fragmentada do conhecimento encaminha para a estruturação curricular interdisciplinar, contextualizada, percebendo que a realidade demanda análise de suas múltiplas dimensões, a fim de compreender como elas se combinam, se interpenetram.

O processo de aprendizagem faz parte de uma dinâmica situada: “aprende-se do que já se aprendeu, constrói-se do que já está construído. Conhecimento descontextualizado torna-se impróprio para a aprendizagem, porque funciona como imposição de fora para dentro” (DEMO, 2016, p. 38) Esta é uma concepção que exige a participação ativa dos estudantes, indo de encontro a de aulas instrucionistas e transmissíveis.

Por isso, o curso reconhece como uma das estratégias didáticas mais produtivas de aprendizagens significativas a de promover, potencializar a interação entre os participantes do grupo, partindo do seu conhecimento para ir além, pois o “[...] conhecimento progride pela capacidade de contextualizar e englobar ” (MORIN, 2000, p. 15).

O significado do aprender se articula com a habilidade de organizar a informação no contexto e tirar proveito adequado dela para qualificar o que pode e/ou precisa ser melhorado. Nesse sentido, reafirmamos que aprender também se constitui em “...um vaivém sem fim de desconstrução e reconstrução, no qual nos esquematizamos e nos liquefazemos” (BAUMAN, 2007, p. 34).

Como já comentamos, o acesso às informações está muito mais disponível em muitos outros lugares que não nas instituições de ensino, e a quantidade de produção delas é ampla, encaminhando para a definição de conhecimento como articulado ao uso que o sujeito realiza com a informação, reconhecendo que o “conhecimento só é conhecimento enquanto organização, relacionado com as informações e inserido no contexto destas” (MORIN, 2000, p. 16).

Nesse sentido, o curso reconhece a necessidade de reaprender (e ensinar) a pensar, a selecionar informações, analisar a fidedignidade da fonte, a validade, a utilidade, produzindo pensamentos, relacionando com outros saberes, analisando, compreendendo, avaliando, priorizando. Essas são competências que são demandadas no dia a dia, pois “[...] cada vez mais a gigantesca proliferação de conhecimentos escapa ao controle humano” (MORIN, 2000, p. 17). Elas precisam ser ensinadas sistematicamente, nas diferentes modalidades de ensino, especialmente na educação superior.

Os alunos são a razão de ser das instituições de ensino. É por eles e para eles que elas existem. Acreditamos na necessidade do ser humano participar ativamente dos processos de

ensino e de aprendizagem para assim reconstruir e ressignificar para si mesmo o conhecimento. Com base nessas ideias, percebemos como ações indispensáveis para o sujeito que deseja reaprender, pensar, refletir criticamente sobre o que lê, vê, escuta, elaborando relações com outras informações e/ou conhecimentos, concordar, discordar, argumentar, atribuir significado a informação, de tal modo que, quando dela necessitar, será competente para mobilizá-la nos seus arquivos mentais e/ou em outras fontes úteis.

Como já comentamos, a qualidade da educação é influenciada por múltiplos fatores, porém diferentes autores (DARLING-HAMMOND 2005, 2008, 2010; DEMO, 2012, 2008; GATTI, 2019; WEISZ, 2000) apontam que a atuação didática do professor é a razão determinante para a aprendizagem dos alunos. Não é o único fator, mas é o mais importante. “ [...] professor é uma peça da engrenagem escolar, não resolve tudo sozinho jamais, mas, no rol dos fatores externos da aprendizagem dos estudantes, é o mais sensível e produtivo” (DEMO, 2018, p. 13).

No entanto, diferentes avaliações, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, 2018)³, o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF /, 2019)⁴, a Avaliação Nacional da Alfabetização, (ANA, 2016)⁵, vem evidenciando que há problemas nas aprendizagens dos alunos da educação básica, o que permite inferir que suas causas podem estar relacionadas com a qualidade da formação inicial dos professores brasileiros.

Nessa direção, em relação aos cursos de formação docente, Gatti (2018) comenta que

O problema da formação de professores começa na faculdade. Os docentes de pedagogia e das licenciaturas – de matemática, língua portuguesa, biologia, não sabem ensinar para quem dará aula. Isso porque eles mesmos não aprenderam como fazer isso. Para não dizer que a formação didática não existe, podemos dizer que ela é precária. A maioria dos futuros professores não aprende como lecionar. Não recebem na faculdade as ferramentas que possibilitarão que eles planejem da melhor forma possível como ensinar ciências, matemática, física, química e mesmo como alfabetizar. (GATTI, 2018, p. 1)⁶.

Essa realidade da educação nacional, e o desejo de mudança encaminhou para a elaboração da Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). A atualização deste PPC visa contemplar especialmente essas demandas.

³Disponível em http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018- Acesso em 07 jul. 20.

⁴ Disponível em <http://ipm.org.br> Acesso: 07 jul. 20.

⁵Disponível em http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/resultados-da-ana-2016-por-estados-e-municipios-estao-disponiveis-no-painel-educacional-do-inep/21206 Acesso em 07 jul. 20.

⁶ Disponível em <http://epoca.globo.com/educacao/noticia/2016/11/bernardete-gatti-nossas-faculdades-nao-sabem-formar-professores.html>. Acesso em 29 jan. 18.

Coerente com essas ideias o curso assume a concepção sociointeracionista *vygotskyana* de educação. O foco da educação superior - seja ela presencial ou a distância, nas inúmeras combinações possíveis entre presença, presença virtual e distância - é a aprendizagem humana, em uma perspectiva de compromisso com a reconstrução de uma sociedade socialmente justa. A concepção sociointeracionista reconhece a necessidade de potencializar a interação, nesse caso, entre o sujeito, o objeto de estudo e os outros.

Daí a importância de a educação superior ser baseada em projeto pedagógico e em organização curricular inovadora, que favoreçam a integração entre os conteúdos e suas metodologias, bem como o diálogo do estudante consigo mesmo (e sua cultura), com os outros (e suas culturas) e com o conhecimento historicamente acumulado. Importante esclarecer que inovadoras são práticas que oportunizem a (re)invenção e/ou o desenvolvimento de estratégias, produtos, ideias que possibilitem qualificar processos existentes, melhorando o alcance das metas e objetivos predeterminados.

Justificativa

A justificativa de um PPC tem a função de esclarecer a relevância social do curso. Para tal, nossos argumentos giram em torno do contexto educacional, especialmente o brasileiro, sua avaliação atual, os limites identificados (baixos indicadores de ensino e de aprendizagem, as inadequações das formações iniciais docentes, professores com formação diferente atuando em áreas que não são as que estudaram) dentre outros problemas limitadores.

Como já comentamos, a qualidade da formação docente vem sendo apontada como fator com potencial determinante para a qualificação dos processos de ensino, de aprendizagem, de gestão (IMBERNON, 2007; DEMO, 2012), estando o desempenho docente relacionado com a qualidade da prática docente, que por sua vez, está articulada com a (auto)formação inicial/continuada e permanente.

O objetivo da profissão docente é desenvolver estratégias para oportunizar a aprendizagem de todos os alunos, o professor é, portanto, o profissional da aprendizagem (DEMO, 2008, 2012). Aprender demanda pensamento, reconstrução, (res)significação, atribuição de sentido ao conteúdo, incorporando/relacionando/articulando com uma base conceitual subjetiva existente. (DEMO, 2012). Aprender significa reconstruir relações entre o conhecimento prévio e a nova informação. (POZO, 1998).

A profissão docente é caracterizada por práticas nas quais a experiência individual pode se converter em coletiva, porém o modo de sistematizar a prática precisa ser baseado no

conhecimento cientificamente reconstruído sobre como os sujeitos aprendem e como é possível ensiná-los.

O ensino é percebido, então, como um meio/instrumento que o professor utiliza para alcançar o fim/propósito de sua profissão: a aprendizagem de todos os alunos. Nesse processo de idas e vindas, de atalhos e bifurcações, os professores vão elaborando maneiras de ser e estar na profissão (NÓVOA, 1995).

No contexto da educação brasileira, Gatti (2018) alerta que há muitos problemas na formação inicial docente, percebendo que a maioria dos futuros professores chegam às escolas sem ter aprendido a “como ensinar ciências, português, matemática, física, química e até mesmo como alfabetizar” (p. 01)”.

Este curso, em particular, vem a contribuir para o credenciamento institucional pleno, assim como, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância na educação superior pública. Ele foi o passaporte para que outros cursos na modalidade a distância pudessem ocorrer, tornando-se o pioneiro na oferta de nossa instituição, também tão jovem que veio beneficiar a região do pampa e fronteira gaúcha que por décadas não teve acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade.

Ao mesmo tempo em que os egressos de um curso desta natureza podem se beneficiar dos saberes e das competências de seu corpo de docentes e de técnicos administrativos em educação, distribuídos nos *campi* da Universidade, tem grande potencial para contribuir com o aperfeiçoamento de seus estudantes, oportunizando a participação em diferentes projetos de pesquisa e de extensão *multicampia*, ampliando as possibilidades de participação ativa dos alunos e viabilizando a reconstrução do conhecimento através da tríade indissociável do ensino, com a pesquisa e a extensão. Cumpre ainda relatar que os polos UAB fomentados pela CAPES acrescentam tutores, professores formadores, conteudistas e coordenadores de polos, que também desenvolvem ações na tríade principal de nossa universidade.

Nesse sentido, este curso de Licenciatura em Letras – Português na modalidade a distância, pretende ir ao encontro do esforço do Governo Federal de reestruturação do sistema educacional vigente, que desenvolve políticas que visam a melhoria dos indicadores de ensino e de aprendizagem na Educação Básica, unindo esforços institucionais com fomento próprio e buscando fomentos em vinculadas do MEC, como é o caso do Sistema da UAB, financiado pela CAPES.

Assim, esta atualização do PPC, traz concepções pedagógicas inovadoras, que focam nas

demandas dos documentos legais mais recentes, a saber a BNCC e a BNC-formação. Ademais, este curso conta com uma justificativa a mais, no sentido que vem na esteira de contribuir com a democratização do acesso à educação superior inclusiva, de qualidade, ofertado na modalidade a distância, um curso de formação de profissionais da aprendizagem, que reconhecem a profissão docente como aquela que visa à aprendizagem de todos os alunos.

Como derradeiro argumento, apontamos a historicidade da eficácia da modalidade EaD, que pode ser observada pelos resultados do Exame Nacional de Desempenho Educacional (ENADE), teste anual organizado pelo MEC com os formandos de universidades brasileiras.

Em 2007, as melhores notas, na maioria das áreas avaliadas, foram obtidas por aqueles que estudaram a distância. Em 2010, com base nos dados do ENADE 2008, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), divulgou que os alunos da EaD tiveram médias mais altas do que os do presencial. A oferta em cursos a distância aumentou mais de 30% em relação a 2019, chegando a 13,5 milhões de vagas em 2020. O aumento da oferta de cursos presenciais no mesmo período foi de 1,3%. A pandemia originada pelo Coronavírus contribuiu para evidenciar as possibilidades do ensino a distância. A última leva de formandos do ensino médio, no fim de 2021, passou quase dois dos três anos da última etapa da educação básica em ensino remoto. Esses “estudantes da pandemia” aprenderam outra forma de estudar. E de seguir estudando.

Especificamente na UNIPAMPA, uma série de ações têm sido realizadas para o desenvolvimento de uma cultura de uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como apoio às aulas presenciais, a inserção da modalidade semipresencial (até 40% de educação a distância no ensino presencial) e a oferta de cursos de extensão não presenciais⁷.

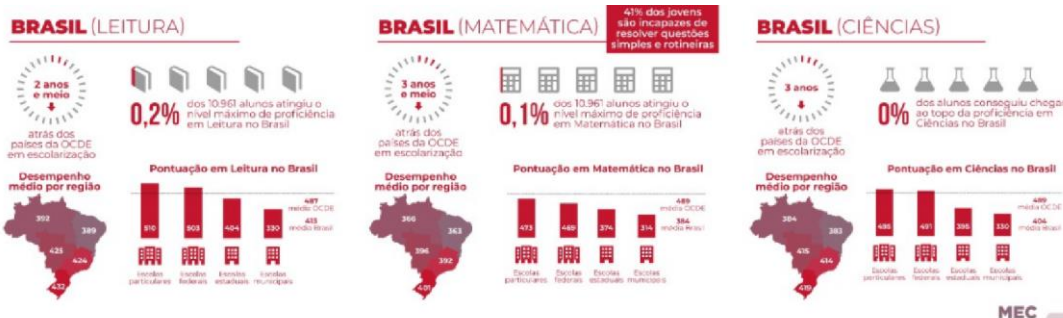
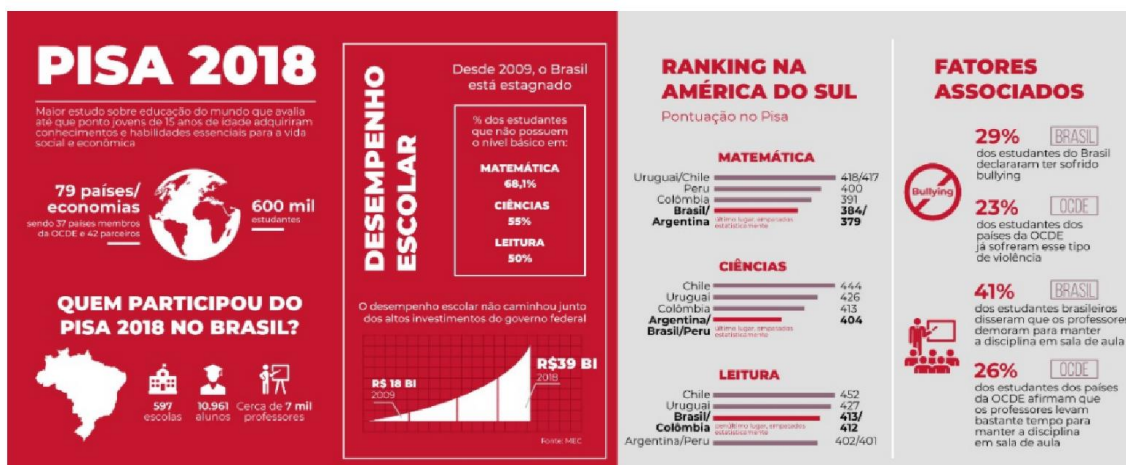
Com o objetivo de contextualizarmos a temática, para justificar o curso, vamos apresentar um breve cenário da educação brasileira. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, 2018)⁸, apontou que o Brasil tem baixa proficiência em Leitura, Matemática e Ciências, comparado com outros 78 países que participaram da avaliação. Essa avaliação evidenciou que 68,1% dos estudantes brasileiros, com 15 anos de idade, não possuem nível básico de Matemática, considerado como o mínimo para o exercício pleno da

⁷Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913> Acesso em 19 jul. 22.

⁸Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa> Acesso em 19 jul. 22.

cidadania. Em Ciências, o número chega 55% e em Leitura, 50%. Nossos índices estão estagnados desde 2009. Esses números indicam que há, nesse universo, do Ensino Médio, estudantes incapazes de compreender textos, resolver cálculos e questões científicas simples e rotineiras.

Em 2018, 79 países e 600 mil estudantes participaram da prova, que ocorre desde 2000. No Brasil, estiveram envolvidas 597 escolas públicas e privadas com 10.961 alunos, escolhidos de forma amostral, de um total aproximado de 2 milhões de estudantes. Cerca de 7 mil professores também responderam questionários. A avaliação foi aplicada eletronicamente, em maio do ano passado, pelo Inep.



Infográfico preparado pela equipe do MEC com dados do Pisa e da pasta (Arte: ACS/MEC)

Cerca de 50% dos avaliados não atingiram o mínimo de proficiência em leitura. O estudo mostrou, ainda, que apenas 0,2% dos 10.961 alunos atingiram o nível máximo de proficiência em leitura no Brasil. As escolas particulares e as federais estão acima da média da OCDE, sendo a pontuação de 510 e 503, respectivamente, contra 487 pontos. Já as escolas públicas estaduais (404) e municipais (330) estão aquém da média nacional (413).

A fim de qualificar esses indicadores e, principalmente, os processos de ensino e de aprendizagem na educação básica nacional, algumas ações estão sendo implementadas. Uma delas é o Novo Ensino Médio, com a carga horária ampliada de 4 para 5 horas diárias, com conteúdos adaptados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a ampliação de vagas

ofertadas em mais de 3.500 escolas.

Por outro lado, para atender adequadamente os 48% dos alunos que conseguem concluir o ensino médio, os cursos de licenciatura precisam se atualizar constantemente, e reaprender a trabalhar com alunos, em sua maioria, com o perfil muito diferente do esperado. Trazendo experiências, vivências e especialmente conhecimentos prévios muito aquém do que a listagem de conteúdos prevista para essa etapa da escolaridade parece indicar.⁹

Um curso de licenciatura em Letras Português, especialmente, ao considerar na elaboração de sua estrutura de componentes, conteúdos e estratégias didáticas, os alunos ingressantes com os saberes identificados pelas avaliações como o Pisa, já descritos, necessita rever-se continuamente, a fim de trabalhar adequadamente com os alunos reais. Considerar, também, que está entre os cursos menos procurados¹⁰, aos quais acedem os alunos das classes mais desfavorecidas, com capital cultural empobrecido pelas vivências e experiências ao longo da vida e com notas mais baixas no Enem.

A percepção de que, mesmo com esse cenário desfavorável, o curso de Letras EaD da UNIPAMPA, sempre preencheu as vagas que disponibiliza nos permite inferir que estamos no caminho adequado, indo ao encontro do desejo de alunos, que junto conosco, desejam contribuir para qualificar a educação nacional, e oportunizando que pessoas tenham acesso ao ensino público, gratuito, de qualidade e com oferta flexível, e adequada para o público que quer frequentar essa (auto) formação docente, composto, em sua maioria de alunos trabalhadores.

Histórico do curso

A graduação em Letras - Português, Licenciatura, modalidade a distância, ofertada pelo campus Jaguarão, à Rua Conselheiro Diana 650, Kennedy, Jaguarão/RS, foi proposta por uma proposição da comissão especial *multicampi*, designada pela Portaria nº 1750, de 28 de novembro de 2011.

Inicialmente, foi constituído um grupo de trabalho presidido pelas professoras doutoras Vanessa Doumid Damasceno e Isaphi Marlene Jardim Alvarez, que trabalharam na concepção deste curso até início de 2013, na gestão do professor Maurício Vieira, enquanto coordenador acadêmico e diretor do Campus Jaguarão. Outros professores colaboradores, desejando viabilizar a proposta, uniram-se ao grupo.

⁹Disponível em <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/83191-pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil#> Acesso em 28 fev. 22.

¹⁰ Disponível em <https://www.guiadacarreira.com.br/educacao/vestibular/cursos-menos-concorridos/> Acesso em 28 fev. 22.

Grupo de professores que constituiu inicialmente o curso:

Dra. Vanessa Doumid Damasceno; Dra. Isaphi Marlene Jardim Alvarez; Dra. Adriana Nascimento Bodolay; Dra. Amanda Meincke Melo; Dra. Ana Lúcia Montano Boéssio, Dra. Elena Maria Billig Mello, Dra. Kátia Vieira Moraes; Dr. Maurício Aires Vieira; Dr. Lucio Jorge Hammes; Dra. Maria do Socorro de Almeida Farias Marques.

Além dos professores, participaram do grupo inicial os servidores Ariane Fagundes Braga, Maria Cristina Graeff Wernz, Ricardo Brião Lemos, Verônica Moraes Antunes, Karine Braga Moreira, constituindo então a primeira equipe de técnicos multidisciplinares, à época, para pensar o Ead e a sua materialização.

Em março de 2013, a Professora Dra. Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques assumiu a coordenação pro-tempore do curso, com a Professora Dra. Cláudia Camerini Corrêa Perez, como coordenadora substituta. Suas funções foram desempenhadas até o final de 2015; ano este marcado não só pelo credenciamento da modalidade a distância na instituição, como também pela autorização do curso de Letras – Português a distância, pelo MEC, com o conceito 4 (quatro).

Durante os três primeiros anos de trabalho na coordenação de curso, as professoras contaram com a participação de um grupo de trabalho constituído por professores e colaboradores, todos designados Portaria UNIPAMPA 1.021/2014 e nomeados a seguir: Professora Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques (Coordenadora Geral), Prof. Alessandro Gonçalves Girardi (Coordenador do Polo Alegrete), Profa. Cláudia Camerini Corrêa Pérez (Coordenadora Substituta), Prof. Luis Edgar Araujo Lima (Coordenador do Polo Santana do Livramento), Profa. Amanda Meincke Melo, Profa. Ana Lúcia Montano Boéssio, Profa. Camila Gonçalves dos Santos, Prof. Daniel Lopes Romeu, Profa. Denise Aparecida Moser, Profa. Elena Maria Billig Mello, Prof. Gustavo Henrique Ruckert, Prof. Heidimar Franca Machado, Profa. Isaphi Marlene Jardim Alvarez, Profa. Juliana Brandão Machado, TAE Karine Braga Moreira, Profa. Kátia Vieira Moraes, Profa. Luciana Contreira Domingo, Prof. Luís Fernando da Rosa Marozo, Profa. Maiane Liana Hatschbach Ourique, Secretária Executiva Maria Cristina Graeff Wernz, Prof. Maurício Aires Vieira, Prof. Rafael Camargo Ferraz, e a Pedagoga Verônica Moraes Antunes.

Em 2016, a Profa. Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques assumiu a Coordenação de Educação a Distância da instituição e a Profa. Dra. Camila Gonçalves dos Santos do Canto, juntamente com a Profa. Dra. Ana Lúcia Montano Boéssio, assumem a Coordenação

do Curso.

Atualmente, oferta 150 vagas anuais contínuas distribuídas assim: 30 vagas para o polo Alegrete, 30 vagas para o polo Jaguarão (sede), 30 vagas para o polo Santana do Livramento, 30 vagas para o polo Caçapava do Sul, e 30 vagas para o polo Dom Pedrito¹¹. Ademais, acrescente-se que a universidade firmou convênio com o Sistema UAB (Decreto 5.800/2006), e ofertamos conjuntamente, via esse Sistema. A oferta de vagas contínuas se dá pela portaria de autorização do MEC para a modalidade a distância, colocando, então, anualmente 150 vagas a serem distribuídas nos polos institucionais.

Foram ofertadas 650 vagas distribuídas entre os polos Cacequi, Esteio, Faxinal do Soturno, Hulha Negra, Itaquí, Quaraí, Rosário do Sul e São Sepé. O curso proposto nos polos, tem uma carga horária de 3.245 horas¹², que pode ser integralizada em no mínimo quatro anos e no máximo oito, salve a oferta UAB, que se adequa a legislação específica, uma vez que se trata de uma oferta única de adesão por polos e ao final dos 4 anos de oferta há um período denominado de repercurso, em que os alunos podem recuperar componentes com reprovação ou por problemas diversos de não concretização.

Como detalhamento ao termo de adesão lembramos que no ano de 2017, quando da adesão ao sistema UAB, houve uma oferta de 150 vagas distribuídas entre os polos Cacequi, Hulha Negra, Itaquí, Quaraí e São Sepé, com uma previsão de 30 vagas por polo. Em 2018, houve um aditamento dos polos de Esteio, Faxinal do Soturno e Rosário do Sul, com a oferta de 250 vagas distribuídas entre os oito polos (os primeiros de 2017 e os de 2018). Tais termos de aditamento e adesão, encontram-se com a coordenação do sistema UAB da Universidade.

Salientamos que a adesão aos oito polos UAB foi realizada com base em pesquisa sobre número de habitantes (censo IBGE 2010); número de habitantes (população estimada IBGE 2020); índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) [IBGE 2010]; índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) [IBGE 2010]; IDEB anos iniciais do ensino fundamental (Rede Pública) [IBGE 2019]; IDEB anos finais do ensino fundamental (Rede Pública) [IBGE 2019]; matrículas ensino fundamental (IBGE 2020); matrículas ensino médio (IBGE 2020); "Número de Instituições de Ensino Superior."¹³

¹¹ Os polos institucionais foram autorizados posteriormente ao início do curso. Inicialmente por aprovação, tivemos o polo Jaguarão (proponente), Alegrete e Santana do Livramento.

¹² Em todo texto estamos nos referindo a horas-relógio, inclusive na carga horária total do curso e de seus componentes curriculares.

¹³ Dados extraídos do e-MEC: <https://emec.mec.gov.br/> "Número de IES públicas Dados extraídos do e-MEC: <https://emec.mec.gov.br/>"

Tendo em vista que a modalidade a distância inclui atividades presenciais, tais como: avaliações presenciais, estágios e seminários integradores, considera-se que o curso é oferecido no período integral (matutino, vespertino e noturno), inclusive com previsão de atividades aos sábados pela manhã e/ou tarde, ressaltando-se que se trata de um curso na modalidade a distância, em que nossa oferta e desenvolvimento do curso se dá pela plataforma moodle com acompanhamento de docentes, tutores, interfaces, mediadores pedagógicos, equipe multidisciplinar, coordenação do curso e NDE.

Quando da origem do curso, a concepção pedagógica baseada no Projeto Pedagógico das Licenciaturas da UNIPAMPA, aprovado no CONSUNI em 2011, preconizava a superação do modelo técnico e da racionalização do ensino. A descentralização da transmissão de conteúdos atua em prol da reconstrução do saber a partir da contextualização da realidade social, dos pressupostos da interdisciplinaridade e da relação intrínseca entre teoria e prática.

O foco do curso, desde seu início, foi o de formação de professores de língua portuguesa e literaturas para a Educação Básica, ou seja, língua e literaturas aqui se articulam relacionando as tecnologias digitais e as não digitais. A Língua Portuguesa e a Linguística concebem a linguagem como um fenômeno político, social, histórico, ideológico, cultural e psicológico, já que o estudo da língua não é visto de forma prescritiva, pois pressupõe a adoção de abordagens linguísticas que considerem o contexto.

Da mesma forma, a Literatura, por compreender o ser humano como um ser de linguagem, percebe o objeto de análise também como manifestação cultural e artística, capaz de representar o sujeito em sua individualidade e em sua dimensão histórica e social. Assim, através do texto, promove a formação de sujeitos e cidadãos leitores, produtores de textos, habilitados a trabalhar na Educação Básica com o texto literário.

A concepção de letramento digital, de acordo com Lévy (1999, p. 17), refere-se à questão das práticas de leitura e de escrita que o computador e a internet nos possibilitam, pois “a cibercultura é o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”.

Portanto, os conceitos sobre o que é o virtual e o real, a cibercultura, a inteligência coletiva e o hipertexto norteiam a compreensão do meio digital. Na sociedade contemporânea, língua e literaturas perpassam o letramento digital, sendo que essa modalidade de criar e interagir com a língua e as literaturas objetiva ser o foco permanente de estudo.

Assim, este curso oferece a oportunidade de reconstrução de conhecimento que vai ao encontro das necessidades da sociedade contemporânea, à formação de um educador que esteja atento às formas como as TICs modificam os modos de ensinar e de aprender língua e literatura.

Apresentação do curso

O Curso de Licenciatura em Letras – Português EaD habilita professores de língua portuguesa para as demandas do mundo do trabalho na educação. Nesse sentido, o artigo 3º da Resolução CNE/CP nº 2 explicita a necessidade de que ele se encaminhe para o ensino e a aprendizagem das competências gerais docentes em consonância com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, específica, em seu artigo 4º, as competências específicas a serem reconstruídas, sendo que essas se referem a três dimensões da docência, que se integram e se complementam na ação pedagógica: o conhecimento profissional; a prática profissional; e o engajamento profissional.

Turno: integral

Periodicidade: Semestral

Grau: Licenciatura

Integralização: 8 semestres – tempo máximo para integralização 16 semestres

Vagas autorizadas: 150 vagas por ano, acesso institucional (contínuo)

Vagas por polos UAB: conforme editais de adesão e/ou aditamento (nesse caso, Edital 75/2014): 400 vagas (oferta única). Em 2022 estamos com o último repercurso destes polos.

Administração do Campus – Jaguarão, com polos em Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito e Santana do Livramento

A administração acadêmica de cada campus está constituída pelo Conselho de Campus, Direção do campus, Coordenação e Secretaria Acadêmicas, Comissões Locais de Ensino, Pesquisa e Extensão, Coordenação de Curso, Comissão de Curso e NDE.

O Conselho de Campus, por ser um órgão que estabelece as diretrizes para todas as atividades do campus, é composto pelo Diretor do campus, Coordenadores Acadêmico, Administrativo e de Cursos, bem como representantes do corpo docente, técnico-administrativo em educação, discente e da comunidade local.

Compete à Coordenação Acadêmica coordenar o planejamento, o desenvolvimento, a execução e a avaliação de todas as atividades acadêmicas do campus.

Administração Acadêmica do Campus Jaguarão

A interface administrativa do curso de Licenciatura em Letras – Português EaD, é a administração acadêmica do *campus* Jaguarão, a qual se articula com a estrutura organizacional da UNIPAMPA, conforme o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade (UNIPAMPA/CONSUNI, 2010).

Constituem a administração acadêmica do *campus*:

1. o Conselho do Campus: órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Campus. Integrado pelos coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação do *campus*, coordenador da comissão de pesquisa, coordenador da comissão de extensão, representação docente, representação dos técnico-administrativos em educação, representação discente e representação da comunidade externa;
2. a Direção: integrada por diretor, coordenador acadêmico e coordenador administrativo;
3. a Coordenação Acadêmica: integrada pelo coordenador acadêmico, coordenadores de cursos do *campus* as comissões locais de ensino, pesquisa e extensão, a Secretaria Acadêmica, o Biblioteca do *campus*, os laboratórios de ensino, de pesquisa e de informática e outras dependências dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão. Compõe também a equipe pedagogos, psicólogos e técnicos administrativos.
4. As Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão). Têm por finalidade planejar, avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão de natureza acadêmica, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, técnicos administrativos em educação e representantes discentes;
5. a Coordenação Administrativa: integrada pelo coordenador administrativo, a Secretaria Administrativa, o Setor de Orçamento e Finanças, o Setor de Material e Patrimônio, o Setor de Pessoal, o Setor de Infraestrutura, o Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do *campus* e o Setor de Frota e Logística.

Administração Acadêmica do Curso de Letras – Português, Licenciatura a Distância

O curso de Licenciatura em Letras – Português EaD responde ao Regimento Geral da Universidade (UNIPAMPA, 2010). A Comissão de Curso atual está composta pelo atual coordenador o Professor Doutor Maurício Aires Vieira, tendo como coordenadora substituta

a Professora Doutora Denise Aparecida Moser.

A professora Isaphi Marlene Jardim Alvarez, atualmente, coordena a oferta de polos UAB e acompanha os processos junto aos polos, realizando reuniões, acompanhando as demais demandas e regularmente se fazem reuniões de alinhamento entre os professores e coordenadores.

Dessa forma, se oportuniza aos discentes a flexibilidade de fazer o curso institucional ou pela oferta UAB, o que permite recuperação de componentes curriculares que atrasem e uma amplitude de oferta de componentes curriculares para facilitar-lhe o percurso formativo. Por se coordenadora dos polos UAB e, com portaria, a professora Isaphi integra o NDE exatamente para acompanhar todas as demandas e atualizações necessárias ao curso, que por consequência, se estendem aos polos com fomento do sistema da CAPES.

A Comissão de Curso é formada pelos docentes que atuam no curso no ano, por um representante discente eleito por seus pares, por um representante técnico administrativo em educação, eleito por seus pares. Seu funcionamento é regulamentado pelo Regimento Geral da Universidade (UNIPAMPA, 2010, p. 26).

Vale ressaltar que, conforme esse Regimento (*ibid.*, p. 24), o coordenador do curso é membro nato da Comissão de Ensino do Campus, que “tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de ensino do Campus, zelando pela articulação dessas atividades com as de pesquisa e extensão”.

Ele também faz parte do Conselho do Campus, “órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito da Unidade Universitária” (*ibid.*, p. 18). Assim como todos os coordenadores de curso da instituição, os coordenadores deste curso são docentes concursados, com formação (doutorado) na área de Educação e Letras/Linguística, atuando como docentes dos cursos e que desenvolvem projetos de pesquisa e/ou ensino e/ou extensão (professores Maurício Vieira, Denise Moser e Isaphi Alvarez).

Também importante dizer que o professor Maurício é o atual coordenador da oferta UAB da Instituição, do curso de Pedagogia e a professora Denise é a atual coordenadora do Mestrado em Ensino de Línguas da UNIPAMPA, fortalecendo, desta forma o elo entre os cursos e a pós-graduação.

São atribuições da coordenação do curso, dentre outras, as seguintes ações:

- a) orientar o desenvolvimento de materiais e objetivos de aprendizagem para o EaD;
- b) avaliar as metodologias de ensino em ambiente virtual de aprendizagem;

- c) elaborar instrumentos de autoavaliação da atuação docente;
- d) desenvolver ações de integração do curso na modalidade a distância com os outros cursos da universidade;
- e) propor ações coletivas de pesquisa e extensão;
- f) oportunizar atendimento síncrono e assíncrono aos docentes e aos discentes;
- g) contribuir com a Coordenação Acadêmica no controle e o registro da vida acadêmica do Curso nas suas diversas formas.

O NDE tem caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica, tendo como atribuições as de elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso; propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do curso; conduzir os processos de reestruturação curricular para aprovação na Comissão de Curso; atender aos processos regulatórios internos e externos; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão; contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso e zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.

Conforme Portaria nº 334, de 04 de março de 2022, o NDE do Curso de Letras- Português a Distância está composto por seis docentes: Suzana Schwartz, como Presidente; Denise Aparecida Moser, como Secretário; Maurício Aires Vieira (coordenador, membro nato), Lucio Jorge Hammes, Isaphi Marlene Jardim Alvarez (coordenadora dos polos UAB). Recentemente foi aprovada o ingresso de mais dois colegas junto ao NDE a saber: professora Fabiane Lazzaris (área de literatura) e Fabiane Galafassi (área de informática da educação)¹⁴, ambas com intuito de rever o PPC para um novo desenho de oferta e perfil para 2023.

No que tange aos docentes do curso, eles atuarão como professores-tutores, o que implica em três tarefas ou encargos básicos: (a) conteudista, (b) tutoria e (c) docência. Como conteudista, elaborará, redigirá, montará e editará o material didático do ou dos componentes curriculares sob sua responsabilidade (cf. Parecer CNE/CP 562/2015, p. 27) e preparará o Ambiente Virtual de Aprendizagem adotado pela instituição, o Moodle. Como professor, deve prever os horários de atendimento síncrono e/ou assíncrono ao discente. Como tutor, orientará, dirigirá e supervisionará os processos de ensino e de aprendizagem de forma síncrona e assíncrona em curso.

Nesse sentido, o trabalho de tutoria que visa a reconstrução do conhecimento, pressupõe a interação de três 'presenças': a cognitiva, a social e a de ensino (GARISON, ANDERSON E

¹⁴ Ambas aguardam portaria de designação para membros do NDE por parte da reitoria.

ARCHER, 2010). A presença cognitiva está relacionada com a elaboração do pensamento crítico a partir da investigação, da exploração de informações e resolução de problemas.

A presença social se refere à habilidade dos sujeitos participantes em uma comunidade de aprendizagem, de interagir e socializar com o grupo. O compartilhamento de histórias de vida, de emoções, de conhecimentos prévios, contribui significativamente para a participação ativa e a construção de vínculos entre os participantes, assim como nas práticas de ensino e de aprendizagem.

A presença de ensino foca as questões de organização, apresentação e avaliação do conteúdo que será reconstruído com os alunos nos diferentes componentes do curso. Ela tem como objetivo principal, articular as outras presenças, visando a reconstrução contextualizada, pertinente e significativa do conhecimento.

Funcionamento do curso

O funcionamento acadêmico de cada curso, na universidade, é viabilizado pela Comissão de Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pelo Coordenador Geral do Curso. O órgão de decisão máximo de um curso é a Comissão de Curso, pois viabiliza a construção e a implantação do PPC, planejando, executando e avaliando as atividades acadêmicas.

Compõem a Comissão de Curso o Coordenador, todos os docentes que nele atuam, representantes dos discentes e dos técnico-administrativos em educação. Cabe à Comissão de Curso, também, pôr em prática as diretrizes acadêmicas apontadas pela Comissão de Ensino Local, pelo Conselho de Campus, pela Comissão de Ensino Superior (CSE) e pelo Conselho Universitário (CONSUNI).

A representação discente nesse órgão é imprescindível para que a voz dos alunos esteja presente em momentos decisórios. O NDE, por sua vez, é composto pelo Coordenador de Curso, pelo Coordenador de Curso Substituto e por, no mínimo, mais três docentes do curso. Essa composição segue o artigo 3º da Resolução nº 1 do CONAES, de 17 de julho de 2010, que estabelece que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) deve “ser constituído por um mínimo de 5 professores, pertencentes ao corpo docente do curso”, e a Resolução 97/2015 da UNIPAMPA.

A função primordial do NDE é propor ações para concretizar a proposta de curso estabelecida no PPC. Para tanto, em reuniões periódicas, esse órgão deve propor estratégias para avaliação e autoavaliação do curso e para o desenvolvimento de projetos visando a assegurar um perfil discente envolvido com a comunidade, com a qualidade de um ensino

reflexivo voltado para a aprendizagem de todos os alunos. O Regimento do NDE está anexo a este PPC.

O Coordenador de Curso é membro permanente tanto da Comissão de Curso quanto do NDE. O regime de trabalho do coordenador deve ser de tempo integral, reservando, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais para as atividades de coordenação. O coordenador deve dedicar-se de forma excelente à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e aos docentes, pela representatividade no Conselho de Campus e demais instâncias da Universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC. O coordenador de curso conta com um bolsista de gestão (aluno do próprio curso), além de contatos constantes com a aluna-líder do curso para atender as demandas.

A matriz curricular do curso é estruturada em semestres. O regime de matrícula é semestral, por componente curricular e respectiva carga horária/créditos, sendo que, cada quinze (15) horas corresponde a 1 (um) crédito. Como currículo, o PPC está organizado da seguinte forma:

O currículo composto pelos componentes curriculares obrigatórios prevê 3.245 horas, desenvolvidas nos seguintes componentes curriculares:

componentes curriculares obrigatórios	1.940h
trabalho de conclusão de curso	120h
prática como componente curricular	400h
estágio curricular supervisionado:	405h
componentes curriculares complementares	180h
Atividades complementares de graduação	200h
Total da carga horária	3.245h

Além das atividades complementares de graduação obrigatórias há a demanda de um mínimo de 200 horas de atividades complementares de graduação (ACGs) caracterizadas por atividades de ensino, pesquisa, extensão, culturais, artísticas, sociais e de gestão, as quais são obrigatórias e desenvolvidas ao longo do curso.

Conforme Resolução 29/11, as Atividades Complementares de Graduação (ACGs) são atividades desenvolvidas pelo discente, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação,

bem como à legislação pertinente. As ACGs têm como principal objetivo complementar ou suplementar a formação discente, incentivando a participação dos alunos em atividades de ensino, pesquisa, extensão, atividades culturais, artísticas, sociais e gestão. Contribuem, portanto, à sua formação generalista.

Preveem atividades de iniciação científica, pesquisa, extensão, iniciação ao ensino (estágios não-obrigatórios), monitorias, tutoria de trabalho voluntários, bem como prevê a publicação de trabalho de natureza cultural e apresentação de trabalho de natureza cultural. É possível contabilizar também as seguintes atividades: a representação discente em colegiados, em comissões e em conselhos da instituição, a participação em eventos acadêmicos- científicos, a participação em eventos de extensão a participação em eventos de natureza cultural.

Ainda, será possível ao aluno matriculado atuar em ações e cursos de extensão a distância e presenciais, bem como em grupos de pesquisas, cujos encontros possam ser realizados com apoio de recursos de interação virtual, como fóruns, listas de discussões, e-mail, bate-papos, *Google Docs*, *mconferências*, entre outros. Tais cursos, assim como as atividades listadas, serão regulamentados e orientados por docente responsável.

Formas de Ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, observando as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa, Resolução nº 260, de 11 de novembro de 2019. A seguir são apresentadas as formas de ingresso:

- a) Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC)
- b) Chamada por Nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)
- c) Ingresso via edital específico complementar
- d) Ingresso de fronteiriços uruguaios e argentinos

Caso restem vagas ociosas, elas poderão ser via Processo Seletivo Complementar ou via editais específicos (transferências, portador de diploma, reopção, bict,¹⁵ dentre outros).

Do ingresso via Sistema de Seleção Unificada (SiSU):

1. O Sistema de Seleção Unificada – SiSU é um sistema informatizado, gerenciado pela

¹⁵ BICT é um bacharelado interdisciplinar da IES, em que após o primeiro ciclo, o aluno pode optar por um dos cursos da universidade em seu segundo ciclo, conforme regramento aprovado pelo CONSUNI (sempre por processo complementar de ingresso).

Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de Ensino Superior que dele participarem;

- O ingresso via SiSU é regulado pelo Ministério da Educação (MEC) e por editais internos da Unipampa;
- A participação da Unipampa no SiSU será formalizada semestralmente por meio da assinatura de Termo de Adesão, que observará o disposto em edital específico do MEC.

2. O ingresso via chamada por nota do ENEM pode ocorrer:

- Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, com oferta de parte das vagas anuais autorizadas, antes do processo de ingresso via SiSU;
- Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas ociosas, antes do processo de ingresso via SiSU;
- Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas não preenchidas via SiSU;
- Para ingresso no semestre letivo regular seguinte ao início do Curso, antes do Processo Seletivo Complementar.

3. Do ingresso via edital específico:

- Cursos de graduação criados mediante acordos, programas, projetos, pactos, termos de cooperação, convênios, planos de trabalho ou editais com fomento externo podem ter processos de ingresso distintos dos demais, em atendimento a calendários diferenciados ou necessidades de seleção particulares.

4. Ações afirmativas institucionais:

- Ação Afirmativa para Pessoa com Deficiência: Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação;
- Ação Afirmativa para Pessoas autodeclaradas Negras (preta e parda): Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.
- Podem ser criadas outras ações afirmativas para ingresso nos cursos de graduação, desde que autorizadas pelo CONSUNI.

5. Do Processo seletivo complementar:

O Processo Seletivo Complementar é promovido semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, visando o preenchimento de vagas ociosas geradas em função de abandonos, cancelamentos e desligamentos. É destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, egressos de cursos interdisciplinares, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na Unipampa, aos egressos da Unipampa, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolem o prazo máximo de integralização do curso e desejem

reingressar; aos alunos egressos de Instituições de Educação Superior interessados em concluir sua primeira graduação.

São modalidades do Processo Seletivo Complementar:

- **Segundo ciclo de formação** - é a modalidade de Processo Seletivo complementar para diplomados ou concluintes de cursos interdisciplinares que permite a continuidade da formação em um dos demais cursos de graduação oferecidos pela Unipampa;
- **Reingresso** - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para discentes da Unipampa em situação de abandono, cancelamento ou desligamento há, no máximo, 04 (quatro) semestres letivos regulares consecutivos do mesmo curso;
- **Conclusão da Primeira Graduação** - é a categoria de Processo Seletivo Complementar para discentes de instituições de ensino superior, em situação de abandono ou cancelamento, que buscam concluir sua primeira graduação;
- **Reopção de curso** - é a modalidade de Processo Seletivo Complementar mediante a qual o discente, com vínculo em curso de graduação da Unipampa, pode transferir-se para outro curso de graduação ou outro turno de oferta de seu Curso de origem na Unipampa;
- **Transferência voluntária** - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar na qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação reconhecido de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada e credenciada conforme legislação, pode solicitar ingresso em Curso de graduação da Unipampa;
- **Portador de diploma** - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para diplomados por Instituições de Ensino Superior do País, credenciadas conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma do art. 48 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

6. As outras formas de ingresso na Unipampa compreendem as seguintes modalidades:

- **Transferência Ex-officio** - é a forma de ingresso concedida a servidor público federal civil ou militar, ou a seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do campus pretendido ou município próximo, na forma da Lei nº 9.536, 11 de dezembro de 1997 e do Parágrafo único do Art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- **Programa de Estudantes-Convênio** - conforme Decreto 7.948, de 12 de março de 2013, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em

desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.

- **Matrícula de Cortesia** - consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06 de Junho de 1984, e Portaria MEC nº 121, de 02 de Outubro de 1984; somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade.

Também temos alunos matriculados dos convênios BRAMEX (BRASIL-MÈXICO) e BRACOL (Brasil-Colômbia), oportunizando a internacionalização do currículo, através da Diretoria de Relações Internacionais. Por exemplo, no segundo semestre de 2022, 04 professores do curso oferecerão vagas para alunos mexicanos. Estamos na iminência de oferta de vagas para os colombianos, no convênio supracitado. O CONSUNI pode autorizar outros processos seletivos, além dos descritos.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão no âmbito do curso

Política de Ensino

Ensinar é uma das estratégias da ciência didática que se ocupa com a concretização dos processos de aprendizagem humana. O conjunto de meios, estratégias, intervenções didáticas, planejadas intencionalmente, para reconstruir aprendizagens de conhecimentos pertinentes. Esses processos são desencadeados a partir da explicitação dos conceitos de aprendizagem, de sujeito de realidade, de mundo. Ensinar exige rigorosidade metódica (FREIRE, 1998).

O conceito de política se refere a atividades de gestão e/ou de governança com as relações de poder, sendo também uma arte de negociação para compatibilizar interesses. O significado de política é relacionado com o que diz respeito aos espaços públicos, aos bens e a sua administração.

As políticas de ensino se estabelecem a fim de organizar o funcionamento de um espaço comum, com objetivos e metas específicas, definindo seu funcionamento.

Como já comentamos, de acordo com os referenciais de qualidade para educação superior a

distância¹⁶ os cursos propostos nesta modalidade podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens, recursos educacionais e tecnológicos.

A natureza do curso, o contexto de inserção são elementos que irão definir sobre as necessidades tecnológicas, as escolhas metodológicas, bem como a definição dos momentos presenciais obrigatórios, previstos em lei, quando for o caso, tutorias presenciais nos polos descentralizados de apoio presencial e outras estratégias.

A oferta de cursos de formação inicial em EaD contribuem para a democratização do acesso à educação pública, gratuita, de qualidade, viabilizando que estudantes que tenham impedimentos para desenvolver cursos de formação profissional na modalidade presencial, concretizem seus sonhos.

Nesse contexto, a política de ensino do curso Licenciatura em Letras – Português EaD está embasada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. De acordo com essa perspectiva, o ensino é uma das missões institucionais importantes para a reconstrução e produção de conhecimento, educação e formação do estudante cidadão e profissional, atuando estrategicamente vinculado a pesquisa e extensão.

Numa nova revisão, em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) e da concepção de formação acadêmica, as políticas de ensino do curso estão definidas pelo perfil do egresso que será o de um profissional habilitado a ser professor de língua portuguesa na educação básica e consideram também:

- a) O conhecimento cientificamente reconstruído sobre os processos de ensino e de aprendizagem humanos e as teorias atuais sobre como eles acontecem;
- b) A escolha consciente entre essas teorias, com base no que está definido no PDI da Universidade, a fim de que essa orientação defina as estratégias didáticas coerentes para articular com as políticas de ensino;
- c) O ensino sendo definido pela clareza de concepções teóricas sobre o que é aprendizagem, como ela acontece, quais são os objetivos de cada conteúdo e quais são as prioridades dos alunos do curso, o que demanda avaliação processual e sistemática dos discentes, desde os ingressantes aos futuros egressos;
- d) A qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos em sintonia com as demandas da educação superior, atendendo demandas das competências e habilidades explicitadas pelos documentos legais mais atualizados;
- e) A inovação pedagógica, definida como o conjunto de iniciativas que aprimoram a

¹⁶Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf> Acesso em 17 mar. 22.

oportunidade de aprender, ultrapassando nossos sistemas de ensino, para torná-los sistemas de aprendizagem (DEMO, 2012).

Políticas de Pesquisa

As atividades de pesquisa são voltadas à produção/reconstrução de conhecimento, associando ações pedagógicas que envolvam acadêmicos de graduação e de pós-graduação. Para isso, são incentivadas práticas, como a formação de grupos de pesquisa, que promovam a interação entre docentes e discentes e técnicos administrativos.

A reconstrução intencional da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão pressupõe a leitura contínua e crítica da realidade de inserção de cada cidade e/ou polo do curso, da atribuição de significado aos procedimentos básicos para o desenvolvimento de pesquisas científicas e de suas possíveis contribuições para problemas identificados no contexto social, em geral.

Neste sentido, as políticas de pesquisa do curso priorizam os processos de ensino e de aprendizagem de metodologias científicas para coleta e análise de informações da realidade investigada, de modo que os alunos do curso vivenciem ações que oportunizem o reconhecimento do educar pela pesquisa (DEMO, 2008) e de como vir a ser pesquisadores, coletando informações sobre o seu processo vivenciado antes de ingressar na universidade e ao longo do curso, a análise dos limites e possibilidades dos componentes cursados, seus professores, suas estratégias didáticas, de avaliação e de sistematização do conhecimento.

As políticas de ensino e de pesquisa visam também a articulação com as de extensão, de avaliação e autoavaliação, todas elas relacionadas com a quebra do paradigma de fragmentação do conhecimento e das ações educativas.

Políticas de Extensão

A política de extensão universitária do Curso de Licenciatura em Letras – Português EaD, em consonância com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018¹⁷ visa promover relações dialógicas com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico bem como pela retroalimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica.

A Resolução no 7 define o conceito de extensão em seu Art. 3º como

[...] a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora

¹⁷ Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei 13.005/2014.

entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (P.1-2).

A articulação do ensino, com a pesquisa e com a extensão oportuniza a identificação de problemáticas, encaminhando para outros temas de pesquisa, por meio da aproximação com diferentes objetos de estudo, incentivando as articulações necessárias para o atendimento do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A política de extensão do Curso de Licenciatura em Letras – Português EaD percebe a importância da articulação da Universidade com a comunidade na qual está inserida, especialmente no que se refere a educação básica, como estratégia para contribuir na promoção de uma sociedade justa e igualitária, bem como reconhece as possibilidades dos projetos de extensão de ir ao encontro de demandas da região identificadas por pesquisas.

As ações de extensão fomentam a formação continuada de profissionais da educação básica, com a utilização de estratégias de ação originadas de demandas sociais, o que pode contribuir para um efetivo impacto nas distintas realidades educacionais.

A partir da citada resolução, as atividades de extensão passaram a compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, integradas na matriz curricular dos cursos, ainda em processo de implantação em todos os cursos da IES e da universidade.

Objetivos do curso

O curso de Licenciatura em Letras – Português EaD tem como objetivo geral: habilitar professores em língua portuguesa e literaturas de língua portuguesa, através de uma formação acadêmica crítica reflexiva, propositiva e autônoma, para atuar na docência do ensino do português brasileiro e da literatura em língua portuguesa na Educação Básica.

Nesse sentido, o artigo 3º da Resolução CNE/CP nº 2 explicita a necessidade de que o curso se encaminhe para o ensino e a aprendizagem das competências gerais docentes em consonância com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, específica, em seu artigo 4º, as competências específicas a serem reconstruídas, sendo que essas se referem a três dimensões da docência, que se integram e se complementam na ação pedagógica: o conhecimento profissional; a prática profissional; e o engajamento profissional.

Conforme comentado, o professor é o profissional da aprendizagem (DEMO 2008, 2012), cujo objetivo da sua atuação é desenvolver estratégias didáticas para que todos os alunos aprendam. Nesse sentido, ressaltamos que o curso de Licenciatura em Letras – Português EaD prioriza a formação docente de modo que, os conteúdos definidos na matriz curricular tenham ementas que explicitem os diferentes modos de ensiná-los, bem como a menção e retomada das teorias sobre como os sujeitos aprendem.

Nesse contexto são objetivos específicos:

- a) promover a (auto) formação docente em Letras, contemplando tanto as áreas das teorias educacionais sobre os processos de ensino e de aprendizagem, quanto os estudos linguísticos, gramaticais e literários;
- b) contribuir para instrumentalizar o aluno para atuar pedagogicamente nos diversos contextos sociais de modo crítico reflexivo;
- c) desenvolver múltiplos letramentos contribuindo para a formação docente em diferentes espaços e em plataformas digitais;
- d) explorar os limites e as possibilidades de reconstrução de conhecimento em ambientes virtuais, buscando diferentes ferramentas para a elaboração de objetos de aprendizagem.

Perfil do Egresso

Os profissionais egressos do curso de Licenciatura em Letras – Português EaD, para concluir o curso e receber o diploma necessitam estar adequadamente habilitados para atuar como docente de língua portuguesa, conhecendo as diferentes teorias sobre a aprendizagem humana, sobre os processos didáticos como planejamento, intervenção docente, avaliação, autoavaliação, elaborando escolhas conscientes e coerentes sobre elas;

- intervir e contribuir na qualidade de vida da sua comunidade de inserção
- reconhecer a necessidade de aprendizagem continuada, ao longo da vida, da atualização constante, sobre a docência, e os objetos de estudo
- desenvolver sua profissão com ética, responsabilidade social e educacional, refletidas na atuação no mundo do trabalho
- fazer uso das novas tecnologias de maneira crítica, sabendo selecionar fontes fidedignas, orientando os alunos para essas escolhas
- entendendo que sua formação profissional tem caráter continuado e permanente.

Campo de atuação profissional

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o graduado em Letras –

Português, Licenciatura a distância, estará habilitado a atuar como professor de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, espaços de educação não formal, tutor presencial e a distância, pesquisador, crítico literário, ensaísta e editor de textos.

Habilidades e competências

Conforme a Resolução CNE 2/2019, Art. 3º, “com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes”.

Sendo assim, a metodologia utilizada para a definição dos objetivos de aprendizagem de cada componente curricular do curso partiu da articulação entre competências e habilidades elencadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, com base nas competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica, instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018.

Organização curricular

Requisitos para integralização curricular

Os requisitos para integralização curricular com vistas à colação de grau são o atendimento e/ou aprovação em:

1. todos os componentes curriculares obrigatórios 3.245 horas;
2. carga horária mínima em componentes curriculares complementares (CCCG) (180 horas);
3. No mínimo, 200 horas de Atividades Complementares de Graduação, conforme as normas deste PPC;
4. Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com aprovação em defesa e posterior entrega da versão final à universidade, conforme as normas da Biblioteca e da ABNT;
5. Situação regular no Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE), que é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme Lei nº 10.861/2004 e Portaria Normativa MEC nº 5, de 22/02/2010;
6. Aprovação nos estágios curriculares obrigatórios.

Integralização Curricular	
Componentes Curriculares Obrigatórios + Prática como Componente Curricular (que estão incluídas nos créditos obrigatórios)	2.340h
Componentes Curriculares Complementares	180h
Atividades Complementares de Graduação	200h
Estágio Curricular Obrigatório	405h
Trabalho de Conclusão de Curso	120h
Carga horária total mínima	3.245h

Prazo para Integralização Curricular em Semestres:	
Mínimo	8
Médio (estabelecido pela Sequência Aconselhada do Curso)	8
Máximo (estabelecido pela Sequência Aconselhada - 100%) ¹⁸	16

Limites de Carga Horária Requerível por Semestre (sugestão):	
Mínimo	240h
Máximo	720h

Número de Componentes Curriculares	
Componentes Curriculares Obrigatórios	45
Componentes curriculares Complementares de Graduação*	6

Matriz Curricular

O currículo está organizado contemplando quatro eixos articuladores: **eixo 1:** letramentos e cultura acadêmica, **eixo 2:** linguagens, escolas e cultura, **eixo 3:** identidades, diferenças e inclusão e **eixo 4:** identidades docentes e currículo. Tais eixos apresentam verticalidade, ou seja, organização cumulativa e coerente de conteúdos, integração entre conteúdos e métodos dos componentes curriculares em todas as fases (semestres).

A flexibilização se evidencia neste projeto pedagógico de curso, uma vez que a aquisição dos conteúdos básicos em todas as áreas que compõem o currículo possibilita a escolha na formação acadêmico-profissional, através da oferta de componentes curriculares complementares de graduação (CCCG) e de atividades complementares individualizadas.

Além de cursar os CCCG apresentados na matriz curricular, é facultado ao aluno cursar componentes curriculares dessa categoria ofertados pela instituição, desde que em comum

¹⁸ Pelos polos UAB, estamos ofertando até a concretude da turma, por ser um ingresso único em 2017/2018.

acordo com a coordenação do curso.

Além disso, os estudantes contam com a oferta de ações de extensão para aprofundamento de conteúdos e ampliação do conhecimento pela participação em projetos de ensino, pesquisa, gestão e extensão. Ações extensionistas visam não apenas ao atendimento das necessidades da comunidade acadêmica, mas também os interesses da comunidade em torno da universidade. Também são proporcionados projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão que enfatizem questões relacionadas às ações afirmativas: inclusão educacional, relações étnico-raciais, indígenas e fronteiriços.

Conforme as diretrizes curriculares, o curso prevê dois estágios: o primeiro, no ensino fundamental cujo objetivo é observar a realidade da sala de aula e refletir sobre as condições de ensino e aprendizagem da língua materna e literatura na escola, contemplando as problemáticas do ensino fundamental; o segundo, no ensino médio, com o propósito de observar a realidade no ensino médio e as condições de produção do ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Estes momentos de prática e reflexão sobre o ensino em ambientes formais e informais favorecem uma articulação com a comunidade escolar.

Conforme a Resolução CNE/CP nº 02/2019, que prevê o desenvolvimento de práticas como componentes curriculares, o curso propõe o componente curricular chamado Prática Pedagógica e Seminário Integrador, ofertada em todos os semestres.

EIXO 1: LETRAMENTOS E CULTURA ACADÊMICA			
1º Semestre			
Componente Curricular	C.H	CH de PCC	Pré-requisito aconselhado
Prática Pedagógica e Seminário Integrador	60	45	
Prática em Linguagem I	60		
Leituras do Fato Literário I	60		
Introdução a Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na Educação	60		
Estudos Gramaticais I	60		
Introdução ao Trabalho Científico	45		
<i>Subtotais</i>	345	45	
2º Semestre			
Componente Curricular	C.H	CH de PCC	Pré-requisito aconselhado
Prática Pedagógica e Seminário Integrador II	60	45	
Prática em Linguagem II	60		
Leituras do Fato Literário II	60		
Letramento Digital	60		
Estudos Gramaticais II	60		Estudos Gramaticais I
CCCG	30		
<i>Subtotais</i>	330	45	

EIXO 2: LINGUAGENS, ESCOLAS E CULTURA**3º Semestre**

Componente Curricular	C.H	CH de PCC	Pré-requisito aconselhado
Prática Pedagógica e Seminário Integrador III	60	45	
Prática em Linguagem III	60		
Teorias Literárias	60		
Filosofia da Educação	60		
Fundamentos dos Estudos Linguísticos	60		
Metodologia de Ensino e Aprendizagem de Língua Materna I	45		
<i>Subtotais</i>	345	45	

4º Semestre

Componente Curricular	C.H	CH de PCC	Pré-requisito aconselhado
Prática Pedagógica e Seminário Integrador IV	30	45	
Prática em Linguagem IV	45		
Literatura Brasileira I	60		
História da Educação	45		
Estudos Linguísticos I	60		Fundamentos dos Estudos Linguísticos
Aquisição da Linguagem	45		Fundamentos dos Estudos Linguísticos
Metodologia de Ensino e Aprendizagem de Língua Materna II	60		Metodologia de Ensino e Aprendizagem de Língua Materna II

EIXO 3: IDENTIDADES, DIFERENÇAS E INCLUSÃO**5º Semestre**

Componente Curricular	C.H	CH de PCC	Pré-requisito aconselhado
Prática Pedagógica e Seminário Integrador V	30	45	
Prática em Linguagem V	60		
Literatura Brasileira II	60		Literatura Brasileira I
Fundamentos Sócio-antropológicos da Educação	45		
Estudos Linguísticos II	60		Estudos Linguísticos I
Varição Linguística	45		Estudos Linguísticos I
Metodologia de Ensino e Aprendizagem de Língua em Ambientes Virtuais de Aprendizagem	45		
<i>Subtotais</i>	345	45	

6º Semestre

Componente Curricular	C.H	CH de PCC	Pré-requisito aconselhado
Prática Pedagógica e Seminário Integrador VI	60	60	
Prática em Linguagem VI	45		
Literaturas Lusófonas	60		
Organização do Trabalho Pedagógico	60		
Língua Brasileira de Sinais	60		

Educação Inclusiva	60		
<i>Subtotais</i>	345	60	
EIXO 4: IDENTIDADES DOCENTES E CURRÍCULO			
7º Semestre			
Componente Curricular	C.H	CH de PCC	Pré-requisito aconselhado
Prática Pedagógica e Seminário Integrador VII	60	60	
Políticas Públicas em Educação	60		
Acessibilidade e Inclusão Digital	45		
Metodologia de Ensino de Literatura	30		
Trabalho de Conclusão de Curso I	60		Todos os componentes curriculares ofertados até o 6º semestre
Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental	195		Metodologia de Ensino e Aprendizagem de Língua Materna II Organização do Trabalho Pedagógico
CCCGs	60		
<i>Subtotais</i>	195	60	
<i>Subtotais Obrigatórios + PCC + TCC + Estágio + CCCG</i>	510	60	
8º Semestre			
Componente Curricular	C.H	CH de PCC	Pré-requisito aconselhado
Prática Pedagógica e Seminário Integrador VIII	60	60	
Profissão e Trabalho Docente	60		
Trabalho de Conclusão de Curso II	60		Trabalho de Conclusão de Curso I
Estágio Supervisionado em Ensino Médio	210		Metodologia de Ensino e Aprendizagem de Língua Materna II Organização do Trabalho Pedagógico Literatura Brasileira II
CCCGs	90		
<i>Subtotais</i>	120	60	
<i>Subtotais Obrigatórios + PCC + TCC + Estágio + CCCG</i>	480	60	

Abordagem dos Temas Transversais

Conforme o documento Temas Contemporâneos Transversais (TCT) na BNCC - Contexto

Histórico e Pressupostos Pedagógicos ¹⁹, os temas objetivam contextualizar os conteúdos aprendidos, oportunizando a elaboração de relações de temas que sejam de interesse dos estudantes e de relevância para seu desenvolvimento como cidadão.

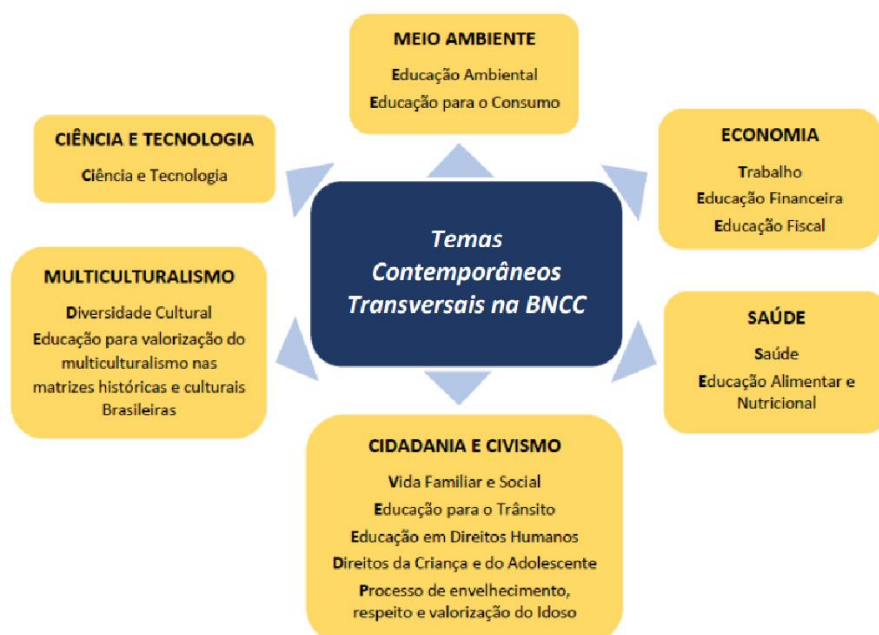
Assim, espera-se que os TCTs oportunizem a compreensão de temas relativos a: quais são seus direitos e deveres enquanto cidadãos; aceitar, compreender e respeitar que todos os seres humanos são diferentes; como cuidar de sua saúde, como usar as novas tecnologias digitais, como cuidar do planeta em que vive, como utilizar seu dinheiro, assuntos que conferem aos TCTs o atributo da contemporaneidade.

O conceito de transversal pode ser definido como aquilo que atravessa. Portanto, TCTs, no contexto educacional, são aqueles assuntos que não pertencem a uma área específica do conhecimento, mas que têm potencial para contribuir em todas elas, que fazem parte da vida em sociedade.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) abordou amplamente sobre a transversalidade no Parecer Nº 7, de 7 de abril de 2010: “a transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade) (CNE/CEB, 2010, p. 24).”

O Parecer ressalta que a transversalidade se difere da interdisciplinaridade, sendo ambas complementares, na perspectiva que consideram o caráter dinâmico e inacabado da realidade, **rejeitando** a concepção de conhecimento que considera o conhecimento como algo estável, pronto e acabado, coerente com a concepção transmissiva e conteudista. A transversalidade especifica a dimensão didático-pedagógica, a interdisciplinaridade se refere a abordagem de como se dá a produção do conhecimento (p. 65)

¹⁹ http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf
Acesso em 14 jun. 22.



Na BNCC os temas transversais são considerados conteúdos essenciais para a Educação Básica, em função de sua contribuição para o desenvolvimento das habilidades vinculadas aos componentes curriculares.

A primeira se refere à dimensão didático-pedagógica e a segunda, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade).

Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (BRASIL, 2013, p.29).

A historicidade das mudanças encaminhadas para os “novos” temas transversais, pode ser acompanhada pelo quadro a seguir

Documento	Parâmetros Curriculares Nacionais	Diretrizes Curriculares Nacionais	Base Nacional Comum Curricular
Publicação	1997	2013	2017/2018
Denominação	Temas Transversais	Eixos Temáticos / Norteadores	Temas Contemporâneos (Transversais e Integradores)
Quantos são?	6 (seis)	Indeterminado (Organizados em temas gerais)	15 (quinze)
Caráter normativo	Recomendações para a Educação Básica. Assuntos que deveriam atravessar as mais diversas disciplinas.	Recomendação de que eixos temáticos propiciem o trabalho em equipe, além de contribuir para a superação do isolamento das pessoas e de conteúdos fixos. Os professores com os estudantes têm liberdade de escolher temas, assuntos que desejam estudar, contextualizando-os em interface com outros.	Determinação como referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas. Considerados como conteúdos a serem integrados aos currículos da Educação Básica, a partir das habilidades a serem desenvolvidas pelos componentes curriculares. Ademais, a BNCC recomenda incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora.
E a base legal?	Não havia o vínculo obrigatório com uma legislação ou norma específica.	Parecer CNE/CEB nº 14/2000: Estabelece a interação entre a base e a parte diversificada, indissociavelmente e de forma transversal.	Todos são regidos por marcos legais específicos.
Por que transversal?	Os temas devem ser incluídos no currículo como conteúdos a serem ministrados pelas diversas áreas de conhecimento, de forma transversal.		
Por que mudar?	Em todos os documentos, as modificações representam importantes conquistas para a educação nacional e, principalmente, para os Temas Contemporâneos e à Transversalização dos conteúdos, que na BNCC receberam, no currículo escolar, o espaço e o status compatíveis com a sua relevância.		

A configuração atual dos TCTs na BNCC deu-se a partir das demandas sociais que desencadearam a formulação de marcos legais, que lhes asseguram fundamentação e maior grau de exigência e exequibilidade. O quadro, a seguir, apresenta os marcos legais de cada TCT:

Temas Contemporâneos Transversais	Marco Legal
Educação Fiscal	Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Portaria Conjunta do Ministério da Fazenda e da Educação, Nº 413, de 31/12/2002
Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras	Artigos 210, 215 (Inciso V) e 218, Constituição Federal de 1988. Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 3, Inciso XII; Art. 26, § 4º, Art. 26-A e Art. 79-B), Nº 10.539/2003, Nº 11.645/2008 e Nº 12.796/2013, Parecer CNE/CP Nº 3/2004, Resolução CNE/CP Nº 1/2004 e Parecer CNE/CEB nº 7/2010.
Educação para o Consumo	Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Proteção do consumidor). Lei Nº 13.186/2015 (Política de Educação para o Consumo Sustentável).
Educação para o Trânsito	Nº 9.503/1997. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio). Decreto Presidencial de 19/09/2007.
Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do Idoso	Lei Nº 10.741/2003. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental). Parecer CNE/CEB Nº 05/2011, Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Saúde	Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Decreto Nº 6.286/2007
Trabalho	Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 3, Inciso VI; Art. 27, Inciso III; Art. 28, Inciso III; Art. 35 e 36 - Ensino Médio). Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010
Vida Familiar e Social	Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 12, Inciso XI; Art. 13, Inciso VI; Art. 32, Inciso IV e § 6º), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010
Temas Contemporâneos Transversais	Marco Legal
Ciência e Tecnologia	Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, Inciso II e Art. 39), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. CF/88, Art. 23 e 24, Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Direitos da Criança e do Adolescente	Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, § 5º) e Nº 8.069/1990. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Diversidade Cultural	Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 26, § 4º e Art. 33), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010.
Educação Alimentar e Nutricional	Lei Nº 11.947/2009. Portaria Interministerial Nº 1.010 de 2006 entre o Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Lei Nº 12.982/2014. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental). Parecer CNE/CEB Nº 05/2011, Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Educação Ambiental	Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, Inciso II), Lei Nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP Nº 14/2012 e Resolução CNE/CP Nº 2/2012, CF/88 (Art. 23, 24 e 225), Lei Nº 6.938/1981 (Art. 2), Decreto Nº 4.281/2002. Lei Nº 12.305/2010 (Art. 8). Lei Nº 9.394/1996 (Art. 26, 32 e 43), Lei Nº 12.167/2009 (Art. 5 e 6), Decreto Nº 2.852/1998 (Art. 4 e 6), Lei Nº 12.852/2013 (Art. 35), Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, Carta da Terra, Resolução CONAMA Nº 422/2010, Parecer CNE/CEB Nº 7/2010, Resolução CNE/CEB Nº 04/2010 (Diretrizes Gerais Ed. Básica), Parecer CNE/CEB Nº 05/2011 e Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio), Parecer CNE/CP Nº 08/2012, Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Educação em Direitos Humanos	Lei Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 12, Incisos IX e X; Art. 26, § 9º), Decreto Nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e Resolução CNE/CP Nº 1/2012, Parecer CNE/CEB Nº 05/2011, Resolução CNE/CEB Nº 02/2012 (Art. 10 e 16 - Ensino Médio), Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).
Educação Financeira	Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. Decreto Nº 7.397/2010

Quadro²⁰

Flexibilização curricular

A interdisciplinaridade e flexibilização curricular desenvolvem-se no curso a partir de eixos que integram os componentes curriculares, atividades e projetos. Neste aspecto, as ACG, projetos de ensino e de aprendizagem, estágios, aproveitamento de estudos, atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, entre outros, além de proporcionarem a relação teoria-prática, apresentam ao currículo proposto a flexibilidade necessária para garantir a formação generalista e humanista do perfil do egresso, conforme apontado no Projeto Institucional da Universidade.

Os conteúdos dos componentes curriculares propostos são compatíveis com o perfil definido para o egresso, e alinhados às mais recentes necessidades de aprimoramento nas práticas do Curso. Existe forte embasamento teórico, permeado por inúmeras propostas de caráter prático, complementar à teoria.

Os componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs) configuram-se como componentes curriculares ofertados pelo Curso – Licenciatura em Letras,

²⁰ Disponível

Português, modalidade a distância, por outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior.

Para a matrícula em cursos da UNIPAMPA, o discente deverá realizar a solicitação dos componentes curriculares durante o período de ajuste presencial, junto às coordenações do Curso – nome do curso e do curso do componente curricular pretendido. Após a autorização de ambas as coordenações, a solicitação de matrícula será encaminhada para a secretaria acadêmica do campus para processamento. Nas demais Instituições de Ensino Superior (IES), a solicitação deverá ser realizada diretamente na secretaria do curso pretendido.

Depois de cursado CCCG em outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Educação Superior, o discente deverá solicitar junto à secretaria acadêmica o seu aproveitamento no curso Licenciatura em Letras – Português EaD

Em síntese, a flexibilização curricular viabiliza-se por meio de:

- a) Flexibilização de pré-requisitos: a fixação de pré-requisitos para os componentes curriculares limita-se ao mínimo necessário (somente para os Estágios e o Trabalho de Conclusão de Curso), possibilitando percursos formativos variados, na medida em que o aluno pode escolher em quais componentes curriculares ofertados deseja se matricular em cada semestre; entendemos que a orientação de matrícula e diálogo com os alunos é a melhor flexibilização curricular, valorizando os saberes prévios e conhecimento de mundo;
- b) Componentes Curriculares Complementares de Graduação: parte da formação do aluno (no mínimo, 180 horas) é definida por ele mesmo mediante a livre escolha de Componentes Curriculares Complementares de Graduação ofertados a cada semestre. Isso significa que o curso acredita em uma formação básica mínima (componentes curriculares obrigatórios) e, também, na habilidade autônoma do aluno direcionar a sua formação para áreas de seu maior interesse;
- c) Conforme Resolução 29/11, as Atividades Complementares de Graduação (ACGs) são atividades desenvolvidas pelo discente, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente. As ACGs têm como principal objetivo complementar ou suplementar a formação discente, incentivando a participação dos alunos em atividades de ensino, pesquisa, extensão, atividades culturais, artísticas, sociais e gestão. Contribuem, portanto, à sua formação generalista.

- d) Prevê atividades de iniciação científica, pesquisa, extensão, iniciação ao ensino (estágios não-obrigatórios), monitorias, tutoria de trabalho voluntários, bem como prevê a publicação de trabalho de natureza cultural e apresentação de trabalho de natureza cultural. Contam também as seguintes atividades: a representação discente em colegiados, e comissões e em conselhos da instituição, a participação em eventos acadêmico- científicos, a participação em eventos de extensão e a participação em eventos de natureza cultural.
- e) Ainda, será possível ao aluno matriculado atuar em ações e cursos de extensão a distância e presenciais, bem como em grupos de pesquisas, cujos encontros possam ser realizados com apoio de recursos de interação virtual, como fóruns, listas de discussões, *e-mail*, bate-papos, *Google Docs*, mconferências, entre outros. Tais cursos, assim como as atividades listadas, serão regulamentados e orientados por docente responsável.

Atualmente, no Curso Letras, modalidade a distância, são ofertados os Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) descritos a seguir:

Componentes curriculares complementares

Visando à flexibilização curricular e à autonomia do aluno, este PPC propõe um extenso número de componentes curriculares complementares, nas modalidades a distância e/ou presencial. O discente tem autonomia de escolha dos componentes curriculares que deseja cursar dentre aqueles ofertados a cada semestre, no nosso curso ou em outros que a IES dispõe ou em outras universidades ou institutos federais em que sejam próximas às suas residências e/ou campus ou polo UAB.

Componente curricular complementar de graduação	Carga horária (Teórica e Prática)		Núcleo/Eixo
Literatura e outras linguagens como estratégia de letramento	45		Letramentos e cultura acadêmica
Teorias do discurso	45		Letramentos e cultura acadêmica
Inglês instrumental I	30		Linguagens, escolas e cultura
Inglês instrumental II	30		Linguagens, escolas e cultura
Inglês instrumental III	30		Linguagens, escolas e cultura
Espanhol Instrumental I	60		Linguagens, escolas e cultura

Fundamentos teóricos da literatura infantojuvenil	45		Linguagens, escolas e cultura
Semântica e pragmática	45		Letramentos e cultura acadêmica
Estudos culturais	45		Linguagens, escola e cultura
Introdução ao feminismo	45		Identidades docentes e currículo
Teoria do currículo	30		Linguagens, escola e cultura
Literaturas lusófonas II	45		Linguagens, escolas e cultura
História da língua portuguesa	45		Linguagens, escolas e cultura
Laboratório de produção criativa em rede I	45		Identidades, diferenças e inclusão
Laboratório de produção criativa em rede I	45		Identidades, diferenças e inclusão
Seminário aberto em estudos da linguagem I, II, III, IV	45		Letramentos e cultura acadêmica
Seminário aberto em estudos literários I, II, III, IV	45		Identidades docentes e currículo
Seminário aberto em estudos da linguagem e educação I, II, III, IV	45		Identidades docentes e currículo
Linguagem e psicanálise	45		Identidades, diferenças e inclusão
Análise do discurso e psicanálise	45		Letramentos e cultura
Educação Integral	60		Letramentos e cultura
Tecnologia no Contexto Social	60		Letramentos e cultura

Atividades complementares de graduação

As ACGs, como já mencionamos, de caráter acadêmico-científicas, extensionistas, artísticas, culturais e de gestão são definidas pelas Normas Básicas de Graduação da UNIPAMPA (Resolução No 29, de 28 de abril de 2011), como “atividade[s] desenvolvida[s] pelo discente, no âmbito de sua formação humana e acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente”. As ACGs serão registradas no histórico escolar do discente, conforme o Regulamento para aproveitamento de Atividades Complementares de Graduação (ACG) do curso.

Cabe à Comissão do Curso estabelecer critérios para validação de aproveitamento de ACGs, de acordo com a Resolução 29/11, artigo nº 51 e artigos nº 103-115 (Título IX). Sua carga-horária (200 horas) conta para a integralização da carga-horária total do curso e, pelo menos 10% da carga horária de ACGs, deve ser cumprida nos grupos I, II e IV, sendo que em cada grupo o discente deverá ter pelo menos uma experiência na modalidade a distância. Todas as ações precisam ser certificadas e/ou atestadas. Essas ações devem ter no mínimo uma hora de

duração. No caso das atividades de pesquisa, o discente deverá apresentar declaração do orientador.

- Grupo I: Atividades de Ensino;
- Grupo II: Atividades de Pesquisa;
- Grupo III: Atividades de Extensão;
- Grupo IV: Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão.

Grupo I: Atividades de Ensino (exemplos)

1. Componente curricular de graduação de outros cursos da Unipampa ou de outra IES, desde que aprovado pela Comissão do Curso.
2. Cursos nas áreas de interesse em função do perfil de egresso
3. Monitorias em componentes curriculares de cursos da UNIPAMPA, na modalidade EaD
4. Participação em projetos de ensino presencial e/ou a distância
5. Estágios não obrigatórios ligados a atividades de ensino
6. Organização de eventos de ensino presenciais e/ou a distância
7. Participação como ouvinte em eventos de ensino, pesquisa e extensão.

Grupo II: Atividades de Pesquisa (exemplos)

1. Participação em projetos de pesquisa desenvolvidos na UNIPAMPA, ou em outra IES ou em espaço de pesquisa reconhecido legalmente como tal;
2. Publicação de pesquisa em evento científico ou publicação acadêmica- científica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica;
3. Participação na condição de conferencista, ou painalista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, Videoconferência, Webconferência, Skype, entre outros.
4. Estágios ou práticas não obrigatórias em atividades de pesquisa.

Grupo III: Atividades de Extensão (exemplos)

1. Participação em projetos e/ou atividades de extensão desenvolvidos na UNIPAMPA ou outra IES, ou em instituição governamental ou em organizações da sociedade civil com fim educativo, de promoção da saúde, da qualidade de vida ou da cidadania, do desenvolvimento social, cultural ou artístico.
2. Estágios e práticas não obrigatórios, em atividades de extensão.
3. Organização e/ou participação em eventos de extensão.

4. Publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica.
5. Participação na condição de conferencista, ou painalista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de extensão, como grupos de estudos, seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros.
6. Criação de cursos de extensão, blogs, seminários, jornal virtual, workshops online, entre outros.

Grupo IV: Atividades culturais, artísticas e de gestão (exemplos)

1. Organização, participação ou premiação em atividades de cunho cultural, social ou artístico.
2. Participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico.
3. Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, pesquisa, extensão ou cultura.
4. Representação discente em órgãos colegiados
5. Representação discente em diretórios acadêmicos
6. Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica.
7. Participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica.

Além das sugestões citadas anteriormente, serão considerados como ACGs:

- Atividades ou Componentes Curriculares cursados em outras instituições ou em outros cursos, que poderão ser aproveitados no currículo como CCCGs ou ACGs.
- Atividades a distância desde que as mesmas sejam oferecidas por órgãos ou instituições reconhecidas pelo MEC.
- Estágios não obrigatórios que constituem uma modalidade de atividade acadêmica que tem sido estimulada desde que em consonância com a Lei 11.788 de 25 de setembro 2008, que regulamenta a realização de estágios não obrigatórios.
- Atividades de pesquisa, ensino e extensão que são desenvolvidas pelo curso Letras, modalidade a distância e/ou outros da IES.

- Oferta dos componentes curriculares complementares distribuídos na proposta de integralização curricular para o ensino.

Regulamento síntese das atividades complementares de graduação:

- 1) Abre o período de pedidos junto à secretaria acadêmica, de acordo com o calendário acadêmico da IES;
- 2) O aluno envia, via planilha, todos documentos para validar as ACGS em cada um dos eixos;
- 3) Forma-se uma comissão composta por docentes e/ou técnicos administrativos em educação para analisar e validar os eixos;
- 4) A secretaria acadêmica lança nos históricos escolares de todos os alunos que solicitaram e foram validados.

O quadro a seguir mostra exemplo e quantitativo de carga horária adotada para as ACGS:

Grupo I – Atividade de Ensino (mínimo de 12h e máximo 60h)			
<i>Atividade</i>	<i>Carga horária máxima</i>		<i>Comprovante</i>
	<i>por atividade</i>	<i>por tipo de atividade</i>	
Componente de graduação	10h	30h	Histórico escolar
Cursos de idiomas estrangeiros	10h/sem	20h/sem	Certificado/Atestado
Cursos e minicursos de ensino	25% da carga horária, máximo 20h/course	30h	Certificado/Atestado
Monitoria	carga horária máxima	60h	Certificado/Atestado
Participação em projetos de ensino	carga horária semestral	30h	Declaração do orientador e comprovante do pagamento de bolsa
Cursos de aperfeiçoamento	Máximo 10h/evento	30h	Certificado/Atestado
Participação em eventos, palestras, simpósio, congressos...	Máximo 6h/evento	30h	Certificado/Atestado
Grupo II – Atividade de Pesquisa (mínimo de 12h e máximo 60h)			
<i>Atividade</i>	<i>Carga horária máxima</i>		<i>Comprovante</i>
	<i>por atividade</i>	<i>por tipo de atividade</i>	
Participação em projetos de pesquisa	Carga horária semana/semestre	30h	Comprovante do pagamento da bolsa ou declaração do orientador
Publicação em eventos de iniciação científica	2h	6h	Cópia do trabalho com os anais do evento
Publicação em eventos nacionais (primeiro autor)	4h	12h	Cópia do trabalho com os anais do evento

Publicação em eventos nacionais	3h	6h	Cópia do trabalho com os anais do evento
Publicação em eventos internacionais (primeiro autor)	8h	24h	Cópia do trabalho com os anais do evento
Publicação em eventos internacionais	5h	12h	Cópia do trabalho com os anais do evento
Publicação em periódico nacional (primeiro autor)	15h	48h	Cópia do trabalho, com o exemplar do periódico
Publicação em periódico nacional	10h	24h	Cópia do trabalho, com o exemplar do periódico
Publicação em periódico internacional (primeiro autor)	20h	60h	Cópia do trabalho, com o exemplar do periódico
Publicação de capítulo de livro (primeiro autor)	15h	30h	Cópia do trabalho, com exemplar do livro
Publicação de capítulo de livro	10h	30h	Cópia do trabalho, com exemplar do livro
Publicação de livro	30h	30h	Cópia do trabalho, com exemplar do livro
Apresentação de trabalhos em eventos de iniciação científica	2h	10h	Certificado de apresentação nominal
Apresentação de trabalhos em eventos nacionais	4h	12h	Certificado de apresentação nominal
Apresentação de trabalho em eventos internacionais	8h	24h	Certificado de apresentação nominal
Grupo III – Atividade de Extensão (mínimo de 12h e máximo 60h)			
<i>Atividade</i>	<i>Carga horária máxima</i>		<i>Comprovante</i>
	<i>por atividade</i>	<i>por tipo de atividade</i>	
Participação em projetos de extensão	Carga horária semana/semestre	30h	Comprovante do pagamento da bolsa ou declaração do orientador
Ministrante de curso de extensão	Máximo 4h/curso	20h	Certificado
Monitor ou auxiliar de curso de extensão	Máximo 2h/curso	20h	Certificado
Organização de eventos acadêmicos que promovam divulgação de conhecimento	4h/evento	20h	Certificado
Participação em eventos que promovam a divulgação da UNIPAMPA para a comunidade	Máximo de 4 horas/evento	10h	Certificado ou atestado de participação
Representação em órgãos colegiados da comunidade	1h/ata	20h	Cópia da ata da reunião
Outras atividades relativas à extensão	2h	10h	Documento comprobatório
Grupo IV – Atividade Cultural, Artística, Social e de Gestão (mínimo de 12h e máximo 60h)			
<i>Atividade</i>	<i>Carga horária máxima</i>		<i>Comprovante</i>
	<i>por atividade</i>	<i>por tipo de atividade</i>	
Representação em órgãos colegiados	1h/ata	20h	Atas das reuniões

Participação em comissões da UNIPAMPA	1h/ata	20h	Portaria de designação e atas das reuniões
Participação em diretórios acadêmicos	1h/ata	10h	Comprovante da eleição e atas das reuniões
Participação como bolsista em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica	15h/sem	30h	Comprovante de pagamento de bolsas ou declaração do orientador
Organização de eventos ou atividades culturais ou artísticas	Máximo 5h/evento	15h	Certificado ou atestado de participação
Organização de ações beneficentes ou de cunho social	Máximo 5h/evento	40h	Certificado ou atestado de participação
Trabalho voluntário de cunho social ou ambiental	Máximo 10h/evento	40h	Certificado ou atestado de participação
Expectador de sessões de cinema, teatro ou espetáculos musicais	0,5h	5h	Ingresso original
Participação em sessões de cinema, teatro ou saraus que envolvam discussão de obras ou autores	1h	10h	Ingresso e programação
Visita a museus, exposições culturais ou sítios históricos	1h	5h	Ingresso original ou atestado de participação
Outras atividades	A definir	A definir	Documento comprobatório

Internacionalização, mobilidade Acadêmica e Quadro Comum Europeu de Referência para línguas

De acordo com a Declaração da Unesco (1998)²¹ a expansão da dimensão internacional da educação superior é uma responsabilidade de todas as instituições, para todos os programas.

O curso de Licenciatura em Letras Português EaD adota o conceito de internacionalização como Arum e Van de Water (1992, p. 202) englobando “múltiplas atividades, programas e serviços que cabem dentro dos estudos internacionais, intercâmbio educativo internacional e cooperação técnica”.

Posteriormente, Van der Wende (1997, p. 18) ampliou o conceito, percebendo que “qualquer esforço sistemático encaminhado a fazer com que a educação superior responda aos requerimentos e desafios relacionados com a globalização das sociedades, da economia e dos mercados” tem relação com a internacionalização. Hudzik (2011, p. 9), complementa afirmando que há um comprometimento de agregar ao currículo perspectivas internacionais e comparativas, não somente incentivando a internacionalização em casa e a mobilidade acadêmica, como também aderindo aos parâmetros internacionais.

²¹ Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129766por.pdf> Acesso: 25 abr. 21.

A percepção de que o Brasil tem sido mais usuário do que produtor de conhecimento voltado para a tecnologia tem encaminhado para demandas para tornar a ciência nacional mais visível e com maior impacto. Muitos indicadores avaliativos nacionais e internacionais evidenciaram a urgência de internacionalização das universidades brasileiras, maior cooperação com centros de pesquisa avançados ao redor do mundo e mais produção conjunta de conhecimento com pesquisadores de outros países.

Neste contexto, por ser uma universidade *multicampi* localizados em áreas fronteiriças, a Unipampa tem avançado significativamente em ações voltadas para a internacionalização, incentivando a mobilidade acadêmica de modo geral, e oportunizando que alunos estrangeiros venham estudar em seus cursos, facilitando o acolhimento, principalmente os países do MERCOSUL.

Aproveitamento de Estudos

Conforme Art. 62 da Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da UNIPAMPA, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação” (UNIPAMPA, 2011, p. 12).

O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Comissão de Curso e deferido pelo Coordenador de Curso. Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011.

Em seu Art. 62, § 1º: “a equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA” (UNIPAMPA, 2011, p. 12).

Em virtude da modificação da composição curricular do curso de Licenciatura em Letras, Português, modalidade a distância, serão considerados para fim de aproveitamento de estudos as equivalências entre os componentes curriculares descritos a seguir:

Componente curricular até 2017 – primeiro semestre	Componente curricular implantado a partir de 2018.01
Prática Pedagógica e Seminário Integrador I	Prática Pedagógica e Seminário Integrador I
Prática em Linguagem I	Prática em Linguagem I
Leituras do Fato Literário I	Leituras do Fato Literário I
Introdução a Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na Educação	Introdução a Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na Educação
Estudos Gramaticais I	Estudos Gramaticais I
	Introdução ao trabalho científico

Componente curricular até 2017 – segundo semestre	Componente curricular implantado a partir de 2018.01
Prática Pedagógica e Seminário Integrador II	Prática Pedagógica e Seminário Integrador II
Prática em Linguagem II	Prática em Linguagem II
Leituras do Fato Literário II	Leituras do Fato Literário II
Letramento Digital 30h	Letramento Digital 60h
Estudos Gramaticais II	Estudos Gramaticais II

Prática como Componente Curricular

O Parecer do CNE 2/2019, aponta no seu

Art. 7º A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica, tem como princípios norteadores: [...] o reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado (p.4).

Em direção ao atendimento dessa demanda, no curso de Licenciatura em Letras Português EaD a prática permeia toda a formação inicial, culminando nos estágios. A Prática como Componente Curricular (PCC) é inerente à formação da identidade do professor como educador, possibilitando a correlação teórico-prática e o movimento entre saber, saber fazer, saber compreender/refletir sobre o que faz na busca de significados na gestão e resolução de situações próprias dos diferentes espaços educacionais.

Sendo assim, o curso prevê situações didáticas em que os futuros professores coloquem em prática seus conhecimentos oriundos de diversas experiências, tempos e espaços, como indicado a seguir:

- a) Observações participantes de aulas, com descrição e análise crítica à luz da revisão

teórica sobre formação docente, teorias de aprendizagem e metodologia de pesquisa educacional;

- b) Elaboração processual de planejamentos de ensino e desenvolvimento de situações de microaulas de prática docente, no contexto da sala de aula;
- c) Análise crítica e produção de materiais didáticos, tanto em atividades de microensino nos próprios componentes curriculares, quanto em contexto escolar.
- d) Em Programas/Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão vinculados ao curso, nos qual os alunos podem planejar e desenvolver cursos, oficinas e/ou aulas específicas sobre os temas/competências desenvolvidos no curso;
- e) Em Grupos de Estudo planejados e desenvolvidos em torno de temas pertinentes ao curso, que resultam em trabalhos apresentados em eventos de iniciação científica, nos quais têm oportunidades de conhecer outras perspectivas, bem como aumentar seu capital social para organizar futuras comunidades de aprendizagem.

Neste sentido, ao longo da integralização curricular, os componentes apresentam a distinção entre horas teóricas e horas práticas. As horas práticas caracterizam-se por serem atividades que propiciam vivências em diferentes áreas do campo educacional. Podem abranger desde observações, entrevistas, análise de documentos, dinâmicas de grupo, inserções docentes, as quais sustentam o caráter investigativo dos componentes curriculares.

Com relação às horas teóricas, planejadas e descritas nos planos de ensino, podem abranger atividades em aulas síncronas, no âmbito das interações e/ou intervenções didáticas. Bem como nos tempos e espaços externos da universidade, realizando leituras e produzindo atividades solicitadas nos componentes.

As atividades práticas para o nosso curso estão descritas no ementário e, c

Estágios Obrigatórios e não obrigatórios

A Resolução CONSUNI nº 329, de 04 de novembro de 2021, aprovou as Normas para os estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à UNIPAMPA e para estágios cuja unidade concedente é a própria universidade.

De acordo com o seu Art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, que segue os preceitos estabelecidos pela Lei nº 11.788/2008 em sua integralidade.

Conforme Art. 4, da Resolução 329, “O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.”

§ 1º Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como parte da integralização curricular.

§ 3º É de responsabilidade da UNIPAMPA assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes. Por meio do estágio, os estudantes têm a oportunidade de contextualizar e utilizar o que aprenderam, objetivando seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

Por meio do estágio, os estudantes podem reconstruir e ressignificar as competências próprias da atividade profissional, objetivando seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho. A Resolução Nº 329/2021, de 04 de novembro de 2021, dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na UNIPAMPA, sendo utilizada para a elaboração da - Instrução normativa de estágio do Curso, apresentada na apêndice A, deste documento.

Durante a pandemia, por exceção, algumas adaptações tiveram que ocorrer devido as restrições sanitárias globais. A universidade teve sua última aula presencial em dezembro de 2019 e voltou a presencialidade em maio de 2022, assim como os municípios e estados brasileiros. Municípios do estado do RS ainda estão em modelos híbridos no formato de aulas, ainda adaptando-se ao retorno presencial na totalidade (fator preponderante para que possamos inserir nossos alunos no campo de estágio).

Trabalho de Conclusão de Curso

Conforme Art. 130 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, também entendido como Trabalho de Curso, é um componente curricular dos cursos de graduação da Universidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos”. (UNIPAMPA, 2011, p. 19).

No curso de Licenciatura em Letras – Português EaD, o detalhamento do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso será descrito na - Instrução normativa de TCC do curso,

no apêndice B.

Metodologias de Ensino

A educação a distância tem sido, desde a sua origem, um mecanismo de democratização do acesso e da oferta educacional. Atualmente ela foi assumida pelas instituições educacionais para oferta de educação básica, educação superior e formação profissional continuada (AIRES E LOPES, 2009).

De acordo com os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (2007)²², a educação a distância (EaD) é a modalidade na qual a mediação didática acontece através de tecnologias de informação e comunicação, com os participantes, estudantes e professores, desenvolvendo atividades educativas com os objetivos de promover os processos de ensino e de aprendizagem, em lugares e/ou tempos diversos.

A EaD considera a necessidade de potencializar a interação entre os sujeitos participantes, mediados pelas tecnologias, reconhecendo não ser suficiente garantir boa interatividade funcional com as ferramentas disponíveis por elas. Segundo Belloni (2003) há demanda de explorar as potencialidades desses recursos nas situações de ensino e de aprendizagem com criticidade, aprendendo a identificar os recursos fidedignos, evitando o deslumbramento que tende a levar ao uso inadequado da tecnologia por si e em si, ou seja, mais por suas virtualidades técnicas do que por suas possibilidades didáticas.

Neste sentido, o curso proposto está em consonância com a legislação educacional vigente, buscando atender às políticas que dispõem sobre a inclusão escolar e social, o que significa possibilitar a acessibilidade curricular do aluno com deficiência nas diferentes áreas do conhecimento, bem como às políticas de ambientalização curricular e às que tratam das diversidades culturais e étnico-raciais brasileiras.

O curso objetiva a formação de professores de língua portuguesa e literaturas. Este curso percebe que o professor é o profissional da aprendizagem (DEMO, 2008, 2012), que seu trabalho visa planejar, criar, desenvolver ações para oportunizar que todos seus alunos aprendam o conteúdo que ensina. No entanto, nas últimas décadas, como já comentamos, os resultados do trabalho docente, identificados por diferentes tipos de avaliações, nacionais e internacionais, especialmente na educação básica, não têm sido animadores.

²²Disponível em <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12777-referenciais-de-qualidade-para-ead>. Acesso: 19 jul 22.

Como uma alternativa de solução para modificar esse quadro, foi elaborada a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019²³, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu uma Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), tendo como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018.

A legislação vigente, bem como a BNC-Formação e a BNCC perpassam a concepção pedagógica deste Curso, destacando a importância da consciência da heterogeneidade e do inacabamento do conhecimento e do ser humano. O foco do curso é a formação de professores de língua portuguesa e literaturas para a Educação Básica, no qual, língua e literaturas se articulam relacionando as tecnologias digitais e as não digitais.

A Língua Portuguesa e a Linguística concebem a linguagem como um fenômeno político, social, histórico, ideológico, cultural e psicológico, o estudo da língua pressupondo a adoção de abordagens linguísticas que considerem o contexto.

A Literatura, percebe o objeto de análise como manifestação cultural e artística, representando o sujeito em sua individualidade e em sua dimensão histórica e social. Assim, através do texto, promove a formação de sujeitos leitores do mundo e dos livros, habilitados a trabalhar na Educação Básica com o texto literário.

A concepção de letramento digital, de acordo com Lévy (1999), refere-se à questão das práticas de leitura e de escrita que o computador e a internet nos possibilitam, pois “a cibercultura é o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (p. 17). Portanto, os conceitos sobre o que é o virtual e o real, a cibercultura, a inteligência coletiva e o hipertexto norteiam a compreensão do meio digital.

No que se refere às metodologias de ensino, por elas perpassam as escolhas teóricas assumidas pelo curso em relação aos processos de ensino e de aprendizagem. Estes são conceitos polissêmicos que podem ser percebidos sob diferentes perspectivas relacionadas com as escolhas teóricas dos atores dos processos.

²³Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> acessado em 06/06/2022.

Na ideia de que há possibilidade de diferentes modos de organização na proposta de um curso, um ponto deve ser comum a todos aqueles que desenvolvem projetos na modalidade a distância, a compreensão de que o curso existe para ensinar/aprender com todos os participantes, independentemente de seu modo de organização. O foco é a aprendizagem significativa, que habilite sujeitos a pensar, a elaborar relações, a produzir argumentos, a reconhecer sua incompletude, conseqüentemente da demanda constante de formação continuada e o inacabamento do conhecimento, porque “[...] precisamos da educação ao longo da vida para termos escolha. Mas precisamos dela ainda mais para preservar as condições que tornam essa escolha possível e a colocam a nosso alcance (BAUMAN, 2007, p. 167).”

Como comentamos anteriormente, o curso assumiu a concepção sociointeracionista de aprendizagem baseada no ideário de Vygotsky (1998) de educação, que explica e compreende (MORIN, 2000) que o sujeito aprende na interação consigo, com os outros e com o objeto do conhecimento. Sendo assim, o curso é voltado para ações que potencializem os processos de interação oportunizadas pelas tecnologias, explorando os ambientes virtuais de aprendizagem, aprendendo com eles.

O foco da educação superior - seja ela presencial ou a distância, nas inúmeras combinações possíveis entre presença, presença virtual e distância é a aprendizagem humana, em uma perspectiva de compromisso com a reconstrução de uma sociedade inclusiva, justa, contribuindo para concretizar o objetivo de oportunizar a igualdade de oportunidades para todos, através da oferta de educação de qualidade.

Neste contexto, considerando as orientações da Resolução CNE/CP nº 2/2019 que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, bem como instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), especificando no seu Art. 4º que há três dimensões fundamentais que de modo interdependente e sem hierarquia, necessitam se integrar na ação docente: o conhecimento da profissão, a prática e o engajamento profissional.

Diante dessas demandas, as metodologias de ensino partem dos seguintes pressupostos:

- a) A assunção de que o curso habilita profissionais para serem professores de língua portuguesa e que
- b) O professor é percebido como o profissional da aprendizagem (DEMO, 2008, 2010, 2012), cujo objetivo do trabalho é o de desenvolver estratégias didáticas para oportunizar que todos aprendam;
- c) Aprendizagem como fenômeno social, que se caracteriza como sendo resultado

explícito de uma intervenção exterior, que se concretiza quando internalizada a partir de uma elaboração pessoal;

- d) A percepção dos alunos como sujeitos ativos, autônomos e co-participes dos processos de ensino e de aprendizagem;
- e) O acolhimento, o respeito à diversidade humana, reconhecendo as características unas/diversas (MORIN, 2000) dos sujeitos;
- f) O reconhecimento das relações simbióticas entre língua, cultura e literatura;
- g) A necessidade de instrumentalização adequada para o uso crítico das tecnologias da informação e da comunicação, potencializando os processos de ensino e de aprendizagem;
- h) O planejamento de utilização de metodologias, estratégias didáticas e materiais de apoio contextualizados, inovadores e inclusivos;
- i) A abordagem de temas transversais contemporâneos como pressupostos formadores da cidadania ativa, crítica, autônoma;
- j) A qualificação da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão como base da formação acadêmica.

Para efetivar estes pressupostos, transportá-los para a prática docente, as metodologias, coerentes com o ideário que subjaz a eles são planejadas e desenvolvidas em ações didáticas que objetivam priorizar o diálogo, a análise da realidade, o debate, a interação, o protagonismo, a promoção da autonomia dos participantes, o ressignificar das informações, contextualizando-as, enfatizando as dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento na profissão docente, de acordo com a nova Base Nacional Comum Curricular.

Assim sendo, a oferta dos componentes curriculares traz em suas ementas, temas e objetivos de aprendizagem articulados com os contextos de atuação, com as análises contextualizadas das realidades regionais, nacionais, internacionais, com as demandas do mundo do trabalho, que envolvem as diferentes especificidades da atuação de um profissional professor de Letras-Português.

A modalidade de ensino a distância, pressupõe a presença ativa dos participantes, no planejamento, nas propostas de atividades para a reconstrução de aprendizagens significativas, nos modos de organizar os processos de ensino e de aprendizagem em uma perspectiva interativa, baseando as demandas que embasam os objetivos de aprendizagem, em projetos, investigações, estudos de caso e propostas de soluções de problemas da realidade.

A interação na modalidade a distância, acontece em ambiente virtual de aprendizagem. O

ambiente utilizado pela Universidade Federal do Pampa é o Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), ou seja, Ambiente de Aprendizado Modular Orientado ao Objeto, ou popularmente conhecido como Moodle. Neste ambiente há a possibilidade de acompanhar o acesso dos alunos aos componentes curriculares; o controle da disponibilização do conteúdo e a utilização das ferramentas de interatividade e comunicação síncronas e assíncronas. Dentre elas, destacam-se o chat (ferramenta de socialização na qual o diálogo acontece simultaneamente com possibilidade de compartilhamento de arquivos); fóruns (ferramentas para construção do conhecimento, que estimulam o aluno a expressar seus posicionamentos diante de questões propostas pelos professores), videoconferências com o uso do Google Meet (ferramenta que possibilita também o contato visual).

O ambiente virtual de aprendizagem utilizado no curso oportuniza implementar práticas dinâmicas a partir do uso das diferentes TICs: Celular; Tablet; Computador; Televisão; Impressoras multifuncionais; Câmera fotográfica; Pen drives; E-mails; Serviços de streaming; Sites da Internet como: Repositórios Digitais, Refratários de Objetos de Aprendizagem e Recursos Educacionais, Plataformas de Compartilhamento de Vídeos, Sistemas de Busca de Informação, redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas e plataformas de comunicação por videoconferência, de acordo com as especificidades de cada componente curricular.

Quanto aos aspectos de acessibilidade, um dos recursos de acessibilidade integrado e disponível no Moodle é o NVDA o qual, através de voz sintética, possibilita que alunos com deficiência visual consigam o acesso ao ambiente. Ele é compatível com o sistema operacional Windows e outros softwares e aplicativos, como navegadores web, planilha eletrônica Microsoft Excel, Editor de Texto Microsoft Word, leitor PDF, como o Acrobat Reader, entre outros.

Através do NVDA, o aluno consegue realizar a leitura do material didático em qualquer idioma (se possuir sintetizador de voz com capacidade de falar o idioma desejado). Outro recurso de acessibilidade compatível e disponível no Moodle é o Vlibras, que faz a tradução automática da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

E o "Bloco acessibilidade" que oportuniza que os usuários personalizem o Moodle para suas necessidades visuais. Ele suporta a alteração de tamanhos de texto e esquemas de cores.

Por fim, o Moodle é avaliado no levantamento da CPA através da questão: Como você avalia o Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem (AVA) Moodle? As informações coletadas permitem ao NDE e Comissão de Curso ponderar sobre a relação dos discentes com a

plataforma de ensino e buscar soluções e ações para otimizá-la. Pelo AVA o aluno pode, quando precisar, em sua rotina de estudos, postar tarefas e rever conteúdos, vídeos, resumos, mapas mentais, figuras, organogramas, dentre outras possibilidades.

A sistematização dos processos de ensino e de aprendizagem se efetiva através de encontros síncronos que desencadeiam atividades assíncronas, avaliadas através de critérios explícitos e objetivos, pois o curso assume a ideia que o processo de avaliação da aprendizagem é parte do planejamento didático, caracterizando a avaliação como processual, sendo um instrumento diagnóstico, que serve para inicialmente identificar o conhecimento prévio dos alunos e na continuidade do processo, evidencia se o que o professor planejou está indo ao encontro dos limites e possibilidades dos alunos, se estão aprendendo a pensar, a relacionar, a reelaborar, ressignificar o conhecimento.

Interdisciplinaridade

A prática docente interdisciplinar demanda um olhar ampliado para o objeto do conhecimento, bem como o modo de mediar o conhecimento, com os alunos. Ela precisa considerar que “o conhecimento só é conhecimento enquanto organização, relacionado com as informações e inserido no contexto destas” (MORIN, 2000, p.16). O professor pode (deve) trabalhar de modo interdisciplinar, desde que contextualize o objeto de estudo, analise suas partes e o todo, valorizando-os igualmente.

Há também a possibilidade de integração sistêmica entre os saberes acadêmicos e não acadêmicos através das práticas extensionistas nas quais os estudantes se engajarão ao longo do seu processo formativo.

Também há evidências tanto dos processos de interdisciplinaridade quanto de transversalidade nos pressupostos que nortearam a própria criação e consolidação do curso de Licenciatura em Letras – Português EaD. A inserção nos currículos de componentes complementares, a possibilidade de inserção em diferentes grupos e projetos de ensino e/ou de pesquisa, desenvolvidos no campus, visam contribuir para a reconstrução da visão crítica e holística do conhecimento socialmente reconstruído, bem como os seus impactos locais, nacionais e/ou internacionais. Os componentes de Seminários Integradores também preveem que os docentes possam contribuir de forma mais efetiva para a interdisciplinaridade.

Práticas Inovadoras

O conceito de práticas inovadoras pode ser definido como o conjunto de ações que aprimoram a oportunidade de aprender bem [...] Inovação educacional significa, ultrapassar

nossos sistemas de ensino, para torná-los sistemas de aprendizagem (DEMO, 2012, p.8)²⁴. Neste sentido, inovador não precisa ser, necessariamente, algo novo ou inédito, como já mencionado.

Praticar inovação demanda reaprender a pensar de maneira complexa, buscando analisar o todo e as partes, educando o olhar para a observação (FREIRE, 1996), questionando ‘certezas’, ‘obviedades’, praticando a serendipidade, arte de valorizar os detalhes para a reconstrução do todo (MORIN, 2000).

Dessa forma, a ampliação dos espaços de aprendizagem sem os limitantes espaciais e temporais permitem flexibilização no planejamento, desenvolvimento de projetos/tarefas, atendimento personalizado às demandas dos alunos. Oportunizam também ampliar os horizontes formativos, culturais, sociais, planejando intercâmbios, visitas virtuais, produzindo ou assistindo videoconferências, eventos, dentre outras inúmeras possibilidades.

Nessa lógica, os eixos formativos previstos contemplam nos diferentes componentes curriculares a integração orgânica dos recursos digitais, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem adotado oficialmente na UNIPAMPA, o Moodle, e/ou através da utilização de outros recursos e/ou plataformas potencialmente úteis para a constituição de comunidades de aprendizagem. No moodle temos inúmeras funcionalidades que são testadas e instrumentalizadas para todos os docentes, tutores, interfaces a fim de que se possa sempre estar aprendendo.

Na UNIPAMPA existe a família JUCABYTE²⁵, que em forma de avatares tenta aproximar o virtual do real, o analógico do digital e assim, propiciando ambientes de reconstrução do ensinar e do aprender de modo contextualizado.

Acessibilidade Metodológica

A acessibilidade metodológica está balizada no artigo 24 do Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, reconhecendo o direito das pessoas com deficiência à educação.

Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, será assegurado um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (BRASIL, 2009). Segundo Art. 112 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, os requisitos de acessibilidade tomam como base o conceito de “pessoa com deficiência”, sendo definida como aquela que tem impedimento de longo prazo de

²⁴ Disponível em <http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3864> acessado em 23/06/2022.

²⁵ Para maiores detalhamento, acessar a página da divisão de educação a distância e procure a família JucaByte.

natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

No curso, o acesso ao currículo, para qualquer tipo de impedimento das pessoas com deficiência, requer, antes de tudo, condição que possibilite a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, mas também acesso aos materiais e metodologias de apoio pedagógico com a finalidade de representação e expressão da aprendizagem.

De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a acessibilidade deve prever a utilização das tecnologias assistivas no planejamento da estrutura curricular, adequadas aos objetivos, às metodologias, à avaliação e à temporalidade das atividades.

O planejamento da estrutura curricular visa também assegurar condições de permanência do sujeito com deficiência. Para tal a UNIPAMPA aprovou a Resolução CONSUNI/ nº 328/2021, que apresenta as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do PPC e a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência, na qual o capítulo II contempla a acessibilidade metodológica. Após esse pequeno recorte inicial, coube-nos revisar as instalações dos polos para que todos pudessem ser recebidos de forma acolhedora e com as necessidades de que necessitavam. Vale lembrar que os polos UAB são validados pela CAPES juntamente às prefeituras municipais que os mantêm, não sendo de responsabilidade da IES proponente do curso. Todos nossos Polos estão aptos perante a CAPES para a oferta do curso ora em tela. Como já mencionamos anteriormente, primamos pela flexibilização curricular e a interdisciplinaridade com a recuperação imediata da aprendizagem em eixos e sequências de componentes que propiciam o crescimento intelectual e construto de aprendizagens significativas ao longo do curso.

Propiciam também possibilidades de repercurso e períodos letivos especiais de verão e inverno, além de possibilidade de matrícula em componentes no caráter remoto, pela excepcionalidade da pandemia, que perdurou dois anos. Elencamos que todos os componentes curriculares foram pensados e idealizados com as diretrizes curriculares nacionais vigentes na época. É importante frisar que durante todo curso além dos professores, tivemos tutores presenciais e a distância, interfaces, além da coordenação de tutoria, que auxiliaram todo o corpo discente em todas as questões pedagógicas e administrativas do curso.

A universidade por meio do convênio UAB disponibiliza professores conteudistas para elaboração de materiais didáticos e instrucionais que possam ser utilizados por alguns professores, que assim o necessitarem. Lembramos que trabalhamos com a flexibilização curricular, entendendo que no mundo contemporâneo, com saberes e competências adquiridas não se faz necessário o uso de pré-requisitos: o aluno se torna o termômetro do que quer e quando quer aprender e internalizar conhecimento (falamos em orientação de matrícula e sugerimos pré-requisitos).

A oferta da componente curricular de Libras, com carga horária de 60h, é ofertado conforme preconiza a legislação vigente, mas entendemos de que há mais a se aprender no quesito; por esta razão, consta como obrigatória o componente curricular acessibilidade digital. No início do curso para todos é ofertado introdução às tecnologias (para acesso ao moodle e familiarização com os conceitos e ambientes virtuais) e o componente de letramento digital.

Ao todo, o curso tem duração de 8 (oito) semestres. É importante ressaltar que o tempo máximo de permanência no curso, tendo em vista que ele é institucional, mas, com fomento pelo Sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB, a turma é de oferta única então, durante o curso realizamos o repercurso, ou seja, ofertas curriculares para integralização curricular do(s) acadêmico(s), acompanhando semestralmente sua evolução.

A inclusão na Educação Superior está prevista na atual legislação educacional brasileira e é um princípio da educação. De acordo com a política nacional vigente são considerados estudantes com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.

Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia,

discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva, 2008, p. 15). No tocante especificamente a Educação Superior, para além da legislação prevista de forma geral, segundo o qual a inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional (2012, p. 9-10).

Nesse sentido, estão previstas flexibilizações em quatro eixos centrais:

- flexibilização nos métodos de ensino – superação do paradigma expositivo tradicional;
- flexibilização no formato e na utilização dos instrumentos de avaliação – rompimento com padrões únicos de expressão do conhecimento e da aprendizagem;
- flexibilização nos materiais didáticos utilizados no momento do ensino – recursos de tecnologia assistiva e formatos alternativos de informação;
- flexibilização nas atividades orientadoras de acompanhamento da aprendizagem (atividades educativas individualizadas, quando necessário).

Também apresenta orientações para a inclusão na Educação Superior o Documento Orientador das Comissões de Avaliação in loco para Instituições de Educação Superior, com enfoque em acessibilidade física e acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica), a qual caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. A forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará a remoção das barreiras pedagógicas e está relacionada diretamente à atuação docente.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o acesso, a participação e a aprendizagem dos discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação enfatiza a oferta de atendimento educacional especializado (AEE) – modalidade que perpassa os diferentes níveis de ensino e que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que contribuam para minimizar limites para a participação dos discentes, considerando suas necessidades educacionais específicas (NEE), as quais são advindas de condições de deficiências.

O atendimento educacional especializado (AEE, 2011) é realizado mediante a atuação de

profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, na Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, no sistema Braille, no Soroban, na orientação e mobilidade, nas atividades de vida autônoma, na comunicação alternativa, no desenvolvimento dos processos mentais superiores, nos programas de enriquecimento curricular, na adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, na utilização de recursos ópticos e não ópticos, na tecnologia assistiva e outros.

Na UNIPAMPA o apoio e orientação aos acadêmicos e docentes – atendimento educacional especializado – têm sido efetivados pelo NInA (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade) e por pedagogas e psicólogas designadas em cada campus para auxiliar nesse atendimento.

Para tanto, prevê-se a orientação do atendimento aos discentes com deficiência com base no trabalho colaborativo entre os profissionais especializados e os docentes e gestores, com o estabelecimento de parcerias com os profissionais do AEE na instituição, que, em conjunto com o professor do componente curricular, identificam as barreiras que impedem o acesso dos discentes aos elementos curriculares, providenciando metodologias de ensino e de aprendizagem compatíveis às características e necessidades pedagógicas.

No âmbito do curso, a flexibilização curricular e o atendimento diferenciado se beneficiam pela característica didático-pedagógica do trabalho interdisciplinar, que proporciona interação entre alunos com níveis cognitivos diversificados o que, por sua vez, é um modo de promover a inclusão social, por meio da aprendizagem significativa.

O trabalho colaborativo entre os professores é uma estratégia efetiva para auxiliar o educador a lidar melhor com as diferenças. O curso disponibiliza e implementa métodos e técnicas de trabalho didático-pedagógico pautados na concepção de atividades flexíveis, interdisciplinares e colaborativas, incentivando a customização de alternativas e de instrumentos de acesso ao currículo.

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) nos processos de ensino e de aprendizagem

As tecnologias da informação e comunicação nas universidades ampliaram o acesso às informações de diferentes formas para os acadêmicos. A diversidade de mídias digitais passou a fazer parte do cotidiano das pessoas. No meio educacional temos vivido a busca de qualificação e a necessidade de conhecimento educacional aliados à inserção da tecnologia informatizada no espaço escolar, pois, em muitos casos, as estruturas da escola não foram suficientemente qualificadas no campo das benfeitorias (laboratórios) nem no que se refere

aos recursos humanos (professores).

Todavia as políticas públicas relacionadas ao ensino avançaram na definição de que as tecnologias da informação e da comunicação devem ser uma constante no ambiente escolar. A dinamização de informações disponíveis, a facilidade de acesso, encaminharam para a necessidade de aproximação dos educadores com a prática científica e o uso de recursos tecnológicos.

Os contextos da Educação Básica e Superior demandam o desenvolvimento e a habilidade de retroalimentação de práticas educativas sistemáticas que podem ser auxiliadas pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação. Pois as exigências feitas pelo mundo globalizado têm provocado mudanças significativas também no contexto educacional, exigindo habilidades e competências para aprender cooperativamente.

Os conteúdos e experiências vividos no percurso formativo são a base em que nós nos apoiamos para empreender novos projetos. Com a evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) uma realidade em expansão é a modalidade da Educação a Distância (EaD) e os softwares educacionais, evidenciando a necessidade de despir-se da maneira tradicional de compreender o universo do ensinar e do aprender.

Para o desenvolvimento das atividades os docentes utilizam-se da Plataforma Moodle e contam com o suporte de diversos outros recursos, tais como blogs, podcasts, sites acessíveis, produção de vídeos acessíveis (legendas, ampliações, presença de intérpretes). Há permanente busca por recursos mais interativos e atualizados proporcionando situações cada vez mais interativas entre docentes, discentes e tutores.

Em atendimento ao que prescreve a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, bem como a Resolução CNE/CP nº 1/2020, especial atenção deve ser dada quanto à vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em diversos contextos de ensino e de aprendizagem.

Acreditamos que, para além de uma abordagem tecnicista quanto à necessidade vital dos recursos digitais para os professores do século XXI, há o importante papel do letramento e da fluência digital para que os discentes se tornem cidadãos participativos em nossa sociedade contemporânea.

O acesso e vivência com os recursos digitais em ambiente acadêmico instrumentalizado para agir e interagir com o mundo, posicionando-o como agente transformador da sua realidade,

ao produzir conhecimento e desenvolver competências complexas.

Em outras palavras, a inserção de recursos digitais aliados a uma perspectiva crítica, proporciona que consumidores de informação se transformem em agentes ativos na análise e produção de artefatos culturais.

De acordo com Jenkins et al. (2008), apesar de algumas competências e habilidades serem construídas através da interação espontânea com os recursos digitais, três aspectos devem ser considerados para receber intervenção pedagógica:

- 1) O acesso desigual aos meios digitais, o que ocasiona desigualdade de oportunidades, experiências, habilidades e conhecimento;
- 2) A falta de criticidade sobre como as mídias configuram e moldam as percepções de mundo;
- 3) A ética emergente no que diz respeito às formas de se relacionar e socializar (pessoal e profissionalmente), o que poderá oportunizar suas práticas como participantes ativos, críticos e éticos na sociedade atual, seja nos meios digitais ou não.

Ao abordar esses aspectos norteadores através da utilização das TDIC em espaços pedagógicos, o educador contribui para o acesso aos meios digitais e, acima de tudo, proporciona oportunidades para que os estudantes desenvolvam competências e habilidades que os tornarão participantes ativos na construção da cultura.

Outros recursos didáticos – Equipe Multidisciplinar

A Divisão de Educação a Distância, DED/PROGRAD, constituiu a Equipe Multidisciplinar²⁶, conforme Portaria nº 1.688, de 25 de novembro 2021, formada por diferentes profissionais que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição que ofertam atividades na modalidade a Distância, com contínuo diálogo entre os NDEs, coordenadores(as) de curso (com ou sem fomento externo), docentes, tutores(as), bolsistas de convênios de fomento externo de cursos EaD e técnicos(as) administrativos(as) em educação que participam direta e indiretamente das ações propostas pela equipe.

A DED, vinculada à Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento, Avaliação e Acreditação da Pró-Reitoria de Graduação, tem como um de seus objetivos assessorar a implantação e desenvolvimento de cursos e projetos mediados por tecnologias educacionais, assim como fomentar a utilização de tecnologias educacionais e a educação a distância na

²⁶ Anteriormente tínhamos servidores técnicos administrativos em cada função. Por oportuno, tendo em vista a dinamicidade dos trabalhos, foi instituída a equipe multidisciplinar, que atende a diversidade de demandas do curso. De acordo com os [Referenciais para a educação superior a distância \(2007\)](#), a equipe multidisciplinar deve estar integralmente expressa no Projeto Pedagógico de um curso na modalidade a distância.

instituição.

Nesse sentido, a Equipe Multidisciplinar é configurada a partir da atuação da Divisão de EaD, em parceria com outros setores da instituição. Cria-se, portanto, uma rede de apoio às atividades e cursos oferecidos na modalidade EaD, alinhando-se ou assemelhando-se a um Plano de Contingência para as ações da modalidade. As ações da Equipe Multidisciplinar estão em consonância com as normativas sobre regulação e avaliação de cursos, Projetos Pedagógicos de Cursos e Plano de Desenvolvimento Institucional - 2019/2023 (Iniciativas e metas relativas à modalidade EaD), a seguir descritas:

1. Assessorar a implementação de cursos e projetos de educação mediados por tecnologias educacionais no âmbito da educação aberta e a distância
Público: comunidade acadêmica
Periodicidade: semestral
Setor responsável: DED / PROGRAD
2. Auxiliar as coordenações de curso e NDEs na atualização do Projeto Pedagógico do Curso
Público: Coordenadores de cursos
Periodicidade: semestral
Setor responsável: Núcleo de Projetos Políticos Pedagógicos - NPPP / DPDA / PROGRAD; DED/ PROGRAD
3. Prestação de assistência pedagógica e técnica aos docentes na elaboração de material didático autoral impresso ou disponibilizado para os discentes no ambiente virtual de aprendizagem (AVA)
Público: Docentes dos cursos
Periodicidade: semestral
Setor responsável: DED / PROGRAD
4. Planejamento para realização de análise de materiais didático-pedagógicos utilizados nos processos de ensino e de aprendizagem para a modalidade de educação a distância.
Público: Comunidade Acadêmica dos Cursos
Periodicidade: semestral
Setor responsável: DED / PROGRAD
5. Promoção de atividades de formação e capacitação para uso do AVA institucional, ferramentas de TICs, gravação e edição de videoaulas e materiais audiovisuais, aos docentes, tutores e demais profissionais envolvidos no desenvolvimento dos cursos EaD e presenciais que ofertam carga horária EaD
Público: Docentes, tutores e demais profissionais envolvidos em cursos EaD

Periodicidade: semestral

Setor responsável: DED / PROGRAD

6. Atuação na concepção, produção e disseminação de tecnologias, de metodologias e dos recursos educacionais para a educação a distância

Público: Coordenações e docentes de cursos

Periodicidade: semestral

Setores responsáveis: Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) e DED/PROGRAD

Atribuições dos membros da Equipe Multidisciplinar (atualizadas para 2022):

- a) Ailime Ferreira Rodrigues, Técnica de Tecnologia da Informação

- Suporte ao usuário em TICs - AVA / Moodle;
- Orientações quanto a utilização de TICs e recursos educacionais
- Análise de materiais didático-pedagógicos
- Elaboração de atividades de Capacitação do básico ao avançado do AVA / Moodle

- b) Daniele dos Anjos Schmitz, Pedagogo-Área

- Revisão de Acessibilidade em Materiais Didáticos
- Revisão de Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos
- Contribuição para melhorar a acessibilidade digital, por meio de ações de inclusão;
- Elaboração de atividades de formação

- c) Elvis Galarca Menezes Mendes, Técnico de Tecnologia da Informação

- Suporte ao usuário em TICs - AVA / Moodle
- Orientações quanto a utilização de TICs e recursos educacionais
- Análise de materiais didático-pedagógicos
- Elaboração de atividades de Capacitação do básico ao avançado do AVA / Moodle

- d) Henrique Rockenbach de Almeida, Programador Visual

- Programação Visual em materiais de comunicação e material didático-pedagógico
- Serviços administrativos relativos a Cursos e Polos
- Orientações quanto a programação visual para produção materiais-didático pedagógicos
- Análise de materiais didático-pedagógicos
- Orientações quanto a utilização de TICs e recursos educacionais

- Elaboração de atividades de Capacitação do básico ao avançado do AVA / Moodle e de outras ferramentas tecnológicas para o ensino a distâncias
- e) Isaphi Marlene Jardim Alvarez, Professor do Magistério Superior e coordenadora dos polos UAB
- Orientações pedagógicas relacionadas à Educação a Distância
 - Análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos
 - Análise de materiais didático-pedagógicos
- f) Karine Braga Moreira, Técnico em Assuntos Educacionais
- Orientações pedagógicas relacionadas à Educação a Distância
 - Análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos
 - Análise de materiais didático-pedagógicos
- g) Leonardo Matthis Fischer, Analista de Tecnologia da Informação
- Suporte de Infraestrutura de TI - AVA / Moodle
- h) Maria Cristina Graeff Wernz, Secretário Executivo
- Orientações pedagógicas relacionadas à Educação a Distância
 - Serviços administrativos relativos a Cursos e Polos
- i) Marilice Cortes, Secretário Executivo e assessora do Curso de Letras Ead
- Orientações e as práticas pedagógicas relacionadas à Educação a Distância e ao curso de Letras
 - Serviços administrativos relativos a Cursos e Polos
 - Apoio de TI a alunos, professores e tutores
- j) Mateus Guimarães da Silva, Professor do Magistério Superior
- Orientações pedagógicas relacionadas à Educação a Distância
 - Orientações quanto a Avaliação de Cursos
 - Planejamento de atividades de Capacitação
- k) Verônica Morales Antunes, Pedagogo-Área
- Orientações pedagógicas relacionadas à Educação a Distância
 - Análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos

Avaliação da aprendizagem

Avaliar é um processo contínuo, que precisa incluir a autoavaliação do aluno e do professor, desenvolvido através da aprendizagem de realizar a observação sistemática dos processos de ensino e de aprendizagem, elaborando um acompanhamento das ações planejadas, efetivadas ou não, definidas previamente com objetivos claros e intencionais.

A avaliação faz parte do processo de aprendizagem, ela necessita ser pensada a fim de ser preventiva e diagnóstica, sendo realizada mediante a análise das produções, manifestações, participações e questionamentos dos alunos acompanhadas metodologicamente pelo professor.

Para viabilizar essa avaliação, o professor, com olhar educado para a observação (FREIRE, 2008), coleta indícios, fatos, relativos aos processos subjetivos dos alunos e da sua prática com eles, analisa-os metodologicamente, a fim de continuamente qualificar e/ou modificar as estratégias quando a realidade assim demandar.

Relembrando que “olhar sem pauta se dispersa” (FREIRE, 2008) e por isso o professor precisa conhecer e ter ressignificado para si o conhecimento cientificamente reconstruído sobre quais são os indícios, fatos que justificam afirmar se os alunos estão aprendendo ou não, pois a competência didática tem a ver com o saber e o saber fazer os sujeitos aprenderem (PERRENOUD, 2000).

Conforme o Regimento Geral da UNIPAMPA, Resolução nº. 29/2011: Desempenho Acadêmico Art. 56 - A aprovação nas atividades de ensino dependerá do resultado das avaliações efetuadas ao longo de seu período de realização, na forma prevista no Plano de Ensino, sendo o resultado global expresso em nota, conforme estabelecido pelo Regimento Geral da Universidade. § 1º - O discente que alcançar a nota final mínima de 6 (seis) nas atividades de ensino, incluídas as atividades de recuperação de ensino, além de frequência mínima de 75% da carga horária da componente curricular, será considerado aprovado. § 2º - O resultado das atividades de ensino deverá ser divulgado aos discentes em até 10 (dez) dias úteis, após a sua realização. § 3º - É assegurado ao discentes vistas aos documentos referentes à sua avaliação, após a divulgação do resultado. § 4º - Caberá à Secretaria Acadêmica de cada campus o armazenamento dos registros de nota final, bem como os demais registros acadêmicos existentes.

Além disso, a avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem se caracteriza pelas seguintes dimensões:

a) **Reflexiva:** a avaliação pressupõe que os sujeitos envolvidos nos processos de ensino e de

aprendizagem questionem se o conhecimento reconstruído, as competências, habilidades requeridas e as metodologias de ensino estão adequadas para que os processos sejam bem-sucedidos, considerando como referência os objetivos e metas propostos para o curso e/ou componente curricular.

- b) **Recíproca:** o processo de avaliação requer a autoavaliação (de alunos e professores), a avaliação processual do componente e dos processos de ensino e de aprendizagem.
- c) **Contínua:** iniciando com o diagnóstico do conhecimento prévio dos alunos, a fim de se identificar de qual lugar o grupo parte, e, a cada ação planejada, há necessidade de se refletir criticamente, de considerar o critério de reciprocidade, da estratégia sistemática de acompanhamento processual escolhida;
- d) **Singular:** a avaliação coerente com as dimensões anteriores, respeita as diferenças dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem. Tal opção pressupõe considerá-los como sujeitos coletivos e singulares, uno/diversos (MORIN, 2000) em relação à troca/produção/reconstrução e socialização de conhecimento.

No cotidiano do curso são disponibilizados via Moodle instrumentos de avaliação periódicos conforme o planejamento de cada docente como: fóruns, glossários, resenhas, artigos, relatórios, vídeos, questionários, estudos de casos, pesquisas.

Apoio ao discente

A UNIPAMPA tem como compromisso a inclusão educacional de seus estudantes materializada pelo trabalho do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) da Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão (ADAFI), além de psicólogos e pedagogos lotados em cada unidade/Campus e psicólogos na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, que podem ser acionados por demandas específicas.

Esse trabalho é realizado de modo transversal, intersetorial e multidisciplinar na Universidade, alcançando de modo articulado todas as unidades acadêmicas, setores da Reitoria e Pró-Reitorias. Para tanto, além do grupo de servidores próprio do NInA/Reitoria, o Núcleo conta com os Interfaces NInA para área da inclusão e acessibilidade nos dez campi, os quais atuam como facilitadores/mediadores no processo de articulação entre as demandas existentes no campus visando o desenvolvimento e execução das políticas de inclusão e acessibilidade na UNIPAMPA, a remoção e/ou minimização das barreiras impostas aos processos de ensino e de aprendizagem, com a indicação de formas de superação e estratégias de ação para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou com altas habilidades/superdotação.

As principais atividades do NInA são:

- a) identificar, cadastrar e planejar o ingresso, a permanência e a formação dos acadêmicos com deficiência e demais necessidades educacionais especiais;
- b) criar mecanismos que possibilitem flexibilidade e inovação nos componentes curriculares nos cursos da UNIPAMPA;
- c) identificar as condições de infraestrutura e de acessibilidade para a proposição de adequações nas várias áreas dos *campi* da UNIPAMPA;
- d) desenvolver ações de sensibilização, orientação e mobilização e formação aos docentes, dirigentes e servidores técnico-administrativos, almejando a construção de uma efetiva política inclusiva.

A política de apoio ao estudante é efetivada por meio da Equipe da coordenação acadêmica, que inclui pedagogos, técnicos em assuntos educacionais psicólogos, assistentes sociais, intérprete de libras e assistente em administração e da assistência estudantil.

Em relação ao apoio a discentes com deficiência, foi aprovada a Resolução CONSUNI nº 328/2021 que institucionaliza as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis, contemplando também o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes visando a autonomia e independência na Instituição e fora dela, a partir da avaliação da equipe multidisciplinar.

Ainda, a Resolução CONSUNI nº 240/2019 prevê, no art. 5º, a dilatação do tempo máximo de integralização curricular para alunos com deficiência. Também, são desenvolvidos os seguintes programas de assistência estudantil, pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários:

- a) Programa de Apoio ao Ingressante;
- b) Plano de Permanência (PP), constituído pelos Programas de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa;
- c) Programa de Moradia Estudantil João de Barro,;
- d) Programa de Apoio ao Transporte e Programa de Auxílio Creche;
- e) Política de Assistência Estudantil para discentes indígenas e quilombolas;
- f) Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE);
- g) Programa de Apoio Emergencial (extrema vulnerabilidade socioeconômica);
- h) Programa de Apoio Social e Pedagógico (PASP) para acompanhamento a estudantes das ações afirmativas e beneficiários do Plano de Permanência (PP);

- i) Programa de Participação de Mobilidade Acadêmica para auxílio em período de Mobilidade Acadêmica.

Além dessas ações, há o Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA), que possibilita o apoio na realização de atividades acadêmicas no contexto da graduação, através da concessão de bolsas nas modalidades de ensino e monitoria em componente curricular; pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; extensão e cultura; ações sociais, culturais e de atenção à diversidade no âmbito da comunidade acadêmica.

Também, a Pró-Reitoria de Graduação realiza Chamadas Internas para seleção de bolsistas que atuarão na organização e oferta de atividades de nivelamento a discentes, em componentes curriculares com baixo aproveitamento, ou ainda editais de chamamento de mediadores virtuais pedagógicos. Ainda, a Diretoria de Assuntos Institucionais e Internacionais (DAINTER) divulga editais de seleção de discentes para participação em programas de mobilidade acadêmica internacional e estudo em instituições estrangeiras, como exemplo o BRAMEX e BRACOL, já mencionados anteriormente.

Além disso, foi aprovada a Instrução Normativa nº 33 de 23 de dezembro de 2021, a qual estabelece os procedimentos internos para a mobilidade acadêmica de discente de graduação, no âmbito da Universidade, contemplando as modalidades de mobilidade acadêmica internacional: *'outgoing'*, *'incoming'* e virtual ou em cidades de fronteira.

Outra forma de apoio aos discentes é a possibilidade de usufruir dos serviços de tradução e interpretação entre a língua portuguesa e outros idiomas, no âmbito da UNIPAMPA, nos termos da Instrução Normativa nº 35, 23 de dezembro de 2021, que estabelece os respectivos fluxos e procedimentos internos.

Dentre os serviços prestados pelos tradutores intérpretes institucionais, destacam-se o assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como: suporte linguístico a atividades desenvolvidas por alunos internacionais; orientação de bolsistas em atividades relacionadas a idioma e internacionalização (com possibilidade de supervisão); dentre outras.

Visando contribuir para a permanência e o sucesso dos discentes na integralização dos cursos, cabe mencionar a Resolução CONSUNI nº 300, de 10 de dezembro de 2020, a qual estabelece o Programa Institucional de acompanhamento e enfrentamento dos índices de retenção e evasão.

No Plano de Desenvolvimento Institucional é descrita a Política de Assistência Estudantil e

Comunitária, considerada de extrema importância por viabilizar o acesso à Educação Superior Pública Federal por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção.

As políticas desenvolvidas na UNIPAMPA são baseadas no que foi estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC (PNAES - Decreto nº 7.234/2010), pelo Plano de Desenvolvimento Institucional e pelas demais legislações pertinentes. Cada campus conta a Equipe da coordenação acadêmica, que inclui pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, psicólogos, assistentes sociais, intérprete de libras e assistente em administração. a fim de garantir a execução e articulação das ações de acessibilidade e inclusão, das atividades de cultura, lazer e esporte, das ações de acompanhamento aos cotistas, das políticas de ações afirmativas e dos demais projetos.

Quanto a Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, esta é fomentada e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA). É papel do NInA, em articulação com as demais Unidades da Universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.” (Decreto nº 7.691/2011).

Também elaboramos redes de comunicação entre alunos líderes de cada polo e os seus tutores. A coordenação de curso, assim como todos os docentes, disponibiliza horários de atendimentos individuais para demandas pontuais, além de rápida comunicação pelo WhatsApp e com os tutores presenciais e a distância, e interfaces para eventuais devolutivas e/ou encaminhamentos.

Gestão do curso a partir do processo de avaliação interna e externa

A autoavaliação institucional é promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente, constituído pela portaria nº697, de 26 de março de 2010, que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna. A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos campi e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica – um docente, um técnico-administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa –, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs, agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão.

São avaliadas as seguintes dimensões: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

(PDI); a política de ensino, pesquisa, extensão, pós graduação; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; políticas de pessoal (carreira, remuneração, desenvolvimento e condições); organização e gestão; infraestrutura física, de ensino, de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento e avaliação: especialmente os processos e resultados da auto avaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira (BRASIL, 2017a).

As temáticas da EaD e da inclusão de alunos com necessidades especiais perpassa transversalmente essas áreas. Inclui-se ainda o Programa de Acompanhamento do Egresso (PAE), da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), regulamentado pela resolução CONSUNI/UNIPAMPA N° 294, de 30 de novembro de 2020.

Este programa, em atividade desde 2016, tem por objetivo estabelecer a política e as ações de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação desta Universidade. A Unipampa desenvolveu o Programa de Acompanhamento de Egresso (PAE), visando estabelecer a política e as ações de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação desta Universidade.

Cabe aos docentes da Comissão de Curso divulgar a política de acompanhamento de egressos aos alunos, principalmente aos formandos. Através da comunicação com os egressos, metas poderão ser traçadas para resolver problemas relativos à formação oferecida, o que, de modo recursivo, pode contribuir para que a comunidade acadêmica identifique limites e possa qualificar os cursos.

O papel do docente é fundamental, ainda, para que se estabeleça um processo de sensibilização dos alunos sobre a importância de contribuírem com a avaliação da instituição. Cabe ao NDE sistematizar os achados para refletir acerca das condições e percepções dos egressos.

Recursos didáticos

O curso conta com os recursos didáticos da própria universidade bem como os recursos presentes em cada polo de apoio presencial (institucional ou UAB). Fazem parte destes recursos um importante acervo bibliográfico, jogos didáticos, brinquedos pedagógicos, equipamentos tecnológicos como computadores, filmadoras e máquinas fotográficas. Há ainda o Repositório Institucional que conta com inúmeros portadores de textos, em mídias diversas.

Para realização das atividades interativas é utilizada a plataforma Moodle que tem a

capacidade de armazenar e disponibilizar diferentes objetos de aprendizagem tais como vídeos, áudios, podcast, livros, gráficos, infográficos, tabelas, sites entre outros. A produção dos recursos didáticos ocorre com o apoio da DED, com a função de orientar e assessorar os docentes para o uso adequado dos materiais didáticos, integrando ferramentas síncronas e assíncronas para apresentação dos conteúdos.

Como mencionamos anteriormente temos a equipe multidisciplinar, a qual presta assistência pedagógica e técnica aos docentes na elaboração de material didático autoral impresso ou disponibilizado para os discentes no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Também auxilia no planejamento para realização de análise de materiais didático-pedagógicos utilizados nos processos de ensino e de aprendizagem para a modalidade de educação a distância.

Ementário

A seguir é apresentado o ementário do curso, ressaltando-se a possibilidade de alteração da bibliografia básica ou complementar, especialmente se foram identificadas dificuldades de aquisição de alguns títulos previstos. Contamos com todas as bibliotecas físicas nos polos e o Minha Biblioteca e a Pearson (com acesso a todos alunos da modalidade a distância).

1º SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática Pedagógica e Seminário Integrador I	Carga horária total: 60h + 45h (PCC) = 105
	Teórica: 60
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 45h
Ementa	
As narrativas pessoais e a formação docente. O memorial como dispositivo de formação pessoal e profissional. Seminário integrado dos componentes curriculares do semestre.	
Objetivos	
Elaborar textos que resgatem dimensões da memória pessoal e profissional do sujeito. Relacionar as experiências de vida e o processo de formação profissional a partir das próprias produções textuais. Reconhecer a estrutura do memorial.	
Conteúdos Programáticos	
Narrativas pessoais Formação docente Produção textual	
Referências Bibliográficas Básicas	
BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. JOSSO, M. C. Experiência de vida e formação . São Paulo: Cortez, 1. 2010. NÓVOA, António (Org.). Vida de professores . Porto: Porto, 2007.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BORTONI-RICARDO, Stela Maris; DE SOUSA, Maria Alice Fernandes. Falar, ler e escrever em sala de aula . São Paulo: Parábola, 2008. EMEDIATO, Wander. A fórmula do texto . 3. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2007. FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Oficina de texto . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto . 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. MACHADO, Anna Rachel (coord.). Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para a revisão bibliográfica . São Paulo: Parábola, 2007.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática em Linguagem I	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Procedimentos de leitura e escrita. Construção e efeitos de sentido. Avaliação de leitura.	
Objetivos	
Desenvolver a capacidade de ler, interpretar e produzir textos escritos.	
Conteúdos Programáticos	
Procedimentos e técnicas de leitura Produção textual Estudo da coesão e da coerência A construção do sentido	
Referências Bibliográficas Básicas	
KLEIMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura . 9. ed. Campinas: Pontes, 2005 KLEIMAN, Ângela. Oficinas de leitura: teoria e prática . 6. ed. São Paulo: Pontes, 1998 SOLÉ, Isabel. Estratégias de Leitura . 6. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.	
Referências Bibliográficas Complementares	
FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristóvão. 17. ed. Prática de textos para estudantes universitários . Petrópolis: Vozes, 2008 INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação . São Paulo: Scipione, 1998. MARTINS, Maria Helena. O que é leitura . 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997 PLATÃO, F. e FIORIN, J. L. Para entender o texto: leitura e redação . 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. RANGEL, Mary. Dinâmicas de leitura para sala de aula . 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Leituras do Fato Literário I	Carga horária total: 60h
	Teórica:
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Textos literários curtos nacionais e internacionais. Crítica literária. Produção textual.	
Objetivos	
Ler, apresentar e discutir textos literários curtos nacionais e internacionais. Ler e discutir textos de crítica literária. Produzir textos.	
Conteúdos Programáticos	
Estudo dos textos literários curtos (nacionais e internacionais) Leitura e produção textual Estudo da crítica literária	
Referências Bibliográficas Básicas	
CÂNDIDO, Antonio. Na sala de aula: caderno de análise literária. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998. ECO, Umberto. Obra aberta. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. MAINGUENEAU, Dominique. Pragmática para o discurso literário. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.	
Referências Bibliográficas Complementares	
JOUVE, Vincent. A leitura. São Paulo: EdUNESP, 2002. MAN, Paul de. Escritos críticos (1953-1978). Madrid: Gráficas Rógar, 1996. NITRINI, Sandra. Literatura comparada: história, teoria e crítica. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. POUND, Ezra. ABC da literatura. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. SANTOS, Luis Alberto B.; OLIVEIRA, Silvana P. Sujeito, tempo e espaço ficcionais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Introdução a Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na Educação	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Bibliotecas Digitais. Ferramentas de comunicação assíncronas e síncronas.	
Objetivos	
Familiarizar-se no uso do ambiente virtual de aprendizagem adotado pelo curso. Consultar referências <i>online</i> . Conhecer, comparar e usar diferentes tecnologias de comunicação, assíncronas e síncronas. Refletir sobre o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação na educação.	
Conteúdos Programáticos	
Estudo dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem Pesquisa sobre as bibliotecas digitais Conhecendo as ferramentas de comunicação (síncrona e assíncrona)	
Referências Bibliográficas Básicas	
LÉVY, Pierre. Cibercultura . Editora 34, 1999. MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a Distância . Summus, 2011. (Pontos e Contrapontos) TORI, Romero. Educação sem distância : as tecnologias interativas. SENAC São Paulo, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BARBOSA, Simone; SILVA, Bruno. Interação Humano-Computador . Campus, 2010. CARVALHO, Ana Amélia A. (Org.). Manual de Ferramentas da Web 2.0 para Professores . 2008. Disponível em: < http://www.crie.min-educ.pt/publico/web20/manual_web20-professores.pdf >. Acesso em: 04 abr. 2012. DA SILVA, Robson Santos. Moodle para autores e tutores . 2. ed. Novatec, 2011. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia : saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 2011. SEABRA, Carlos. Tecnologia na escola . Telos Empreendimentos Culturais, 2010. Disponível em: < https://www.institutoclaro.org.br/banco_arquivos/Cartilha.pdf >. Acesso em: 04 abr. 2012. Bibliotecas Digitais em Informática na Educação e Repositórios digitais em geral	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Estudos Gramaticais I	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Aspectos morfológicos da Língua Portuguesa no âmbito da Gramática. Estruturas, classes e formações de palavras.	
Objetivos	
Fortalecer o conhecimento da gramática tradicional. Introdução ao estudo da gramática descritiva do português brasileiro.	
Conteúdos Programáticos	
Morfologia da língua portuguesa Estudo das estruturas, classes e formação de palavras Estudo da gramática descritiva do português brasileiro	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2012.</p> <p>_____. O preconceito linguístico. Parábola: São Paulo.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.</p> <p>CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 4. ed. Editora Lexikon, 2008.</p> <p>TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. 12. ed. São Paulo: Cortez 2008.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BECHARA, Evanildo. Gramática fácil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2014. ILAB</p> <p>Rodolfo (org.); CASTILHO, Ataliba Teixeira de (coord.). Gramática do português culto falado no Brasil, vol. III: palavras de classe aberta. São Paulo: Contexto, 2014.</p> <p>_____. Gramática do português culto falado no Brasil, vol. IV: palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2015.</p> <p>HAUY, Amini Boainain. Gramática da língua portuguesa padrão. São Paulo: EdUSP, 2014.</p> <p>PERINI, Mário. Gramática descritiva do português brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2016.</p> <p>POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. 24ª. reimp. Campinas: Mercado de Letras, 2010.</p> <p>RODRIGUES, Angela; ALVES, Ieda Maria (orgs.); CASTILHO, Ataliba (coord.). Gramática do português culto falado no Brasil, vol. VI: a construção morfológica da palavra. São Paulo: Contexto, 2015.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Introdução ao Trabalho Científico	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
<p>Introdução à pesquisa: ciência e senso comum. Seminário como método e técnica de pesquisa. Leitura e produção textual na universidade. Técnicas de leitura e de elaboração de trabalhos monográficos: pesquisa bibliográfica, esquemas, fichamento, resumo, resenha e relatório. Partes do trabalho acadêmico. Normas para redação de trabalhos monográficos: tipos de citação, referenciação, plágio, falsificação e fraude. Introdução à pesquisa científica: métodos e técnicas de pesquisa.</p>	
Objetivos	
<p>Reconhecer os principais métodos e técnicas de pesquisa na área de estudos da linguagem; reconhecer os principais gêneros textuais acadêmicos; desenvolver técnicas de leitura e de produção de textos acadêmicos; desenvolver técnicas de aprendizagem; exercitar as normas da boa conduta científicas na elaboração de trabalhos acadêmicos.</p>	
Conteúdos Programáticos	
<p>Introdução ao estudo da pesquisa: ciência e senso comum Métodos e técnicas de pesquisa Produzindo textos na universidade Elaborando trabalhos monográficos Norma de trabalhos científicos</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. GOLDSTEIN, Norma, LOUZADA, Maria Silvia, IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Sistema de Bibliotecas. Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos – conforme normas da ABNT / organização. Cátia Rosana L.de Araújo, Cristiane Pereira Maciel, Dilva Carvalho Marques, Universidade Federal do Pampa, Sistema de Bibliotecas – Bagé: [s. n.], 2010.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2009. BORTONI-RICARDO, Stella Maris. O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008. MARCONI, Marina de A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007. 315 p. RUDIO, Franz V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 144 p. XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana (orgs.). Conversas com lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística. São Paulo: Parábola, 2003.</p>	

2° SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 60h + 45h (PCC) = 105
Prática Pedagógica e Seminário Integrador II	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 45h
Ementa	
Leitura das práticas de ensino de língua portuguesa. O respeito às diferenças culturais e o direito linguístico. Elaboração de entrevistas com professores da rede de ensino como prática pedagógica. Produção de relatório de pesquisa de campo como prática pedagógica. Seminário integrador dos componentes do semestre.	
Objetivos	
Refletir sobre as práticas de ensino de língua portuguesa, a partir de entrevistas feitas com professores que atuam em sala de aula, sobretudo na rede pública.	
Conteúdos Programáticos	
Ensino da língua portuguesa na escola Cultura e direito linguístico A pesquisa na escola Produzindo o relatório de pesquisa	
Referências Bibliográficas Básicas	
ANTUNES, Irandé. Lutar com as palavras: coesão e coerência . São Paulo: Parábola, 2010. EMEDIATO, Vander. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura . 3 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2007. MEDINA, Cremilda de Araújo. Entrevista: o diálogo possível . 6 ed. São Paulo: Ática, 1988.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz . São Paulo: Loyola, 1998. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna . 27 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização . 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola, 2008. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática na escola . São Paulo: Contexto, 2003.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática em Linguagem II	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Planejamento e técnicas de entrevista. Recursos textuais para transcrição de fala e discurso reportado. Produção textual de relato de entrevista. Produção textual de relatório de atividade de campo.	
Objetivos	
Desenvolver habilidades textuais e discursivas para realização de coleta de dados para pesquisa em espaços escolares.	
Conteúdos Programáticos	
Técnicas de entrevista Planejando uma entrevista Transcrição das falas Produzindo um relato de entrevista	
Referências Bibliográficas Básicas	
GERALDI, João Wanderley. Aprender e ensinar com textos de alunos . 3 ed. São Paulo, Cortez, 1997. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto . São Paulo: Contexto, 2006. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Oficina de textos . 3 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2003. FIGUEIREDO, L. C. A redação pelo parágrafo . Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995. KOCH, Ingedore G. V. O texto e a construção dos sentidos . 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007. KOCH, Ingedore G. V. Desvendando os segredos do texto . 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Leituras do Fato Literário II	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Apresentação, leitura e discussão de textos literários, priorizando a literatura brasileira do final do séc. XX e início do XXI.	
Objetivos	
Desenvolver estratégias de letramento, a partir da leitura, interpretação e discussão de textos literários, em paralelo à leitura e discussão de textos de crítica literária, como forma de suporte à compreensão dos mesmos. Promover a aproximação do aluno à metalinguagem dos estudos literários, introduzindo-o nos componentes curriculares de Estudos Literários e demais componentes de literatura.	
Conteúdos Programáticos	
A literatura brasileira Discutindo textos A crítica literária A metalinguagem nos estudos literários	
Referências Bibliográficas Básicas	
ABDALA JR., Benjamin (Org.). Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras culturas. São Paulo: Boitempo, 2004. CANDIDO, A. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. 11 ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2010. SANTOS, Luis A. Brandão; OLIVEIRA, Silvana P. Sujeito, tempo e espaço ficcionais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CANDIDO, A. Na sala de aula: cadernos de análise literária. 8 ed. São Paulo: Ática, 2008. 95 p. MORICONI, Italo (Org.). Os cem melhores contos brasileiros do século. São Paulo: Objetiva, 2000. NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortês (Org.). Narrativa: Ficção e História. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 9-35. RESENDE, Beatriz (Org.). Contemporâneos. Expressão da literatura brasileira no séc. XXI. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. WISNIK, José Miguel. Sem receita: ensaios e canções. São Paulo: Publifolha, 2006.	
Identificação do Componente	

Letramento Digital	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Produção de conteúdos <i>online</i> . Edição colaborativa.	
Objetivos	
Conhecer, comparar e usar diferentes tecnologias para a produção de conteúdos e a colaboração <i>online</i> .	
Conteúdos Programáticos	
Produzindo conteúdos online. Editando conteúdos de maneira colaborativa Conhecendo ferramentas de edição disponíveis na Web	
Referências Bibliográficas Básicas	
LÉVY, Pierre. Cibercultura . Editora 34, 1999. RECUERO. R. Redes sociais na internet . 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. TORI, Romero. Educação sem distância : as tecnologias interativas. SENAC São Paulo, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BARBOSA, Simone; SILVA, Bruno. Interação Humano-Computador . Campus, 2010. CARVALHO, Ana Amélia A. (Org.). Manual de Ferramentas da Web 2.0 para Professores . 2008. Disponível em: < http://www.crie.min-edu.pt/publico/web20/manual_web20-professores.pdf >. Acesso em: 04 abr. 2012. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia : saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 2011. SEABRA, Carlos. Tecnologia na escola . Telos Empreendimentos Culturais, 2010. Disponível em: < https://www.institutoclaro.org.br/banco_arquivos/Cartilha.pdf >. Acesso em: 04 abr. 2012. SILVIA, Robson Santos da. Moodle para autores e tutores . 2 ed. Novatec, 2011. Bibliotecas Digitais em Informática na Educação e Repositórios Digitais em Geral.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 60h

Estudos Gramaticais II	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Fortalecer o conhecimento da gramática tradicional. Introdução ao estudo da gramática descritiva do português brasileiro.	
Objetivos	
Aspectos sintáticos da Língua Portuguesa no âmbito da Gramática Tradicional. Constituintes imediatos da oração. Sintaxe do período simples e do período composto. Comparação entre os enfoques linguístico e tradicional.	
Conteúdos Programáticos	
Estudo da gramática tradicional Estudo da gramática descritiva Sintaxe da Língua Portuguesa	
Referências Bibliográficas Básicas	
BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro . São Paulo: Parábola, 2011. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa . Edição revista e ampliada. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo . 5. ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ILARI, Rodolfo (org.); CASTILHO, Ataliba Teixeira de (coord.). Gramática do português culto falado no Brasil, vol. III: palavras de classe aberta . São Paulo: Contexto, 2014. _. Gramática do português culto falado no Brasil, vol. IV: palavras de classe fechada . São Paulo: Contexto, 2015. PERINI, Mário A. Gramática descritiva do português . 4. ed. São Paulo: Ática, 2007. PERINI, Mário A. Gramática do Português Brasileiro . São Paulo: Parábola, 2010. POSSENTI, Sírio. Questões de linguagem: passeio gramatical dirigido . São Paulo: Parábola, 2012. SILVA, Maria Cecília P de Souza; KOCH, Ingedore Villaça. Linguística aplicada ao Português: Sintaxe . São Paulo: Cortez, 2009.	

3° SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 60h + 45h (PCC)= 105h
Prática Pedagógica e Seminário Integrador III	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 45h
Ementa	
História e atualidade das metodologias de ensino de língua portuguesa. Práticas investigativas contemporâneas sobre o ensino de língua portuguesa e literatura em espaços escolares como prática pedagógica. Seminário integrador dos componentes do semestre. Seminário integrador dos componentes do semestre.	
Objetivos	
Planejar e executar pesquisa a respeito dos materiais didáticos e metodologias de ensino de língua portuguesa e literatura em espaços escolares.	
Conteúdos Programáticos	
Estudo das metodologias de ensino de língua portuguesa Práticas investigativas em espaços escolares	
Referências Bibliográficas Básicas	
GUEDES, Paulo Coimbra. A formação do professor de Português: que língua vamos ensinar? São Paulo: Parábola, 2006.	
NEVES, I. C. B. Ler e escrever, compromisso de todas as áreas. 9. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011.	
PRESTES, Maria Luci de Mesquita. Leitura e (re)escritura de textos: subsídios teóricos e práticos para o seu ensino. 6. ed. Catanduva: Rêspel, 2006.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BAGNO, Marcos, STUBBS, Michael, GAGNÉ, Gilles. Língua materna: letramento, variação e ensino. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2002.	
FULGÊNCIO, Lúcia, LIBERATO, Yara. É possível facilitar a leitura: um guia para escrever claro. São Paulo: Contexto, 2007.	
SOARES, Magda Becker. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática, 2000.	
TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.	
TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática: ensino plural. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática em Linguagem III	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estratégias de leitura: procedimentos ascendentes e descendentes. Prática de elaboração de fichas de leitura e resumos. Produção de resenha acadêmica e revisão bibliográfica. Fatores textuais de coesão e coerência.	
Objetivos	
Produzir e analisar gêneros acadêmicos: fichamento, resumo, resenha e revisão bibliográfica.	
Conteúdos Programáticos	
<p>Estudo das estratégias de leitura</p> <p>Elaborando fichas de leitura</p> <p>Produção escrita – resenha</p> <p>Produção escrita – revisão bibliográfica</p> <p>Estudo da coesão e coerência</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>MACHADO, Anna Rachel. Resumo. São Paulo: Parábola, 2004.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MOTTA-ROTH, Desiree; HENDGES, Graciela H. Produção textual na Universidade. São Paulo: Parábola, 2010.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ABREU, Antonio. Curso de redação. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>DE NICOLA, José; TERRA, Ernani. Práticas de linguagem: leitura e produção de textos - ensino médio. v. único. São Paulo: Scipione, 2001.</p> <p>FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de textos para estudantes universitários. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>PERROTA, Claudia. Um texto para chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 60h
Teorias Literárias	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Fundamentos teóricos dos estudos literários, com ênfase nas correntes teóricas do séc. XX. Análise e crítica literária.	
Objetivos	
Analisar repertório teórico referente às principais correntes teóricas da literatura, a partir da “Poética” de Aristóteles, instrumentalizando o aluno para a elaboração de textos acadêmicos de cunho crítico-argumentativo.	
Conteúdos Programáticos	
Estudo das correntes teóricas da literatura A poética de Aristóteles Produção de textos acadêmicos	
Referências Bibliográficas Básicas	
ARISTÓTELES. Poética . Eudoro de Souza (Trad.). 8 ed. São Paulo: Ars Poética, 2008. LIMA, Luis Costa. A literatura e o leitor . 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. NITRINI, S. Literatura comparada: história, teoria e crítica . 3 ed. São Paulo: Edusp, 2010. PERRONE-MOISÉS, Leyla. Crítica e intertextualidade. In: Texto, crítica, escritura . São Paulo: Ática, 1978.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BACHELARD, Gaston. A poética do espaço . 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. BLANCHOT, Maurice. O espaço literário . Rio de Janeiro: Rocco, 2011. EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução . 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. ECO, Umberto. Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos . Pérola de Carvalho (Trad.). 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. PAES, José Paulo. Os perigos da poesia e outros ensaios . Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. RICOEUR, Paul. Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação . Lisboa: Edições 70, 2009. TODOROV, Tzvedan. As estruturas narrativas . 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 60h
Filosofia da Educação	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Pensamento mítico e filosófico. Conhecimento e ética. Senso comum e o conhecimento filosófico. Grandes questões e temas inerentes à história da filosofia. Teorias filosóficas contemporâneas e educação.	
Objetivos	
Problematizar questões relacionadas a filosofia da educação, realizando aprofundamentos e novas sínteses, que contribuam a sua formação como educador, capacitado a aprender e a ensinar.	
Conteúdos Programáticos	
<p>Estudo do pensamento mítico e filosófico</p> <p>A ética</p> <p>O senso comum</p> <p>História da filosofia</p> <p>Teorias filosóficas</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. 8 ed. São Paulo: Ática, 1999.</p> <p>OLIVEIRA, Manfredo A. (Org.). Correntes fundamentais da ética contemporânea. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 17 ed. São Paulo: Cortez/Autores associados, 2007.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.</p> <p>GAARDER, JOSTEI. O mundo de Sofia. João Azenha Jr. (Trad.). 25 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p> <p>GILES, Thomas Ranson. Filosofia da educação. São Paulo: EPU, 1993.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública. 22 ed. São Paulo: Loyola, 1998.</p> <p>PEREZ GOMEZ, A. I. A cultura escolar na sociedade neoliberal. Porto Alegre: Artimed, 2001.</p>	

Identificação do Componente		
Componente Curricular: Fundamentos dos Estudos Linguísticos		Carga horária total: 60h
		Teórica: 60h
		Prática:
		Prática como Componente Curricular:
Ementa		
As diferenças entre linguagem humana e comunicação animal. A variabilidade e universalidade das línguas do mundo. A gramática como uma ferramenta de descrição científica. As contribuições das principais escolas linguísticas do século XX. O trabalho de pesquisa linguística na atualidade.		
Objetivos		
Compreender os fenômenos linguísticos enquanto objetos de estudos científicos. Reconhecer as contribuições das principais escolas linguísticas e seus conceitos fundamentais. Conhecer as principais áreas de pesquisa da linguística contemporânea.		
Conteúdos Programáticos		
Estudo da linguagem humana e comunicação animal A universalidade das línguas do mundo As escolas linguísticas A pesquisa linguística na atualidade		
Referências Bibliográficas Básicas		
<p>FIORIN, José Luiz (Org.). Introdução à Linguística I. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>LYONS, John. Introdução à Linguística Teórica. São Paulo: Nacional/USP, 1979.</p> <p>MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Chrsitina (Orgs.). Introdução à Linguística 1. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>PINKER, Steven. O Instinto da Linguagem. São Paulo: Martins Editora, 2004.</p> <p>SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 2006.</p>		
Referências Bibliográficas Complementares		
<p>CAMARA. J; J. Mattoso. História da linguística. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1975. 238 p.</p> <p>FIORIN, José Luiz (Org.). Linguística? Que é isso?. São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>TODOROV, Tzvetan; DUCROT, Oswald. Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem. São Paulo: Perspectiva, 2010.</p> <p>WEEDWOOD, B. História concisa da lingüística. Marcos Bagno (Trad.). 6. ed. São Paulo: Parábola, 2002.</p> <p>XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. Conversas com lingüistas. São Paulo: Parábola, 2003.</p>		

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Metodologia de Ensino e Aprendizagem de Língua Materna I	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Considerações teórico-metodológicas sobre o processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Reflexões sobre as práticas de leitura, escrita e oralidade no contexto escolar. Análise e reflexão de problemas do ensino tradicional da língua portuguesa nos níveis fundamental e médio.	
Objetivos	
Discutir questões de ordem teórico-metodológicas sobre o ensino da língua portuguesa no ensino fundamental e médio. Refletir sobre a gramática descritiva e normativa. Desenvolver o pensamento crítico do aluno referente ao desenvolvimento das competências gramatical e comunicativa no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa.	
Conteúdos Programáticos	
O ensino da língua portuguesa nas escolas; O ensino da gramática descritiva e normativa na escola; Estudo da competência gramatical e comunicativa no processo de ensino e aprendizagem.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. MOITA LOPES, L. P. (org) 2006. Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial. 279p. TRAVAGLIA, Luiz C. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1o. e 2o. graus. São Paulo: Cortez, 1996.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANTUNES, Irandé. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. – São Paulo. Editorial, 2007. CLEMENTE, E. e KIRST, M. (orgs.). Lingüística aplicada ao ensino de português. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. NEVES, Maria Helena de M. Gramática na escola. São Paulo: Contexto, 1990. PERINI, Mário A. Para uma nova gramática do português. São Paulo: Ática, 1985. SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1990.	

4° SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática Pedagógica e Seminário Integrador IV	Carga horária total: 30h + 45h (PCC)= 75h
	Teórica: 30h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 45h
Ementa	
O livro didático e os espaços de leitura como objeto investigativo. História, produção e distribuição de livros didáticos de língua portuguesa e literatura no Brasil. O livro didático e a prática docente. Seminário integrador dos componentes do semestre.	
Objetivos	
Investigar os usos de livros didáticos de língua portuguesa nos espaços escolares como prática pedagógica. As relações étnico-raciais e de gênero nos livros didáticos. Elaborar um anteprojeto e um artigo científico como resultado dessa investigação.	
Conteúdos Programáticos	
O livro didático: história, produção e distribuição; Espaços de leitura no ambiente escolar; O estudo dos gêneros nos livros didáticos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FOUCAMBERT, Jean. A leitura em questão . Bruno Charles Magne (Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Planejar gêneros acadêmicos . São Paulo: Parábola, 2005. PERROTA, C. Um texto para chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANTUNES, Irandé. Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula . São Paulo: Parábola, 2012. BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro . São Paulo: Parábola, 2012. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. PERINI, Mário Alberto. Gramática do português brasileiro . São Paulo: Parábola, 2010. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática: ensino plural . 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática em Linguagem IV	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo do gênero textual acadêmico: leitura e produção de artigo acadêmico.	
Objetivos	
Analisar artigos científicos de periódicos dedicados aos estudos da linguagem e educação. Produzir artigo científico a partir de uma investigação.	
Conteúdos Programáticos	
O gênero textual acadêmico; Estudo do artigo científico; Leitura e produção de artigos científicos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ABREU, Antonio. Curso de redação. São Paulo: Ática, 2001</p> <p>EMEDIATO, Wander. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura: técnicas inéditas de redação para alunos de graduação e ensino. São Paulo: Geração, 2008.</p> <p>MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Graciela H. Produção textual na Universidade. São Paulo: Parábola, 2010.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de textos para estudantes universitários. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>INFANTE, Ulisses. Curso de gramática: aplicada aos textos. São Paulo: Scipione, 2005.</p> <p>KOCH, Ingedore G. Villaça. Desvendando o segredo do texto. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>PERROTA, Claudia. Um texto para chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Literatura Brasileira I	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo do processo de formação da literatura brasileira, estabelecendo como marco temporal inicial o século XVI. Apresentação de um panorama da literatura brasileira até o final do século XIX.	
Objetivos	
Analisar e criticar os principais autores brasileiros e as correntes estéticas nas quais se inserem, privilegiando o final do século XIX.	
Conteúdos Programáticos	
Formação da literatura brasileira; Panorama da literatura brasileira; O estudo de autores brasileiros do séc. XIX.; Estudo das correntes estéticas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira . 9 ed. São Paulo: Cultrix, 2011. CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos . 13 ed. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2012. CANDIDO, A. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária . 11 ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ABDALA JR., Benjamin (Org.). Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras culturas . São Paulo: Boitempo, 2004. BERND, Zilá. Literatura e identidade nacional . 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. BOSI, A. Literatura e resistência . São Paulo: Companhia das Letras, 2002. CHALHOUB, S. A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil . Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2000. NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortês (Org.). Narrativa: ficção e história . Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 9-35.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: História da Educação	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
<p>Compreensão do ser humano como histórico e protagonista de mudanças sociais. Contextualização de ideias pedagógicas, instituições escolares e práticas sócio-educativas em diferentes tempos e contextos geo-históricos. Construção reflexiva e interdisciplinar do conhecimento de História da Educação. Compreensão das ideias pedagógicas ao longo das últimas décadas.</p>	
Objetivos	
<p>Entender o processo histórico enquanto ser humano e pertencente da sociedade. Realizar investigações, diálogos, aproximações e análises das ideias pedagógicas, instituições escolares e práticas sócio-educativas em diferentes tempos e contextos geo-históricos, bem como a construção reflexiva e interdisciplinar do conhecimento de História da Educação.</p>	
Conteúdos Programáticos	
<p>História e sociedade; Instituições escolares e práticas sócio-discursivas; Ideias pedagógicas ao longo dos séculos.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 2001. GADOTTI, Moacyr. História das idéias pedagógicas. 8 ed. São Paulo: Ática, 1999. MANACORDA, Mario Alighieri. História da educação da antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BELLO, André. História – Livro e Leitura. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. ROSA, Maria da Glória de. A História da Educação através de textos. 17 ed. São Paulo: Cultrix, 2004. MONTEIRO, Reis A. História da Educação – do direito da Educação ao novo direito da Educação. São Paulo: Cortez, 2006. LOPES, Eliane Marta Teixeira, GALVÃO, Ana Maria Oliveira. História da Educação. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. REVISTA DO PROFESSOR. Nova Escola. Grandes pensadores. Editora Especial. São Paulo: Abril, 2004. Disponível em: http://www.novaescola.com.br http://www.novaescola.com.br</p>	

Identificação do Componente

Componente Curricular: Estudos linguísticos I	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Conceitos básicos de análise fonética e fonológica. O sistema fonológico do Português Brasileiro. Processos fonológicos no português Brasileiro. Conceitos básicos de análise morfológica. Morfologia nominal e verbal do Português Brasileiro.	
Objetivos	
Compreender os mecanismos de produção da fala e o sistema fonológico do Português Brasileiro. Compreender o sistema morfológico do Português Brasileiro e seus processos de formação de palavras. Aprofundar o estudo da gramática descritiva do Português Brasileiro através da análise de fonológica e morfológica.	
Conteúdos Programáticos	
Fonética e fonologia da língua portuguesa; O sistema fonológico do Português; Conceitos de análise fonológica; Morfologia nominal e verbal.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CRISTOFARO SILVA, Thais. Fonética e fonologia do português brasileiro . São Paulo: Contexto, 2003. FIORIN, José Luiz. (Org.). Introdução à linguística II . Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003. MATTOSO CAMARA JR., Joaquim. Estrutura da língua portuguesa . 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BASÍLIO, Margarida. Teoria lexical . São Paulo: Ática, 2001. KEHDI, Valter. Formação de palavras do português . São Paulo: Ática, 2002. LYONS, John. Introdução à linguística teórica . São Paulo: Nacional/EDUSP, 1979. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). Introdução à linguística 1 . São Paulo: Contexto, 2001. ROSA, Maria Carlota. Introdução à morfologia . São Paulo: Contexto, 2000.	

Identificação do Componente

Componente Curricular: Aquisição da Linguagem	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Introdução às diferentes propostas teóricas do campo da linguagem que discutem o processo de aquisição da linguagem, especialmente, de língua materna e o desenvolvimento dos seus componentes.	
Objetivos	
Estudar as diferentes concepções teóricas em aquisição da linguagem, tomando a fala da criança como objeto de investigação, discutindo o estatuto do erro na aquisição da linguagem. Compreender a relação aquisição da linguagem e alfabetização.	
Conteúdos Programáticos	
Estudo das propostas teóricas do campo da linguagem; Aquisição da linguagem; Concepções teóricas; Linguagem e alfabetização.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DEL, RÉ. Alessandra. Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguista. São Paulo: Contexto, 2006. LE MOS, C. T. G. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. Cadernos de Estudos Linguísticos 42, 2002, p.41-70. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637140 . PIAGET, J. A linguagem da criança . São Paulo: Martins Fontes, 1987.	
Referências Bibliográficas Complementares	
FIORIN, José Luiz (Org.). Introdução à lingüística: I. objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2008. MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). Manual de Linguística . São Paulo: Contexto, 2008, pp. 207-216. LEITÃO, M. M. Psicolinguística experimental: focalizando o processamento da linguagem. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). Manual de Linguística . São Paulo: Contexto, 2008. pp. 217-234. SCARPA, E. M. Aquisição da Linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002. VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem . 4 ed. São Paulo. Martins Fontes. 2008.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Metodologia de Ensino e Aprendizagem de Língua	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h

Materna II	
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Análise das propostas didático-metodológicas dos PCNs acerca dos conteúdos de Língua Portuguesa no ensino fundamental e médio. Estudo do texto como unidade de ensino. Planejamento e práticas de aula em língua portuguesa. O papel do professor de língua portuguesa na contemporaneidade.	
Objetivos	
Elaborar planos de aula e material didático que se voltam para o ensino da língua portuguesa. Refletir sobre o papel do professor de língua portuguesa (presencial e a distância) na contemporaneidade.	
Conteúdos Programáticos	
Estudo dos PCNs e o ensino da língua portuguesa; O texto como unidade de ensino; Planejamento e práticas de aula em língua portuguesa; O papel do professor de língua portuguesa na contemporaneidade.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais . Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998. BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (orgs.). Português no ensino médio e formação do professor . 2 ed. São Paulo: Parábola, 2007. DEMO, P. Ser professor e cuidar que o aluno aprenda . 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. 87 p.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação . São Paulo: Parábola, 2003. FIORIN, Jose Luiz. Para entender o texto: leitura e redação . 17 ed. São Paulo: Ática, 2007. 432 p. PERRENOUD, Philippe. 10 novas competências para ensinar: convite a viagem . Porto Alegre, RS: Artmed, 2000. 192 p ROCHA, Luiz Carlos de Assis. Gramática: nunca mais: o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática . 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007. 228p. ROJO, R.H.R. Modos de Transposição dos PCNS às práticas de sala de aula: Progressão curricular e projetos. In: ROJO, R.H.R (Org.). A prática de linguagem em sala de aula . São Paulo: EDUC, 2005, 27- 38.	

5° SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 30h + 45h (PCC) = 75h
Prática Pedagógica e Seminário Integrador V	Teórica: 30h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 45h
Ementa	
Ludicidade nos processo de ensino e de aprendizagem da língua.	
Objetivos	
Criar jogos de leitura, produção de textos e gramática.	
Conteúdos Programáticos	
Ludicidade e ensino A utilização de jogos nas práticas de ensino de língua portuguesa Criando jogos para ensinar Português	
Referências Bibliográficas Básicas	
ANTUNES, Celso. Jogos para estimulação das múltiplas inteligências . 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. COSCARELLI, Carla. Livro de receitas do professor de português . Belo Horizonte: Autêntica, 2003. MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sicolli; PASSOS, Norimar Chirte. Aprender com jogos e situações problema . Porto Alegre: Artmed, 2000. RANGEL, Mary. Dinâmicas de leitura para a sala de aula . 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALMEIDA, Paulo Nunes. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos . 9 ed. São Paulo: Loyola, 1998. ALVARADO, Maite. O leitorão: jogos para despertar leitores . Adaptação: Maria Antonieta Antunes Cunha. 5 ed. São Paulo: Ática, 2000. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais . Língua Portuguesa. 2 ed. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2000. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 43 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. KLEIMAN, Angela. Oficina de leitura: teoria e prática . 8 ed. Campinas: Pontes, 2001.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática em Linguagem V	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo da escrita literária nas modalidades poesia, narrativa e drama. Leitura e interpretação de textos literários.	
Objetivos	
Habilitar à análise e à construção de textos nos diversos gêneros literários. Desenvolver-se como leitor crítico, embasado em suportes teóricos e em práticas criativas.	
Conteúdos Programáticos	
Escrita literária; Estudo da poesia, narrativa e drama.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DI NIZO, Renata. Escrita criativa: o prazer da linguagem . São Paulo: Summus, 2008. GONÇALVES, Magaly; BELLODI, Zina. Teoria da literatura revisitada . Rio de Janeiro: Vozes, 2005. SOARES, Angélica. Gêneros literários . 7. ed. São Paulo: Ática, 2007.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CARA, Salete de Almeida. A poesia lírica . São Paulo: Ática, 1998. LAMAS, Berenice D. e HINTZ, M. M. Oficinas de criação literária: um olhar de viés . Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. LOPES, Hilda S. Manual de criação literária . São Paulo: Barauna, 2008 PROENÇA FILHO, Domício. A linguagem literária . 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. DE SANT'ANNA, Affonso Romano. A sedução da palavra . São Paulo: Letraviva, 2000.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Literatura Brasileira II	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo da literatura brasileira. Apresentação de um panorama da literatura brasileira a partir do século XIX.	
Objetivos	
Analisar criticamente os principais autores brasileiros e as correntes estéticas nas quais se inserem, privilegiando o final do século XIX e início do séc. XXI.	
Conteúdos Programáticos	
Panorama da literatura brasileira; Estudo dos autores brasileiros e suas correntes estéticas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BOSI, A. História concisa da literatura brasileira . 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2011. CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos-1836-1880 . 13. ed. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2012. CANDIDO, A. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária . 11 ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ABDALA JR., Benjamin (Org.). Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras culturas . São Paulo: Boitempo, 2004. BERND, Zilá. Literatura e identidade nacional . 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. BOSI, A. Literatura e resistência . São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 297p. CHALHOUB, S. A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil . Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2000 362 p. NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortês (Org.). Narrativa: ficção e história . Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 9-35.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 45h
Fundamentos Sócio-antropológicos em Educação	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Os estudos da antropologia e da sociologia: conceito de social e a totalidade das relações de grupo e cultura; a emergência da cultura e o estabelecimento de normas sociais: pontos de intersecção entre sociologia e antropologia; a importância da sociologia como descoberta da alteridade entre indivíduos e culturas; a questão da escola e a sociologia da educação. Globalização e novas identidades.	
Objetivos	
Desenvolver a formação crítico-social, possibilitando a compreensão e intervenção social.	
Conteúdos Programáticos	
Estudo da antropologia e sociologia; Conceito de social, grupo e cultura; A relação entre sociologia e educação.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação . In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.	
DA MATTA, Roberto da. Relativizando : uma introdução à antropologia social. 5 ed. São Paulo: Rocco, 2012.	
DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia . São Paulo: Vozes, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais . São Paulo: EDUSC, 2004.	
FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade . 14 ed. Rio de Janeiro Paz e Terra, 2011.	
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.	
ORO, A. P. (Org.). Latinidade da América Latina : abordagens sócio-antropológicas. São Paulo: Hucitec, 2009.	
TORRES, Carlos Alberto. Educação e democracia . São Paulo: Cortez, Autores Associados, 2003.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Estudos Linguísticos II	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
<p>Conceitos básicos de análise sintática: os constituintes imediatos da oração. Estruturas sintáticas de período simples composto. Coordenação e subordinação. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Conceitos básicos de semântica: sentido e referência. Semântica lexical e estrutura semântica da sentença. Fenômenos semânticos: sinonímia, anonímia, polissemia, anáfora e acarretamento.</p>	
Objetivos	
<p>Aprofundar o estudo da gramática descritiva do Português Brasileiro através da análise de sintática e semântica. Compreender os mecanismos sintáticos do Português Brasileiro. Reconhecer as regras semânticas que organizam a interpretação de sentenças. Analisar fenômenos semânticos proposicionais e discursivos. Introduzir a noções básicas da gramática gerativa.</p>	
Conteúdos Programáticos	
<p>Análise sintática; O estudo do período simples composto; Coordenação e subordinação; Conceitos básicos de semântica.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>PERINI, Mário A. Gramática descritiva do português. 4 ed. São Paulo: Ática, 2007. FIORIN, José Luiz (Org.). Introdução à Linguística II. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). Introdução à Linguística 1. São Paulo: Contexto, 2001.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BASÍLIO, Margarida. Teoria lexical. São Paulo: Ática, 2001. KEHDI, Valter. Formação de palavras do português. São Paulo: Ática, 2002. LYONS, John. Introdução à linguística teórica. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1979. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). Introdução à linguística 1. São Paulo: Contexto, 2001. ROSA, Maria Carlota. Introdução à morfologia. São Paulo: Contexto, 2000.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Varição Linguística	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Análise e variação no seio da comunidade linguística como mecanismo de mudança linguística.	
Objetivos	
Analisar os fenômenos linguísticos a partir do seu uso por diversas comunidades. Compreender os mecanismos de variação e de mudança linguística à luz da sociolinguística laboviana.	
Conteúdos Programáticos	
Análise e variação linguística Estudo dos fenômenos linguísticos Estudo da sociolinguística laboviana	
Referências Bibliográficas Básicas	
CALVET, Jean-Louis. Sociolingüística : uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002. MONTEIRO, J.L. Para compreender Labov . 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000 TARALLO, F. A pesquisa sociolingüística . 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CALLOU, Dináh; LEITE, Yonne. Como falam os brasileiros . São Paulo: Jorge Zahar, 2002. FARACO, C.A. Norma culta brasileira : desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008. MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. Introdução à sociolinguística : o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003. MOLLICA, Maria Cecília. Fala, letramento e inclusão social . São Paulo: Contexto, 2007. SCHERRE, Maria Marta. A norma do imperativo e o imperativo da norma – uma reflexão sociolingüística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, Marcos (Org.). Linguística da Norma . São Paulo: Loyola, 2002.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 45h
Metodologia de ensino de língua portuguesa em ambientes virtuais de aprendizagem	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Considerações sobre o ensino de língua portuguesa mediado pelas tecnologias. As tecnologias aplicadas ao ensino de línguas. Estudo dos ambientes virtuais de aprendizagem. Tecnologias na formação do professor de língua portuguesa. Planejamento e práticas de aula de língua portuguesa mediado pelo computador.	
Objetivos	
Refletir e discutir o processo de inserção das tecnologias nas práticas de ensino de língua portuguesa. Pesquisar metodologias de ensino de língua portuguesa mediado pelas novas tecnologias. Contribuir com a formação acadêmica dos discentes no que tange ao ensino de línguas em Ambientes Virtuais de Aprendizagem.	
Conteúdos Programáticos	
<p>Ensino de línguas e tecnologias</p> <p>Ambientes Virtuais de Aprendizagem</p> <p>A mediação em AVAs</p> <p>Desenvolvimento de atividades em AVAs</p> <p>Tecnologia e formação de professores na cibercultura</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>GARCIA, C.N. Aprendizagem na era das tecnologias digitais. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação. 3 ed. Campinas: Papyrus, 2007.</p> <p>LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. PALLOFF, Rena M. O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>COSCARELLI, Carla Viana. A leitura de hipertextos. São Paulo: Mimeo, 2006. KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas: Papyrus, 2003.</p> <p>LEFFA, V. J. . A aprendizagem de línguas mediada por computador. In: LEFFA, Vilson J. (Org.). Pesquisa em lingüística aplicada: temas e métodos. Pelotas: Educat, 2006, p. 11-36.</p> <p>PAIVA, Vera Menezes Oliveira. A sala de aula tradicional X a sala de aula virtual. In: Congresso de Associação de Professores de Língua Inglesa do Estado de Minas Gerais3, 2001, Belo Horizonte, In: Anais... Belo Horizonte, 2001.</p> <p>_. Interação e aprendizagem em ambiente virtual. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.</p> <p>TAPSCOTT, Don. Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da geração net. São Paulo: Makron Books, 1999.</p>	

6° SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 60h + 60h (PCC)
Prática Pedagógica e Seminário Integrador VI	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 60
Ementa	
Os jogos simbólicos e os processos de aprendizagem. O jogo como material didático para o ensino de leitura, produção textual e análise linguística. A pedagogia dos projetos para o ensino de língua portuguesa. Seminário integrador dos componentes do semestre.	
Objetivos	
Planejar e criar sequências didáticas e jogos para o ensino de leitura, produção textual e análise linguística para a prática pedagógica.	
Conteúdos Programáticos	
Aprofundando o uso de jogo na aula de português; Os jogos no processo de aprendizagem; A pedagogia de projetos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro e interação . São Paulo: Parábola, 2003. BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo . Anna Rachel Machado (Trad.). São Paulo: Educ, 2008. IBAIXE, Carmensita de Souza Bueno; SOLANOWSKI, Marly; IBAIXE JR., João. Preparando aulas: manual prático para professores, passos para a formação do educador . São Paulo: Madras, 2006.	
Referências Bibliográficas Complementares	
COSTA VAL, M.G.; MARCUSCHI, B. (Orgs.) Livros didáticos de língua portuguesa: letramento, inclusão, cidadania . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). Gêneros textuais e ensino . 3 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010. GERALDI, J. W. O texto na sala da aula: leitura e produção . Cascavel: Assoeste, 1984. MACHADO, Anna Rachel. O diário de leituras: a introdução de um novo instrumento na escola . São Paulo: Martins Fontes, 1998. ROJO, Roxane; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. (Orgs.) Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita . Campinas: Mercado de Letras, 2003.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática em Linguagem VI	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Construção de textos em diversos gêneros literários e suportes.	
Objetivos	
Aprimorar as habilidades de construção de textos e práticas criativas a partir de referenciais teóricos.	
Conteúdos Programáticos	
Produção textual; Escrita criativa.	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ARAÚJO, Júlio César. Internet & ensino: novos gêneros, outros desafios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.</p> <p>MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Orgs.). Hipertexto e gêneros digitais. Rio de Janeiro: Lucena, 2010.</p> <p>SILVA, Juremir Machado. As tecnologias do imaginário. Porto Alegre: Sulina, 2006.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (Orgs.). Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2009.</p> <p>LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.</p> <p>MARTINS, F. M.; SILVA, J. M (Orgs.). Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura. Porto Alegre: Sulinas/Edipucrs, 2003.</p> <p>RAMAL, A. C. Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>SANTAELLA, Lucia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Literaturas Lusófonas	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Panorama da literatura portuguesa – das origens à contemporaneidade.	
Objetivos	
Apresentar ao aluno um panorama das literaturas de língua portuguesa e aspectos históricos que contribuíram para a sua constituição, de modo a oferecer ao aluno subsídios para um pensamento e análise crítica do texto literário.	
Conteúdos Programáticos	
Panorama da literatura portuguesa; Estudo dos aspectos históricos; Análise crítica do texto literário.	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Camões épica e lírica. São Paulo: Scipione, 2001.</p> <p>CHAVES, Rita. Angola e Moçambique. Experiência colonial e territórios literários. São Paulo: Ateliê, 2005.</p> <p>MOISÉS, M. A literatura portuguesa através dos textos. 33 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.</p> <p>MOISÉS, M. A literatura portuguesa. 36 ed. São Paulo: Cultrix, 2009.</p> <p>SARAIVA, A. J.; LOPES, O. História da literatura portuguesa. 17 ed. Porto: Porto, 1996.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BRAGA, T. História da literatura portuguesa I – Idade Média. Lisboa: Europa-América, 1985.</p> <p>BRASIL, Reis. A cantiga de amor e a evolução do lirismo português. Lisboa: Coleção Caravela, 1960.</p> <p>FIGUEIREDO, Maria do Carmo e FONSECA, Maria Nazareth (org.). Poéticas afro-brasileiras. Belo Horizonte: Mazza/PUC Minas, 2002.</p> <p>MELLO e SOUZA, Marina de. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>MUNANGA, Kabengelê e GOMES, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global/ Ação Educativa, 2000.</p> <p>RAMOS, Péricles da Silva. Poesia barroca. São Paulo: Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1977.</p> <p>SPINA, S. A lírica trovadoresca. 4 ed. São Paulo: Edusp, 1996.</p>	

Identificação do Componente		
Componente Organização do Trabalho Pedagógico	Curricular:	Carga horária total: 60h
		Teórica: 60h
		Prática:
		Prática como Componente Curricular:
Ementa		
<p>Concepções de planejamento e avaliação da prática pedagógica, sua relação com os níveis e modalidades de ensino e a articulação com o Projeto Político Pedagógico; a organização administrativa e pedagógica da escola básica e do currículo como artefato social, cultural e histórico, na perspectiva da inclusão.</p>		
Objetivos		
<p>Analisar e compreender as concepções de planejamento e avaliação da prática pedagógica, sua relação com os níveis e conteúdos de ensino e a articulação com o Projeto Político Pedagógico, a organização administrativa e pedagógica da escola básica e do currículo como artefato social, cultural e histórico.</p>		
Conteúdos Programáticos		
<p>Planejamento e avaliação pedagógica; Organização administrativa e pedagógica das escolas; Estudo do currículo.</p>		
Referências Bibliográficas Básicas		
<p>CANDAU, Vera Maria. Didática: currículo e saberes escolares. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. DE VASCONCELLOS, Celso. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006. ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Escola, currículo e avaliação. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008. KRUG, Andréa. Ciclos de formação: uma proposta transformadora. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.</p>		
Referências Bibliográficas Complementares		
<p>HOFFMANN, Jussara. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998. VASCONCELOS, Celso. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006. VASCONCELOS, Celso. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 10 ed. São Paulo: Libertad, 1998. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática. 22 ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto Político-Pedagógico da escola. 23. Ed. São Paulo: Papirus, 2007.</p>		

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Cultura e identidade surda. Perspectiva, identidade bilíngue e inclusão social do surdo. Processos de ensino e aprendizagem do surdo. Uma visão panorâmica dos estudos das línguas de sinais e a língua brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Noções e aprendizado básico das LIBRAS.	
Objetivos	
Entender a cultura surda. Compreender a língua de sinais e o aprendizado básico das LIBRAS.	
Conteúdos Programáticos	
Cultura e identidade surda; Inclusão social do surdo; Estudo da língua de sinais brasileira.	
Referências Bibliográficas Básicas	
QUADROS, R. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SKLIAR, C (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.	
Referências Bibliográficas Complementares	
SKLIAR, Carlos (Org.) Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 1999. TORREZ GONZÁLEZ, J. A. Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas. Ernani Rosa (Trad.) Artmed: Porto Alegre, 2002. BOTELHO, C. Segredos e silêncios na educação dos surdos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. FERNANDES, E. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2002. FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ/Departamento de Linguística e Filologia, 1995.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Educação Inclusiva	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
<p>Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada / integração / inclusão. Valorizar as diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Tecnologia Assistiva.</p>	
Objetivos	
<p>Entender a escola inclusiva: paradigmas e modelos vigentes. Pesquisar a legislação atual, entendendo seus princípios basiladores. Compreender o trabalho didático-pedagógico com alunos com necessidades educativas especiais.</p>	
Conteúdos Programáticos	
<p>Atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais; Trajetória da Educação Especial; Diversidade linguística e cultural; Políticas Públicas para Educação Inclusiva.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>REILY, Lucia Helena. Escola inclusiva: linguagem e mediação. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2004. MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003. STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BRASIL. Declaração de Salamanca. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. MANTOAN, Maria Teresa Égler; PRIETO, Rosângela Gavióli; ARANTES, Valéria Amorin. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. RODRIGUES, David (Org.) Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. WERNECK, Cláudia. Sociedade Inclusiva. Quem cabe no seu TODOS? Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1999.</p>	

7° SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática Pedagógica e Seminário Integrador VII	Carga horária total: 60h + 60h (PCC)
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 60h
Ementa	
Materiais didáticos para o processo de ensino de língua portuguesa. A interdisciplinaridade e o ensino de língua portuguesa.	
Objetivos	
Elaborar materiais didáticos para ensino de língua portuguesa. Aprimorar as possibilidades para o ensino interdisciplinar da língua portuguesa na Educação Básica.	
Conteúdos Programáticos	
Interdisciplinaridade e ensino de língua portuguesa; Elaborando materiais didáticos de língua portuguesa para a educação básica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.</p> <p>BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo. Anna Rachel Machado (Trad.). São Paulo: Educ, 2008. IBAIXE, Carmensita de Souza Bueno; SOLANOWSKI, Marly; IBAIXE JR., João.</p> <p>Preparando aulas: manual prático para professores, passos para a formação do educador. São Paulo: Madras, 2006.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>COSTA VAL, M.G.; MARCUSCHI, B. (Orgs.) Livros didáticos de língua portuguesa: letramento, inclusão, cidadania. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p> <p>DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). Gêneros textuais e ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.</p> <p>GERALDI, J. W. O texto na sala da aula: leitura e produção. Cascavel: Assoeste, 1984. MACHADO, Anna Rachel. O diário de leituras: a introdução de um novo instrumento na escola. São Paulo: Martins Fontes, 1998.</p> <p>ROJO, Roxane; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. (Orgs.) Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2003.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Políticas Públicas em Educação	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo das principais políticas públicas da educação brasileira na atualidade. A legislação os diferentes contextos escolares.	
Objetivos	
Conhecer as principais políticas públicas da educação brasileira. Compreender as relações entre Estado, sociedade, escola e democracia no contemporâneo.	
Conteúdos Programáticos	
Estudo das políticas públicas da educação brasileira; Relações entre Estado, sociedade, escola e democracia.	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>DOURADO, Luis Fernandes (Org.). Políticas e Gestão da Educação no Brasil: Novos Marcos Regulatórios? São Paulo: Xamã, 2009.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos <i>et. al.</i> Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>FÁVERO, Osmar & SEMERARO, Giovanni (Orgs.). Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Centauro, 2005.</p> <p>FRIGOTTO, G. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.</p> <p>OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Política e Gestão da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p> <p>POPKEWITZ, Thomas S. Reforma Educacional: uma política sociológica: poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 45h
Acessibilidade e Inclusão Digital	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Acessibilidade e Desenho Universal. Legislação de Acessibilidade. Normas Técnicas de Acessibilidade. Sistemas Alternativos para Comunicação. Informática Acessível e Recursos de Tecnologia Assistiva. Produção de Materiais Educacionais Digitais Acessíveis.	
Objetivos	
Compreender acessibilidade e sua inter-relação com o processo de inclusão digital na perspectiva do Desenho Universal. Avaliar e propor materiais educacionais digitais visando à acessibilidade na maior extensão possível.	
Conteúdos Programáticos	
Acessibilidade e Desenho universal; Sistemas alternativos para educação; Recursos da Tecnologia Assistiva; Produção de materiais digitais.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FAVERO, E. A. G. Direito das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004. PRADO, A. R. A.; LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. W. (Orgs.) Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010. REILY, L. Escola inclusiva: linguagem e mediação. Campinas: Papirus, 2004.	
Referências Bibliográficas Complementares	
MANTOAN, M. T. E; BARANAUSKAS, M. C. C. (Orgs.). Atores da inclusão na universidade: formação e compromisso. Campinas: UNICAMP/BCCL, 2009. MELO, A. M.; PUPO, D. T. Livro acessível e informática acessível. Brasília: MEC/SEESP, 2010. VIVARTA, VEET (Coord.). Mídia e deficiência. Brasília: ANDI/Fundação Banco do Brasil, 2003. PUPO, D. T.; Melo, A. M.; Pérez Ferrés, S. (Org.) Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp/BCCL, 2006. WERNECK, C. Quem cabe no seu TODOS? Rio de Janeiro: WVA, 1999.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 60h
Trabalho de Conclusão de Curso I	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Elaboração de um projeto de trabalho científico em uma das áreas do curso de Letras português sob a orientação de um (a) professor (a).	
Objetivos	
Elaborar o projeto de pesquisa, conforme as normas da cientificidade.	
Conteúdos Programáticos	
Elaboração de projetos	
Referências Bibliográficas Básicas	
MACHADO, Anna Rachel (coord.); LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Planejar gêneros acadêmicos . São Paulo: Parábola, 2005.	
MACHADO, Anna Rachel (coord.); LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Trabalhos de pesquisa : diários de leitura para revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola, 2007.	
MACHADO, Anna Rachel (coord.); LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Resumo . São Paulo: Parábola, 2004.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CERVO, Amado Luiz <i>et al.</i> Metodologia científica . 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.	
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica : a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica : para alunos dos cursos de graduação e pósgraduação. São Paulo: Loyola, 2002.	
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23 ed. São Paulo: Corte, 2007.	
SPECTOR, Nelson. Manual para redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos . 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental	Carga horária total: 195h
	Teórica:
	Prática: 195h
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa em escolas do Ensino Fundamental. Análise das condições de produção dos processos de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa na escola brasileira.	
Objetivos	
Orientar para docência no Ensino Fundamental. Observar a realidade da sala de aula e refletir sobre as condições de ensino e aprendizagem da língua materna e literatura na escola.	
Conteúdos Programáticos	
Ensino de língua portuguesa na escola; O “ser” professor.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	
BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, SEF/MEC, 1998.	
PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	
DIONÍZIO, A. P. e outros. O livro didático de português . Múltiplos olhares. 2. ed. Rio de Janeiro, 2003.	
LUFT, C. P. Língua e liberdade : por uma nova concepção da língua materna. São Paulo: Ática, 2003.	
PAULIUKONIS, MA; GAVAZZI, S. (orgs.). Da língua ao discurso : reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.	
RANGEL, Mary. Dinâmicas de leitura para a sala de aula . 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.	
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento : projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 30h
Metodologia de ensino de literatura	Teórica: 30h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
<p>Concepções de literatura, fruição estética e ensino. Letramento literário. Escolarização do texto literário. O texto literário na aula de Língua Portuguesa. Seleção de textos. Estratégias de leitura em sala de aula. Análise, interpretação e produções discursiva. Projetos de leitura e produção literária. Literatura e outras artes. Literatura e tecnologias.</p>	
Objetivos	
<p>Refletir sobre o papel do texto literário na sala de aula de Ensino Fundamental e Médio. Desenvolver estratégias de mediação de texto literários em ambientes escolares Elaborar propostas didáticas para o trabalho de leitura e produção de textos literários</p>	
Conteúdos Programáticos	
<p>Literatura: fruição estética e conhecimento; Letramento literário; Escolarização do texto literário: seleção e estratégia didática; O lugar da literatura na formação escolar; Metodologias para o trabalho com o texto literário em sala de aula.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006. CÂNDIDO, Antônio. O direito à Literatura. In: Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995. LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999. ISER, Wolfgang et alii. A literatura e o leitor: textos de Estética da Recepção. Trad: Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. SOUZA, Renata. Ler e compreender: estratégias de leitura. Campinas: Mercado de Letras, 2010.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>PERRONE-MOISÉS, L. Literatura para todos. In: Literatura e Sociedade/ Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada – USP, 9. São Paulo: USP, 2006. PETIT, Michèle. Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2008. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania (Orgs.). Escola e leitura: velha crise; novas alternativas. São Paulo: Global, 2009 ZILBERMAN, Regina. Estética da Recepção e história da literatura. São Paulo: Ática, 1989.</p>	

8° SEMESTRE

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Prática Pedagógica e Seminário Integrador VIII	Carga horária total: 60h + 60h (PCC) = 120h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 60h
Ementa	
Investigação sobre temas transversais no currículo da disciplina língua portuguesa. Acervo digital com a produção dos projetos interdisciplinares elaborados nas práticas de estágio.	
Objetivos	
Socializar os resultados da prática pedagógica aplicadas no componente Prática Pedagógica e Seminário Integrador VII em forma de artigo para publicação.	
Conteúdos Programáticos	
Estudo dos temas transversais nos currículos	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BUZEN, Clécio, MENDONÇA, Márcia (Org.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006.</p> <p>TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.</p> <p>TRAVAGLIA, Luiz Carlos, ARAÚJO, Maria Helena Santos, ALVIM, Maria Teolina de Faria. Metodologia e prática de ensino da Língua Portuguesa. Uberlândia: EDUFU, 2007.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>KLEIMAN, A. (Org.) A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada. Campinas: Mercado de Letras, 2001.</p> <p>MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005.</p> <p>MOYSÉS, M. A. A. A institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, Jorge Leite. Texto acadêmico. Petrópolis: Vozes, 2005.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Profissão e Trabalho Docente	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
<p>Estudo da constituição histórica do trabalho e da profissão docente, desde seus aspectos pedagógicos, políticos, culturais e econômicos. Contribuições de diferentes abordagens teóricas que discutem o trabalho e a profissão docente em suas especificidades e particularidades. Profissão professor: identidades e subjetividades.</p>	
Objetivos	
<p>Entender e problematizar a profissão e o trabalho docente. Analisar o papel docente nos múltiplos olhares e especificidades. Compreender a profissão professor, dentro da sua constituição histórica.</p>	
Conteúdos Programáticos	
<p>Constituição histórica do trabalho docente; Abordagens teóricas; Profissão professor.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>PEREIRA, Júlio E. D.; ZEICHENER, Kenneth M. A pesquisa na formação e no trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.</p> <p>TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos e D'ÁVILA, Cristina. Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas. Rio de Janeiro: Papyrus, 2008.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>MACIEL, Lizete S. B.; SHIGUNOV NETO, Alexandre (Orgs.). Formação de professores. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>NÓVOA, Antonio (Org.). Profissão Professor. 2 ed. Porto, Portugal: Porto, 2003.</p> <p>NÓVOA, Antonio (Org.). Vida de professores. Porto, Portugal: Porto, 2007.</p> <p>RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular:	Carga horária total: 60h
Trabalho de Conclusão de Curso II	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Elaboração de um trabalho científico em uma das áreas do curso de Letras, assim como a elaboração de uma apresentação oral sob orientação de um(a) professor(a), para a defesa do seu trabalho científico.	
Objetivos	
Elaborar o trabalho científico, conforme as normas da ABNT, preparando o discente para a defesa do referido trabalho construído.	
Conteúdos Programáticos	
Elaboração de trabalho científico; Elaboração de uma apresentação oral.	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BASTOS, Lília da Rocha <i>et. al.</i> Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses dissertações e monografias. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.</p> <p>BAUER, Martin W. e GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>MACHADO, Anna Rachel, (coord.); LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Resenha. 4 ed. São Paulo: Parábola, 2004.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BARROS, Aidil Jesus da Silveira. Fundamentos da metodologia científica. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>BARROS, Adail Jesus da Silveira e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos da metodologia científica. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. CERVO, Amado Luiz <i>et al.</i> Metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>	

Identificação do Componente	
Estágio Supervisionado em Ensino Médio	Componente Curricular: Carga horária total: 210
	Teórica:
	Prática: 210
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa em escolas do Ensino Médio. Análise das condições de produção dos processos de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa na escola brasileira.	
Objetivos	
Orientar para a docência no Ensino Médio. Observar a realidade da sala de aula e refletir sobre as condições de ensino e aprendizagem da língua materna e da literatura.	
Conteúdos Programáticos	
Ensino de língua portuguesa na escola; O “ser” professor.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio- linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.	
BUNZEN, C.; MENDONÇA, Márcia. (orgs.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006.	
ELIAS, Vanda Maria. (Org.). Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita e leitura. São Paulo: Contexto: 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANTUNES, I. Aula de Português. São Paulo: Parábola, 2003.	
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.	
GERALDI, J. W. (Org.) O texto na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.	
ILARI, R. Introdução à Semântica: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.	
AZEREDO, J. C. (Org.) Língua Portuguesa em debate. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.	

Ementário dos Componentes Complementares de Graduação (CCGs)

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Análise do Discurso e Psicanálise	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Desenvolver estudos dirigidos, sob a responsabilidade de um professor, problematizando as noções de inconsciente, sujeito e discurso.	
Objetivos	
Estudar e analisar as manifestações de linguagem desde o ponto de vista do inconsciente, discutindo a noção de discurso, de alienação e de sujeito. Introdução à obra freudiana.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none">• Noções de inconsciente, sujeito e discurso;• Discurso, alienação e sujeito;• Estudo da obra freudiana.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DOR, Joel. Introdução à leitura de Lacan : o inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1989. FREUD, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (24 volumes) - Obras disponíveis na internet -. MENZAN, Renato. Freud : a trama dos conceitos. São Paulo: Perspectiva, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALTHUSSER, Louis. Freud e Lacan. Marx e Freud . Rio de Janeiro: Graal, 2000. FOUCAULT, Michel. Problematização do sujeito : psicologia, psiquiatria e psicanálise. Orgs. De Manoel Barros da Matta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. LAPLANCHE, Jean. Vocabulário da psicanálise . São Paulo: Martins Fontes, 2001. MANNONI, Octave. Freud : uma biografia ilustrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. MENZAN, Renato. Freud, pensador da cultura . São Paulo: Companhia das Letras, 2006.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Educação Integral	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Elementos da perspectiva histórica da Educação Integral (visões globais, holísticas e libertárias), Escola, Currículo, Projeto Pedagógico e as correlações com a Educação Integral. Intersetorialidade e macrocampos de saberes. Projetos Educativos e Interdisciplinaridade. Novos tempos e espaços educativos na Educação Integral. Concepções da Educação Integral e da escola de tempo integral. Políticas de Educação Integral. Aluno como centro do processo educativo. Aprendizagens significativas. Movimentos anarquistas.	
Objetivos	
Formar educadores/professores capazes de refletir o conhecimento sobre a realidade, de atuar em conjunto com a sociedade/comunidade num processo dialógico, respeitando a pluralidade, espaços/tempos educativos e a diversidade cultural, fortalecendo a ação coletiva numa visão de Educação Integral como um processo estruturante de novas relações na/da escola com os outros setores.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o movimento anarquista e a educação integral. • Compreender os aspectos da educação integral e as múltiplas facetas e potencialidades de cada estudante (digital, cultura, saúde, corpo, lazer, arte, etc...) • Investigar experiências exitosas de Educação integral no contexto brasileiro. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRASIL. Manual operacional de educação integral . Brasília/DF. 2012.	
CELLA, Rosinei. Educação de tempo integral no Brasil: história, desafios e perspectivas . 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.	
GADOTTI, Moacir. Educação integral no Brasil: inovações em processo . São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.	
MOLL, Jaqueline et al. Caminhos da educação integral no Brasil – direito a outros tempos e espaços educativos . Porto Alegre, Editora Penso, 2012. 504p.	
LÉVY, Pierre. Cibercultura . São Paulo: Editora 34, 1999.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BRASIL. Ministério da Educação. Educação integral: texto-referência para o debate nacional . Brasília: MEC, 2009.	
BRASIL, SECAD/MEC. Mais Educação. Educação integral: texto referência para o debate nacional . Brasília: Ministério da Educação, 2009.	
RECUERO, R. Redes sociais na internet . 2. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2011. TORI,	
Romero. Educação sem distância: as tecnologias interativas . São Paulo: SENAC São Paulo, 2010.	
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 2011.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Estudos Culturais	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
A questão da identidade nacional, das fronteiras territoriais e culturais - hibridismo x nacionalismo no séc. XXI.	
Objetivos	
Problematizar o espaço da cultura e suas relações com a política e economia nas sociedades pós-modernas.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Identidade nacional; ● Fronteiras territoriais e culturais; ● Hibridismo e nacionalismo. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2004.</p> <p>JAMESON, Fredric. Pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>MAFFESOLI, Michel. O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2010.</p> <p>BHABHA, Homi. O bazar local e o clube dos cavalheiros ingleses. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.</p> <p>GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Fundamentos Teóricos da Literatura Infantojuvenil	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Panorama da literatura infantojuvenil no Brasil e no mundo, abordagens teóricas. O ensino de literatura infantojuvenil na sala de aula.	
Objetivos	
Analisar e refletir sobre a literatura infantojuvenil do ponto de vista teórico e da sua aplicabilidade em sala de aula. Analisar diferentes abordagens didáticas para o ensino da literatura infanto-juvenil.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Literatura infanto-juvenil no Brasil; ● Abordagens teóricas; ● O ensino da literatura infantojuvenil em ambientes escolares. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.</p> <p>CADERMATORI, Lígia. O que é literatura infantil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.</p> <p>COSSON, Rildo. Letramento literário. Teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil brasileira. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, vol. I, 1996.</p> <p>COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2002.</p> <p>GERALDI, João W. (Org.). O texto na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011. PROPP, Vladimir. As raízes históricas do conto maravilhoso. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>SARLO, Beatriz. Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: História da Língua Portuguesa	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
História externa da língua portuguesa: romanização da península ibérica, presença árabe, formação do Estado Português, expansão do Império Português e propagação da Língua Portuguesa na América, África e Ásia. A presença das línguas ameríndias e africanas no território brasileiro e suas interações na formação do Português Brasileiro. História interna da língua portuguesa: mudanças nos sistemas ortográficos, fonética histórica (vocalismo, monotongação, ditongação, consonantismo), morfologia histórica (permuta, aumento, adição, subtração), etimologia e neologismos contemporâneos.	
Objetivos	
Compreender o processo de formação histórica da língua portuguesa, sua evolução e estado atual. Reconhecer as interações entre as línguas ameríndias e africanas na formação do português brasileiro. Realizar leitura analítica de textos de diferentes fases da língua portuguesa. Familiarizar-se com o trabalho de consulta a fontes históricas em bibliotecas online para estudos de linguística diacrônica.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● História da língua portuguesa; ● As línguas ameríndias e africanas; ● História interna da língua portuguesa. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ALVES, Ieda Maria. Neologismo: criação lexical. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>BAGNO, Marcos. História do português brasileiro. IN BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2011.</p> <p>GABAS JR, Nilson. Linguística histórica. In: MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina (org.). Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. Volumes 1 e 2. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>LYONS, John. Mudanças linguísticas. In: LYONS, John. Linguagem e linguística: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1981.</p> <p>MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>VIARO, Mário Eduardo. Etimologia. Contexto: São Paulo, 2011.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BAGNO, Marcos. Português ou Brasileiro? (um convite à pesquisa). São Paulo: Parábola, 2001.</p> <p>CHAGAS, Paulo. A mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz. Introdução à Linguística I. Objetos teóricos. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p.141-164.</p> <p>FARACO, Carlos Alberto (org.). Estrangeirismo: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola, 2001.</p> <p>FARACO, Carlos Alberto. Linguística Histórica. Uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2005.</p> <p>FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Org.). África no Brasil: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.</p> <p>KEMMLER, Rolf. Para a história da ortografia simplificada. In: SILVA, Maurício (org.) Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). Garimpo das origens do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2007.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Inglês instrumental I	Carga horária total: 30h
	Teórica: 30h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
<p>Processo de leitura. Desenvolvimento das estratégias de leitura. Estudo do contexto, palavras cognatas, informações não verbais, aspectos estruturais e lexicais. Reconhecimento dos gêneros textuais. Iniciação à leitura em língua inglesa de textos em nível básico.</p>	
Objetivos	
<p>proporcionar o desenvolvimento da habilidade de leitura em nível básico de modo que o aluno se conscientize sobre os processos envolvidos na leitura em língua inglesa a partir da leitura e do estudo de diferentes gêneros textuais.</p>	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Estratégias de leituras; ● Palavras cognatas; ● Gramática em nível básico. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>AEBERSOLD, Jo Ann. From reader to reading teacher: issues and strategies for second language classrooms Oxford: Macmillan Education, 2005. 204 p.</p> <p>MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura. São Paulo: Textonovo: Centro Paula Souza, 2004. 2 v.</p> <p>SILBERSTEIN, Sandra. Techniques and resources in teaching reading. New York: Oxford University Press, 1994.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>DICIONÁRIO Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2007. 757 p. + CD-ROM DIAS, Reinildes. Reading critically in English. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.</p> <p>DUBIN.F. Reading by all means: 2. ed. Massachusetts: Addison -Wesley Publishing Company, 1990. 206 p.</p> <p>SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo, SP: DISAL, 2005. 151 p.</p> <p>TORRES, Nelson. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Inglês instrumental II	Carga horária total: 30h
	Teórica: 30h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Processo de leitura. Desenvolvimento das estratégias de leitura. Estudo do contexto, palavras cognatas, informações não verbais, aspectos estruturais e lexicais. Reconhecimento dos gêneros textuais. Iniciação à leitura em língua inglesa de textos em nível intermediário.	
Objetivos	
proporcionar o desenvolvimento da habilidade de leitura em nível básico de modo que o aluno se conscientize sobre os processos envolvidos na leitura em língua inglesa a partir da leitura e do estudo de diferentes gêneros textuais.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Estratégias de leitura; ● Palavras cognatas e falsos cognatos; ● Aspectos de gramática em nível intermediário. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>AEBERSOLD, Jo Ann. From reader to reading teacher: issues and strategies for second language classrooms Oxford: Macmillan Education, 2005. 204 p.</p> <p>MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura. São Paulo: Textonovo: Centro Paula Souza, 2004. 2 v.</p> <p>SILBERSTEIN, Sandra. Techniques and resources in teaching reading. New York: Oxford University Press, 1994.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>DICIONÁRIO Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2007. 757 p. + CD-ROM DIAS, Reinildes. Reading critically in English. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. DUBIN.F. Reading by all means: 2. ed. Massachusetts: Addison -Wesley Publishing Company, 1990. 206 p.</p> <p>SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo, SP: DISAL, 2005. 151 p.</p> <p>TORRES, Nelson. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Inglês instrumental III	Carga horária total: 30h
	Teórica: 30h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Processo de leitura. Desenvolvimento das estratégias de leitura. Estudo do contexto, palavras cognatas, informações não verbais, aspectos estruturais e lexicais. Reconhecimento dos gêneros textuais. Iniciação à leitura em língua inglesa de textos em nível avançado.	
Objetivos	
proporcionar o desenvolvimento da habilidade de leitura em nível básico de modo que o aluno se conscientize sobre os processos envolvidos na leitura em língua inglesa a partir da leitura e do estudo de diferentes gêneros textuais.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Estratégias de leitura; ● Palavras cognatas e falsos cognatos; ● Aspectos da gramática em nível avançado. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>AEBERSOLD, Jo Ann. From reader to reading teacher: issues and strategies for second language classrooms. Oxford: Macmillan Education, 2005. 204 p.</p> <p>MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura. São Paulo: Textonovo: Centro Paula Souza, 2004. 2 v.</p> <p>SILBERSTEIN, Sandra. Techniques and resources in teaching reading. New York: Oxford University Press, 1994.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>DICIONÁRIO Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2007. 757 p. + CD-ROM DIAS, Reinildes. Reading critically in English. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. DUBIN.F. Reading by all means: 2. ed. Massachusetts: Addison -Wesley Publishing Company, 1990. 206 p.</p> <p>SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo, SP: DISAL, 2005. 151 p.</p> <p>TORRES, Nelson. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Introdução ao Feminismo	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Introdução a história do feminismo brasileiro contextualizando os direitos, os anseios, as propostas feministas e seus desdobramentos sócio-políticos.	
Objetivos	
Compreender o contexto do movimento feminista brasileiro. Refletir sobre os desdobramentos do movimento na vida da mulher contemporânea. Refletir e escrever sobre um tópico feminista do cotidiano.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● História do feminismo; ● O movimento feminista. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
GARCIA, Carla Cristina. Breve história do feminismo . São Paulo: Claridade, 2011. PATAI, Daphne. História oral, feminismo e política . São Paulo: Letra e Voz, 2010. MOREIRA, N. R. A organização das feministas negras no Brasil . Abaíra, Bahia: Edições UESB, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BENJAMIN, M. Benedita da Silva . Food First Books, 1997. BUTLER, Judith. Problemas de gênero . São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. DOARE, Helene, et al. Dicionário crítico do feminismo . São Paulo: Unesp, 2009. NAZARIO, D. N. Voto feminino e feminismo . São Paulo: Imesp, 2009. VENTURINI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). A mulher brasileira nos espaços público e privado . São Paulo: Perseu Abramo, 2004.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Laboratório de produção criativa em rede I	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Realizar tarefas de produção criativa em texto e imagem compartilhadas em ambientes virtuais de aprendizagem. Reconhecer a experiência estética relacional como uma ferramenta de ensino, aprendizagem e pesquisa.	
Objetivos	
Introdução à prática criativa por meio de exercícios de produção textual e imagética em ambientes virtuais de aprendizagem. Estratégias de desenvolvimento de experiências estéticas como ferramentas pedagógicas.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Produção criativa em texto e imagem; ● Ferramentas de ensino, aprendizagem e pesquisa. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BOURRIAUD, Nicolas. Estética relacional. São Paulo: Martins Fontes, 2009. DEWEY, John. Arte e experiência. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>STROWER, Fayga. Criatividade: processos de criação. Petrópolis: Vozes, 2010.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BRETON, André. Manifestos do surrealismo. São Paulo: Brasiliense, 1985. BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica. In. Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas I. Trad. Rouanet S. P. São Paulo: Brasiliense, 2010.</p> <p>HUIZINGA, Johan. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. Perspectiva: São Paulo, 1999.</p> <p>SILVESTER, David. Sobre arte moderna. São Paulo: Cosac Naify, 2006. MANGUEL, Alberto. Lendo imagens. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Laboratório de produção criativa em rede II	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Prática criativa por meio de exercícios de produção textual e imagética em ambientes virtuais de aprendizagem. Compartilhamento e análise de produção criativa coletiva em ambientes virtuais de aprendizagem. Estratégias de desenvolvimento de experiências estéticas como ferramentas pedagógicas.	
Objetivos	
Realizar tarefas de produção criativa em texto e imagem compartilhadas em ambientes virtuais de aprendizagem para a realização de uma exposição coletiva em um dos polos de ensino a distância. Refletir sobre a relevância da experiência estética nos processos de ensino, aprendizagem e pesquisa.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Prática criativa coletiva em ambientes virtuais de aprendizagem; ● Experiências estéticas como ferramentas pedagógicas. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BOURRIAUD, Nicolas. Estética relacional. São Paulo: Martins Fontes, 2009. DEWEY, John. Arte e experiência. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>HUIZINGA, Johan. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. Perspectiva: São Paulo, 1999.</p> <p>ROSSI, Maria Helena; Beger, Esther. Imagens que falam: leitura da obra de arte na escola. Porto Alegre: Meditação, 2009.</p> <p>STROWER, Fayga. Criatividade: processos de criação. Petrópolis: Vozes, 2010.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>FERREIRA, Glória; COTRIN, Cecília (org.). Escritos de artistas 60/70. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.</p> <p>BARBOSA, Ana Mae (org.). Arte-educação: leitura no subsolo. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>HERNANDEZ, Fernando. Catadores de cultura visual. Porto Alegre: Meditação, 2009.</p> <p>BERNARDES, Maria Helena; SEVERO, André. Histórias de península e praia grande. Porto Alegre: Fundação Bienal do Mercosul, 2009.</p> <p>BERNARDES, Maria Helena; BALDISSEROTTO, Ana Flávia. A estrada que não sabe de nada. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2012.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Letramento Digital II – Componente oferecido aos alunos ingressantes em 2017/1	Carga horária total: 30h
	Teórica: 30h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Produção de conteúdos <i>online</i> . Edição colaborativa.	
Objetivos	
Conhecer, comparar e usar diferentes tecnologias para a produção de conteúdos e a colaboração <i>online</i> . Aprofundar os conhecimentos trabalhados em Letramento Digital.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Produzindo conteúdos online. ● Editando conteúdos de maneira colaborativa ● Conhecendo ferramentas de edição disponíveis na Web 	
Referências Bibliográficas Básicas	
LÉVY, Pierre. Cibercultura . São Paulo: Editora 34, 1999. RECUERO, R. Redes sociais na internet . 2. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2011. TORI, Romero. Educação sem distância : as tecnologias interativas. São Paulo: SENAC São Paulo, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BARBOSA, Simone; SILVA, Bruno. Interação humano computador . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. CARVALHO, Ana Amélia A. (Org.). Manual de ferramentas da Web 2.0 para professores . 2008. Disponível em: < http://www.crie.min-edu.pt/publico/web20/manual_web20-professores.pdf >. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. SEABRA, Carlos. Tecnologia na escola . Telos Empreendimentos Culturais, 2010. Disponível em: < https://www.institutoclaro.org.br/banco_arquivos/Cartilha.pdf >. SILVA, Robson Santos da. Moodle para autores e tutores . 2 ed. Novatec, 2011. Bibliotecas Digitais em Informática na Educação e Repositórios Digitais em Geral.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Linguagem e psicanálise	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Desenvolver estudos dirigidos, sob a responsabilidade de um professor, problematizando as noções de inconsciente, sujeito e linguagem.	
Objetivos	
Estudar e analisar os fatos de linguagem que possibilitam o reconhecimento das manifestações e formações do inconsciente; introdução à obra freudiana; discutir a diferença estrutural entre neurose, psicose e perversão.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Fenômenos linguísticos e suas relações com o inconsciente; ● Sonhos, lapsos, esquecimentos, atos falhos e negações na psicanálise; ● Sujeito, Discurso e Inconsciente. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>DOR, Joel. Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1989.</p> <p>FREUD, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (24 volumes) - Obras disponíveis na internet -</p> <p>LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ALTHUSSER, Louis. Freud e Lacan. Marx e Freud. Rio de Janeiro: Graal, 2000.</p> <p>LAPLANCHE, Jean. Vocabulário da psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p> <p>MANNONI, Octave. Freud: uma biografia ilustrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.</p> <p>MENZAN, Renato. Freud, pensador da cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.</p> <p>MENZAN, Renato. Freud: a trauma dos conceitos. São Paulo: Perspectiva, 2011.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Literatura e Outras Linguagens como Estratégia de Letramento	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Leitura, discussão de textos teóricos e de literatura e outras linguagens artísticas, a partir de abordagens comparatistas. Estratégias de aproximação entre leitor e texto.	
Objetivos	
Experienciar a leitura de textos literários como uma atividade ativa, crítica e criativa, em diálogo com outras linguagens artísticas. Promover letramentos múltiplos.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Literatura e linguagens artísticas; ● Estudo da abordagem comparatista. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1993. BRAIT, Beth. Literatura e outras linguagens. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>CHIAPPINI, Lígia. Reinvenção da catedral. In: Língua, literatura, comunicação: novas tecnologias e políticas de ensino. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>PERRONE-MOISÉS, Leyla. Mutações da literatura no século XXI. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>CÂNDIDO, Antônio. "O direito à literatura". In: Vários escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.</p> <p>COSTA, Cristina. Questão de arte. O belo, a percepção estética e o fazer artístico. São Paulo: Moderna, 2004.</p> <p>JOUBE, Vincent. Por que estudar literatura? São Paulo: Parábola, 2012.</p> <p>GIL, José. A imagem-nua e as pequenas percepções. Estética e metafenomenologia. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1996.</p> <p>NITRINI, Sandra. Literatura comparada. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. NUCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE - FUNARTE (Org.). O olhar. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.</p> <p>PERRONE-MOISÉS, Leyla. Crítica e intertextualidade. In: _____. Texto, crítica, escritura. São Paulo: Ática, 1978.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Literaturas Lusófonas II	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Literaturas de língua portuguesa, com ênfase nos séc. XX e XXI.	
Objetivos	
Apresentar ao aluno um panorama das literaturas de língua portuguesa e aspectos históricos que contribuíram para a sua constituição, de modo a oferecer ao aluno subsídios para um pensamento e análise crítica do texto literário.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Panorama da literatura de língua portuguesa; ● Aspectos históricos e contribuições; ● Análise crítica de textos literários. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>CHAVES, Rita. Angola e Moçambique. Experiência colonial e territórios literários. São Paulo: Ateliê, 2005.</p> <p>FIGUEIREDO, Eurídice (org.). Conceitos de literatura e cultura. Juiz de Fora: UFJF, 2005.</p> <p>SANTILLI, Maria Aparecida. Paralelas e tangentes entre literaturas de língua portuguesa. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>FERREIRA, Manuel. Literaturas africanas de expressão portuguesa. Lisboa: ICALP, 1987.</p> <p>FIGUEIREDO, Maria do Carmo e FONSECA, Maria Nazareth (orgs.). Poéticas afro-brasileiras. Belo Horizonte: Mazza/ PUC Minas, 2002.</p> <p>MACÊDO, Tania. Angola e Brasil: estudos comparados. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.</p> <p>MELLO e SOUZA, Marina de. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2006. MUNANGA, Kabengelê e GOMES, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global/ Ação Educativa, 2000.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Semântica e Pragmática	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Conceitos, objetos e limites entre as teorias Semântica e Pragmática. Estudo do sentido e estudo da linguagem em uso.	
Objetivos	
Refletir sobre os conceitos de Semântica e Pragmática. Identificar objetos de análise da Semântica e da Pragmática. Analisar aspectos da linguagem referentes ao uso da língua. Estabelecer relações entre Léxico, Sintaxe, Semântica e Pragmática. Identificar os conceitos de significado, sentido e referente. Distinguir aspectos da construção da referência: anáfora e dêixis. Analisar atos ilocutórios em contextos situacionais diversos.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Estudo da teoria semântica; ● Estudo da teoria Pragmática; ● Estudo do sentido; ● Linguagem em uso. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>ARMENGAUD, Françoise. Pragmática. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006.</p> <p>ILARI, Rodolfo. Introdução à semântica: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.</p> <p>SEARLE, J. R. Expressão e significado: estudo das teorias dos atos de fala. 2 ed São Paulo: Martins Fontes, 2002.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>ARMENGAUD, Françoise. A Pragmática - col. na ponta da língua. São Paulo: Parábola, 2006.</p> <p>GUIMARÃES, Eduardo. Semântica e Pragmática. Campinas: Pontes, 2006. ILARI, Rodolfo. Introdução à semântica - Brincando com a Gramática. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>TAMBA-MECZ, Irene. A Semântica. São Paulo: Parábola, 2006. OLIVEIRA, Luciano A. Manual de Semântica. Petrópolis: Vozes, 2008.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Seminário aberto em estudos da linguagem I, II, III, IV	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Desenvolvimento de estudos dirigidos sob orientação do professor responsável pelo componente curricular através da leitura, análise e discussão de textos fundamentais dos estudos da linguagem.	
Objetivos	
Desenvolver a capacidade de pesquisa nos estudos da linguagem, através do aprofundamento de temas relacionados à pesquisa desenvolvida pelo professor da disciplina. Desenvolver a capacidade de leitura, análise e discussão de textos fundamentais dos estudos da linguagem. Produzir textos da esfera acadêmica que exponham o resultado desta experiência de pesquisa.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> Os conteúdos serão definidos pelo docente que ministrará o componente. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
LYONS, John. Introdução à linguística teórica . São Paulo: Nacional, 1979. SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral . São Paulo: Cultrix, 2013. WEEDWOOD, Barbara. História concisa da linguística . Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto para estudantes universitários . Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. FIORIN, José (org.). Introdução à linguística I, II e III . São Paulo: Contexto, 2003. MARTINS, Dileta Silveira. Português instrumental : de acordo com as normas da ABNT. SP: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola, 2010. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Chrsitina. Introdução à linguística . São Paulo: Contexto, 2001.	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Seminário aberto em estudos literários I, II, III, IV	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Desenvolvimento de estudos dirigidos sob orientação do professor responsável pelo componente curricular através da leitura, análise e discussão de textos fundamentais dos estudos literários.	
Objetivos	
Desenvolver a capacidade de pesquisa nos estudos literários, através do aprofundamento de temas relacionados à pesquisa desenvolvida pelo professor da disciplina. Desenvolver a capacidade de leitura, análise e discussão de textos fundamentais dos estudos literários. Produzir textos da esfera acadêmica que exponham o resultado desta experiência de pesquisa.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> Os conteúdos serão definidos pelo docente que ministrará o componente. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 2011.</p> <p>CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos – 1836- 1880. São Paulo: Outro sobre Azul, 2012.</p> <p>CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Outro sobre Azul, 2010.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto para estudantes universitários. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.</p> <p>MARTINS, Dileta Silveira. Português instrumental: de acordo com as normas da ABNT. SP: Atlas, 2009.</p> <p>RICOEUR, Paul. Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação. Edições 10, 2009.</p> <p>TODOROV, Tzvedan. As estruturas narrativas. São Paulo: Perspectiva, 2003.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Seminário aberto em linguagem e educação I, II, III, IV	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Desenvolvimento de estudos dirigidos sob orientação do professor responsável pelo componente curricular através da leitura, análise e discussão de textos fundamentais da linguística aplicada e dos estudos na área de linguagem e educação.	
Objetivos	
Desenvolver a capacidade de pesquisa na área de linguagem e educação, através do aprofundamento de temas relacionados à pesquisa desenvolvida pelo professor da disciplina. Desenvolver a capacidade de leitura, análise e discussão de textos fundamentais dos estudos na área de linguagem e educação. Produzir textos da esfera acadêmica que exponham o resultado desta experiência de pesquisa.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> Os conteúdos serão definidos pelo docente que ministrará o componente. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma linguística crítica : linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003. NEVES, I. C. B. Ler e escrever, compromisso de todas as áreas . Porto Alegre: UFRGS, 2011. SOARES, Magda Becker. Linguagem e escola : uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola, 2010. FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto para estudantes universitários . Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. MARTINS, Dileta Silveira. Português instrumental : de acordo com as normas da ABNT. SP: Atlas, 2009. BAGNO, Marcos; STUBBS, Michel; GAGNÉ, Gilles. Língua materna : letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.	

Identificação do Componente		
Componente Tecnologia no Contexto Social	Curricular:	Carga horária total: 60h
		Teórica: 30h
		Prática:
		Prática como Componente Curricular: 30h
Ementa		
Tecnologias para o desenvolvimento social. Direitos humanos. Cidadania. Formação continuada. Aspectos formais, informais e técnicos no desenvolvimento de tecnologias.		
Objetivos		
Perceber-se como cidadão, protagonista no cumprimento de direitos e deveres. Conhecer e propor tecnologias para o desenvolvimento social. Identificar diferentes atores envolvidos no desenvolvimento de tecnologia. Situar tecnologias em seu contexto social.		
Conteúdos Programáticos		
<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos informais, formais e técnicos envolvidos na tecnologia - Aspectos sociais envolvidos na tecnologia - Impacto da tecnologia sobre a sociedade e o mundo. 		
Referências Bibliográficas Básicas		
<p>LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de Informação Gerenciais. 7.ed. São Paulo: PearsonPrentice-Hall, 2007.</p> <p>LIU, K. Semiotics in Information Systems Engineering. New York: Cambridge UniversityPress, 2000.</p> <p>SOMMERVILLE, I. Engenharia de Software. 9.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.</p>		
Referências Bibliográficas Complementares		
<p>BODKER, K.; KENSING, F.; SIMONSEN, J. Participatory IT Design: designing for business and workplace realities. Cambridge: The MIT Press, 2004. FRANÇA, J. L.; VASCONCELOS, A. C. Manual para Normalização de Publicações Técnico-científicas. 7.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004.</p> <p>GALLO, S. Ética e Cidadania: caminhos da filosofia. 20.ed. São Paulo: Papirus, 2011.</p> <p>NATIONS, U. Human Rights. Disponível em: https://goo.gl/gTQBFX. Acesso em: 30 de junho de 2017.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007..</p>		

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Teoria do Currículo	Carga horária total: 30h
	Teórica: 30h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Apresentação das teorias do currículo com os pressupostos ideológicos, culturais e políticos que subsidiam as práticas pedagógicas nas representações curriculares. Tipologias e discussões curriculares. Currículo, cultura e sociedade.	
Objetivos	
Compreender as teorias do currículo. Analisar os diferentes tipos de currículo e suas relações com a prática pedagógica.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Teorias do currículo; ● Tipologias e discussões curriculares; ● Cultura e sociedade. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>MOREIRA, Antonio Flávio Currículos e Programas no Brasil. 3. ed. Campinas: Papirus, 2003.</p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo, cultura e sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>SACRISTÁN, Juan Gimeno. Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>APPLE, Michael. Ideologia e currículo. Porto Alegre: Artmed, 2006. HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>PEDRA, José Alberto. Currículo, conhecimento e suas representações. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: Teorias do Discurso	Carga horária total: 45h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Introdução à retórica e a modelos argumentativos.	
Objetivos	
Conhecer a teoria retórica neo-aristotélica e os modelos argumentativos de Stephen Toulmin e Chaim Perelman e Olbrecht-Tyteca. Analisar textos conforme teoria e modelos argumentativos.	
Conteúdos Programáticos	
<ul style="list-style-type: none"> ● A teoria retórica; ● Modelos argumentativos. 	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>CABRAL, A. L. T. A força das palavras: dizer e argumentar. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>FERREIRA, L. A. Leitura e persuasão: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>MEYER, M. A retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>BINI, E. Retórica a Alexandre. São Paulo: Edipro, 2011. GUIMARÃES, E. Texto e argumentação. 4 ed São Paulo: Pontes, 2007.</p> <p>PERELMAN, C. H; OLBRECHTS-TYTECA, L. Tratado de argumentação: a nova retórica. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.</p> <p>REBOUL, O. Introdução à retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.</p> <p>TOULMIN, S. E. Os usos do argumento. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.</p>	

Identificação do Componente	
Componente Curricular: JLEAD073- ESPANHOL INSTRUMENTAL I	Carga horária total: 60h
	Teórica: 30h

	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 30h
Ementa	
Estudo das estruturas gramaticais e discursivas do espanhol, em nível inicial, considerando as especificidades na aprendizagem do idioma. Compreensão e leitura de textos na Língua Espanhola.	
Objetivos	
Conhecer as estruturas gramaticais e discursivas do espanhol Introduzir e desenvolver a compreensão leitora de textos diversos em espanhol.	
Conteúdos Programáticos	
Alfabeto - Presente de Indicativo: verbos regulares e irregulares; conjugaciones pronominales - Perífrasis: IR + A + Infinitivo - Léxico: hogar; ciudad; escuela; cuerpo humano acontecimientos extraordinários e lojas/preço Heterosemânticos y Heterogénicos - Saludos y Despedidas - Artículos - Contracciones - Conjunctiones: y; e; o; ó; u; pero - Puntuación - Lenguajes formal e informal - Pronombres Sujetos/Personales.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BAPTISTA, L.R. et al. Listo: español a través de textos. São Paulo: Moderna, 2005. BRUNO, F.C & MENDOZA, M.A. Hacia el español: curso de lengua y cultura hispánica – nível básico. 6 ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2004. FANJUL, A. (org.). Gramática de español paso a paso. São Paulo: Moderna, 2005.	
Referências Bibliográficas Complementares	
GÓMEZ TORREGO, Leonardo. Gramática didáctica del español. Madri: SM, 2007 MINIDICIONÁRIO SARAIVA ESPANHOL-PORTUGUÊS/ PORTUGUÊS-ESPANHOL. São Paulo: Saraiva, 2006. MORENO, F & MAIA GONZÁLEZ, N. Diccionario bilingüe de uso español/português/português-espanhol. Madri: Arco/Libros, 2003	

Gestão

Recursos humanos

Os recursos humanos para o curso de Letras EaD são constituídos por servidores efetivos da instituição nos serviços de apoio da Divisão de Educação a Distância e no campus proponente do curso e por docentes, tutores, interfaces de ead efetivos ou não, selecionados por meio de edital específico para cada modalidade, inclusive para coordenação de polos UAB.

Coordenação de Curso

Atualmente desempenha a função de coordenador do curso o professor Dr. Maurício Aires Vieira, com Mestrado e Doutorado em Educação pela PUC-RS, está lotado no curso de Pedagogia presencial desde 2009, exercendo inúmeras funções neste curso, no campus (atuou como coordenador acadêmico e Diretor) e na instituição (foi vice-reitor na gestão anterior).

A atuação do coordenador está pautada no art. 105 do Regimento Geral da Universidade, Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5/2010, que explicita suas atribuições. Salienta-se que o atual coordenador dedica-se à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes, tutores, interfaces, equipe multidisciplinar e docentes, pela representatividade no Conselho de Campus, Comissões de ensino e demais instâncias da universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC, além de atuar com a coordenação de tutorias, interfaces, monitores, mediadores pedagógicos, e a coordenadora substituta do curso.

A coordenadora substituta é graduada em Letras, mestra e doutora em Linguística/Psicolinguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. A coordenadora dos polos é a professora Doutora Isaphi Alvarez Doutora em Letras, Linguística Aplicada, Mestre em Letras / Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria.

A presidente do NDE, professora Suzana Schwartz tem doutorado em Educação pela PUCRS, com pós-doutorado em Madri, na Faculdade de Psicologia. Os quatro professores, alinhados ao professor Lúcio Hammes, coordenador da Pedagogia presencial e coordenador acadêmico substituto, formam o NDE e debatem semanalmente o curso em diversas reuniões e comissões.

Com este grupo, articulado com a comissão de curso, o atendimento das demandas que

envolvem os diversos atores do curso, a coordenação disponibiliza atendimento remoto, por e-mail, telefone, reuniões Meet e WhatsApp, além do atendimento pelo bolsista de gestão.

A coordenação de curso apresenta semestralmente o planejamento de suas ações, com destaque para as ações de oferta do calendário acadêmico, ações de ensino, pesquisa e extensão, promoção de eventos acadêmicos e calendário de aulas presenciais e/ou remotas bem como as demandas relativas à atualização do PPC, projetos e outros.

A agenda da coordenação inclui a oferta semestral e controle de repercurso, representação nas instâncias institucionais, organização de cronograma de encontros presenciais/síncronos dos discentes, atendimento de demandas curriculares dos discentes, assim como orientações aos tutores, interfaces e docentes do curso.

A coordenação é também avaliada pelos instrumentos da CPA, cujos resultados têm como finalidade o planejamento e aprimoramento do curso. O coordenador atual do curso possui 16 anos de magistério, sendo que destes, treze anos são de magistério superior, atuando também em seu histórico, como coordenador acadêmico, diretor de unidade universitária e vice-reitor da Universidade, além da cedência que teve ao MEC, trabalhando na secretaria executiva do Ministério.

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE foi constituído a partir da resolução CONSUNI nº 97/2015 que o institui e estabelece suas normas de funcionamento na UNIPAMPA, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico” (UNIPAMPA, 2015, p.1).

Conforme Portaria Nº 334, de 04 de março de 2022, o Núcleo Docente Estruturante está composto pelos docentes Suzana Schwartz, Denise Aparecida Moser, Mauricio Aires Vieira, Lucio Jorge Hammes e Isaphi Marlene Alvarez. No atual momento, pela demanda intensificada do curso, o grupo foi ampliado com a participação das docentes Fabiane Lazzaris e Fabiane Penteado, que aguardam publicação de portaria. As atribuições do NDE estão explicitadas no Regulamento do NDE. (Apêndice A)

Comissão do Curso

Conforme Art. 102 da Resolução nº 5 CONSUNI, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade

viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (UNIPAMPA, 2010, p. 26).

A comissão de curso é constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses. Porém em todas as reuniões são enviados convites a todos docentes que participaram do curso, além dos interfaces de ead e tutores. No ano de 2022 as reuniões ordinárias do curso ocorrem toda última quinta-feira de cada mês. Com o advento da avaliação, reuniões extraordinárias da comissão e do NDE foram agendadas.

Comissão de Curso atual 2021-2022

Aden Rodrigues Pereira;

Agnaldo Mesquita de Lima Junior

Alan Ricardo Costa

Alexander Severo Córdoba

Aline Souza da Luz

Amanda Meincke Melo

Ana Cristina do Amaral Lovato

Adriana Gustavo Cardoso

Analva Aparecida Andrade Lucas Passos

Ana Paula Gomes Lara

Antônio Carlos de Madalena Genz

Barbara Regina Gonçalves Vaz

Camila Gonçalves do Santos do Canto - Coordenadora de TCC 2021

Carla Alves Lima

Carlos Giovanni Castillo

Carmen Regina Dorneles Nogueira

Clara Zeni Camargo Dornelles

Cláudia Camerini Corrêa Pérez

Cristiano Galafassi

Cristina Cardoso

Daiane Monique Pagani Lopes

Debora Tatiane Portilho Santos

Denise Aparecida Moser - coordenadora substituta

Deuziane da Costa Farias

Emanuele Coimbra Padilha

Erico Amaral

Fabiane Flores Penteadó Galafassi

Fabiane Lazzaris

Gabriella Cristina Vaz Camargo

Isaphi Marlene Jardim Alvarez

Leila Bom Camillo - Coordenadora dos Estágios 2022

Lisiane Inchauspe de Oliveira

Luciana Abreu Jardim - Coordenadora dos Estágios 2021

Luciane Salcedo de Oliveira

Lucio Jorge Hammes - Coordenador Acadêmico em exercício

Luisa da Silva Hidalgo

Lilia de Lima Vieira

Liliane Silveira Bonorino

Jorama de Quadros Stein

Márcio Aurélio Friedrich

Maicon Quevedo Fontela

Mara Lucia Teixeira Brum

Marcela Wanglon Richter

Maria do Socorro de Almeida Farias Marques

Marilice Cortes

Marina Pereira Penteado

Maurício Aires Vieira - Coordenador

Moacir Lopes de Camargos

Nathan Bastos de Souza

Nuria Silva Oliveira

Paola Oliveira dos Santos

Patricia Forgiarini Firpo

Sátira Pereira Machado

Sérgio Ricardo Silva Gacki

Silvana Maria Aranda

Suzana Schwartz - Presidente do NDE e Coordenadora de TCC 2022

Thais Priscila Silva de Oliveira

Vagner Silva da Cunha

Vera Cleusa dos Santos Lima

Vera Lucia Cardoso Medeiros

Vera Lucia Vargas de Souza Kelling

Representante dos técnicos-administrativos em educação: Claudio Colares Alves

Representante discente: Nathália Pinheiro

A próxima eleição ou indicação para o biênio ocorrerá em meados de 2023 em que ocorrem as eleições para os cargos eletivos.

Tutoria e interfaces - atribuições

Enquanto prática de apoio ao discente para o desenvolvimento do currículo, a proposta do curso prevê a participação de tutores presenciais e a distância como forma de atender às demandas dos estudantes no âmbito dos polos UAB. Nos polos institucionais temos o servidor denominado de interface de ead que colabora em sentido semelhantes aos tutores presenciais e a distância, porém são servidores efetivos de carreira, lotados em cada unidade universitária, com Plano de Ação e Plano de Trabalho validado pelo seu superior hierárquico, o coordenador acadêmico de cada Campus. Os tutores estão subordinados à coordenação de polos.

Tutores Presenciais: atuam nos polos, apoiando o trabalho dos professores do Curso. Para tal, deverão estar capacitados para o uso do Moodle, bem como ter reconstruído e ressignificado conhecimento relativo à área de informática na educação e dinâmica de grupo.

Principais atribuições

- mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- acompanhar as atividades discentes, conforme cronograma do curso;
- apoiar o professor do componente curricular no desenvolvimento das atividades docentes;
- estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- colaborar com a Coordenação do Curso na avaliação dos estudantes;
- participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à Coordenação de Tutoria;
- participar do processo de avaliação do componente curricular, sob orientação do professor responsável;
- apoiar operacionalmente a Coordenação do Curso nas atividades presenciais desenvolvidas nos polos, em especial na aplicação de avaliações.

Tutores a Distância: atuam como mediadores e orientadores das atividades previstas em cada componente curricular, acompanhando o desenvolvimento de cada aluno e turma, especialmente através dos recursos e instrumentos oferecidos pela Plataforma Moodle, bem como por outras formas de comunicação a distância, além de contribuir em outras formas definidas pelo professor de cada componente curricular, atuando na sede do curso junto ao professor.

Principais atribuições

- mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;

- acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- apoiar o professor do componente curricular no desenvolvimento das atividades docentes;
- manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista no prazo máximo de 24 horas;
- estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- elaborar relatórios quinzenais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- participar do processo de avaliação do componente curricular sob orientação do professor responsável;
- apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações.

Interfaces Ead: atuam como mediadores e orientadores das atividades previstas em cada componente curricular, acompanhando o desenvolvimento de cada aluno e turma, especialmente através dos recursos e instrumentos oferecidos pela Plataforma Moodle, bem como por outras formas de comunicação a distância, além de contribuir em outras formas definidas pelo professor de cada componente curricular, atuando em cada polo institucional. É o principal elo entre o campus/unidade e a coordenação do curso.

Principais atribuições

- mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- apoiar o professor do componente curricular no desenvolvimento das atividades docentes;
- manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista no prazo máximo de 24 horas;
- estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- elaborar relatórios de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação;

- participar do processo de avaliação do componente curricular sob orientação do professor responsável;
- apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações;
- atentar a datas e prazos aos estudantes;
- manter atualizado o site do curso no campus/polo institucional.

Coordenador de Tutoria ou de Interface

Compete à Coordenação de tutoria, no caso dos polos UAB:

- participar das atividades de capacitação e atualização;
- acompanhar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de tutores, em conjunto com o coordenador de curso;
- acompanhar as atividades acadêmicas do curso; verificar “in loco” o bom andamento dos cursos;
- informar para o coordenador do curso qual a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento de bolsas;
- acompanhar o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores envolvidos no programa;
- acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores;
- encaminhar à coordenação do curso relatório semestral de desempenho da tutoria.

Compete à Coordenação de polo, no caso dos polos UAB:

- acompanhar e coordenar as atividades docentes, discentes e administrativas do polo; garantir às atividades da UAB a prioridade de uso da infraestrutura do polo;
- participar das atividades de capacitação e atualização;
- elaborar e encaminhar à UAB/DED/CAPES, relatório semestral das atividades no polo, ou quando solicitado;
- elaborar e encaminhar à coordenação do curso, relatório de frequência e desempenho dos tutores e técnicos atuantes no polo;
- acompanhar as atividades de ensino, presenciais e a distância;
- acompanhar e gerenciar o recebimento de materiais no polo, e a entrega dos materiais didáticos aos alunos;
- zelar pela infraestrutura do polo;
- relatar problemas enfrentados pelos alunos ao coordenador do curso;
- articular, junto às IPES presentes no polo de apoio presencial, a

distribuição e o uso das instalações do polo para a realização das atividades dos diversos cursos;

- organizar, junto com as IPES presentes no polo, calendário acadêmico e administrativo que regulamente as atividades dos alunos no polo;
- articular-se com o mantenedor do polo com o objetivo de prover as necessidades materiais, de pessoal e de ampliação do polo; receber e prestar informações aos avaliadores externos do MEC.

No atual cenário, tendo em vista, que estamos em repercurso final do curso, não há coordenação de tutoria pela ausência, de cotas de bolsas, logo o professor Rafael Ferraz (que já fora coordenador geral da UAB) está contribuindo com o suporte necessário, caso haja alguma demanda (porém lembramos, que em 2022, temos um número diminuto de alunos nos polos, na nossa última oferta).

Compete ao ponto focal dos interfaces nos caso dos polos institucionais:

- a) manter redes de contato com todos interfaces
- b) manter contato com a coordenação do curso e informar qualquer irregularidade ou demanda específica dos polos institucionais
- c) promover reuniões periódicas com o grupo para detalhamento de ações e acompanhamento dos calendários e atividades solicitadas pela coordenação de curso.

O coordenador de interface ou ponto focal entre os polos institucionais é a servidora Darlise Nunes Ferreira, doutora em Educação e pertencente ao quadro de servidores técnicos administrativos em educação, como técnico em assuntos educacionais do Campus Jaguarão.

Os interfaces, conforme última portaria 1.149/2022, do Gabinete do Reitor, são:

Polo Institucional	Interface Ead
Jaguarão (JG)	Dra. Darlise Nunes Ferreira – Ponto Focal
Alegrete (AL)	Valéria Arrais Ramos
Santana do Livramento (SL)	Ricardo Gomes de Oliveira
Dom Pedrito (DP)	Geise Loreto Alves
Caçapava do Sul (CÇ)	Róger Fabiano Pacheco

A interação entre tutores, docentes, interfaces, coordenação do curso e coordenação do polo é realizada regularmente por meio de e-mails, mensagens de WhatsApp e reuniões. Cada polo possui um grupo no WhatsApp para facilitar a interação e oportunizar que as demandas sejam realizadas com celeridade.

O planejamento do semestre é realizado pela coordenação de curso, socializado/debatido com tutores e docentes. A integração do docente com os tutores ocorre através dos recursos disponíveis no Moodle, e-mail e WhatsApp. A interação entre os tutores presenciais e a distância é constante.

A coordenadora de tutoria interage com os tutores, levando as demandas à coordenação de curso, constituindo assim um trabalho em rede. Cada polo tem um grupo de WhatsApp com tutor presencial, à distância, coordenadora de tutoria e alunos. Além disso, os tutores dos polos interagem em grupo próprio pelo WhatsApp. Essa prática tem demonstrado êxito em solucionar as demandas dos polos, principalmente na demanda surgida durante a pandemia de covid-19.

A celeridade proporcionada pelos instrumentos de comunicação favorece a construção de soluções coletivas para os problemas apresentados. Os docentes dialogam com os tutores através dos recursos de comunicação de mensagens no Moodle, e-mail e de comunicação via desenvolvimento do componente no Moodle.

As interações, via Moodle, WhatsApp e reuniões favorecem ações específicas para, no contexto do polo e nos individuais dos discentes, conforme necessidades específicas, promover soluções para as dificuldades de aprendizagem. Os tutores realizam relatórios periódicos sobre suas ações, os quais são registrados e publicizados no mural da coordenação.

Quando o aluno fica sem acesso por um período de mais ou menos uma semana, os professores acionam os tutores para a busca ativa desses estudantes a fim de sanar dúvidas ou motivá-los a continuar executando suas atividades no AVA. Quando se torna imperioso, o tutor fica autorizado a intermediar uma reunião online entre alunos e professores para sanar dúvidas e/ou demais demandas apresentadas. Os tutores também auxiliam no envio das ACGS, nos processos de matrículas via web e nos ajustes remotos, quando necessário.

Mediador Pedagógico Virtual

O bolsista selecionado para atuar como Mediador Pedagógico Virtual deverá realizar as seguintes atividades: a. desenvolver a mediação pedagógica junto aos discentes buscando diferentes estratégias e formas de promoção do aprendizado; b. acessar o AVA diariamente em dias úteis; c. entrar em contato com discentes ausentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA; d. participar ativamente de fóruns de discussão; e. responder dúvidas,

avaliar e atribuir feedback formativo; f. acompanhar o progresso dos(as) discentes durante o componente curricular por meio de análises das atividades e demais instrumentos de avaliação; g. participar dos seminários de formação e avaliação online programados para o componente curricular; h. participar de reuniões online agendadas pela coordenação ou supervisão do componente curricular i. comunicar previamente e justificar ao(à) docente titular sobre o impedimento de participação das atividades agendadas; j. elaborar relatórios de atividades ao final do componente; k. cumprir atividades específicas previstas no Plano de Trabalho de Mediação Pedagógica e de Atividades do Bolsista.

Lista de Mediadores Virtuais 2022

Mediador	Área de Atuação	Orientador
Patrícia Araújo Pujol	Literatura	Fabiane Lazzaris
Nathália Pinheiro Martins	Seminários Integradores	Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques
Nathália Pinheiro Martins	Tecnologia	Cláudia Camerini Corrêa Pérez
Biatriz Doleski Weber	Linguística Aplicada	Luciani Salcedo de Oliveira
Biatriz Doleski Weber	Literatura	Sátira Pereira Machado
Liliana Lemos Mendes	Estágios	Suzana Schwartz
Liliana Lemos Mendes	Trabalhos de Conclusão de Curso	Suzana Schwartz
Juliane Davila e Paiva	Práticas de Linguagem	Leila Bom Camillo
Aline Moura Domingues Marsico	Educação	Maurício Aires Vieira

Recursos de infraestrutura

O Campus Jaguarão, sede e proponente do curso, é composto por um prédio de dois pavimentos na sua área administrativa e com três pavimentos em sua área acadêmica, dotado de elevador, o que permite a acessibilidade física em todos os seus andares.

O prédio possui além das salas de aula e banheiros adaptados para pessoas com deficiência física, salas de professores, sala da direção, sala da secretaria acadêmica, sala da secretaria administrativa, almoxarifado, biblioteca, laboratório de informática e diversos laboratórios de suporte às atividades dos diferentes cursos do Campus.

O campus Jaguarão possui 16 salas de aula, 12 salas com capacidade de 72 lugares, 2 salas com capacidade de 100 lugares e 2 salas com capacidade de 32 lugares. Os equipamentos de audiovisual instalados em cada sala são: 1 projetor multimídia, 1 caixa de som e 1 microcomputador. 5 salas de aula possuem ar-condicionado de 42.000 BTUs e as demais salas possuem 2 ventiladores de teto cada.

Biblioteca

A Biblioteca do Campus Jaguarão funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30min às 22h30min e aos sábados, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min com atendimento prestado por técnicos administrativos em educação.

O acervo é de aproximadamente 14.000 livros inseridos no Sistema de Bibliotecas (SISBI). O quantitativo de exemplares para a bibliografia básica é de pelo menos oito livros para turmas com no máximo 50 alunos, seguindo os parâmetros de avaliação do MEC. E, quanto à bibliografia complementar, são cinco exemplares para cada título. Há como verificar todos os livros e o número de exemplares acessando a Biblioteca Web, disponível no endereço eletrônico do Portal da Universidade.

Quanto ao ambiente físico, a Biblioteca possui uma área de aproximadamente 450 m², contando com dez corredores de estantes, todas cuidadosamente colocadas de forma a facilitar o acesso por cadeirantes. Possui setor de empréstimo, periódicos, revistas semanais, local para leitura de jornais, terminais para acesso ao Portal CAPES e para consulta do acervo pela Biblioteca Web, dois espaços para estudos individuais, local para assistir vídeos, guarda de materiais, oito mesas de estudo tipo reunião com seis lugares e permitindo a acessibilidade física. Os equipamentos apresentam lupas eletrônicas para uso de pessoas com baixa visão.

O curso disponibiliza a biblioteca virtual Pearson, assim como divulga repositórios de materiais livres. As bibliografias básicas atendem à formação docente, sendo avaliadas e validadas pelo NDE, tendo em vista o perfil do egresso e os objetivos do curso. As bibliotecas atendem a política institucional de acessibilidade, como o 'text to speech'.

O campus e o curso contam com a estrutura da biblioteca da Unipampa e das bibliotecas dos diferentes polos que têm disponíveis o acervo indicado nas referências do curso. Através da interoperabilidade de sistemas da UNIPAMPA, precisamente no Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais (GURI) <guri.unipampa.edu.br>, de forma online é possível realizar consultas ao acervo, renovar empréstimos e reservar itens de interesse para empréstimo. Também são disponibilizadas bibliotecas virtuais adquiridas pela universidade, como o sistema Pergamum.

Citamos abaixo alguns itens do Catálogo online da rede de bibliotecas:

E-BOOKS

- a) ARGOS: E-books multidisciplinares gratuitos da Editora da Unochapecó.

- b) Directory of Open Access Books: E-books multidisciplinares de acesso aberto.
- c) Dorinateca (Biblioteca Digital Dorina Nowill): Biblioteca online de livros acessíveis da Fundação Dorina Nowill para Cegos. Livros em formato DAISY. Livros em formato DAISY, Áudio, Braille e EPUB.
- d) Ebooks Gratuitos de Editoras Universitárias: O levantamento desses dados foi realizado pela BU/UFSC em colaboração com colegas do SiBI/UFRJ. Atualmente, a lista inclui mais de 1.500 títulos e está em constante atualização.
- e) FGV Editora: E-books multidisciplinares disponíveis para download gratuito.
- f) Scielo Books: Portal de E-books multidisciplinares de acesso aberto.

BASES DE DADOS

- a) Acervo Digitais de Cordeis da Biblioteca de Obras Raras de Átila de Almeida – UEPB: Confira mais de 8 mil obras e cordéis.
- b) Arquivo Público do Estado de São Paulo: Encontre revistas, jornais e periódicos.
- c) Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (1810 a 2005) – FEUSP: Confira diversos materiais e conteúdos didáticos da educação brasileira.
- d) Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: O site da biblioteca da Universidade de São Paulo (USP) contém livros, revistas, documentos, e outros tipos de arquivos livres para o download gratuito.
- e) Biblioteca Digital da Unicamp: Conta em seu acervo com dissertações, teses, pesquisas em andamento, revistas eletrônicas, etc., todos feitos pelos professores, pesquisadores e alunos da instituição.
- f) Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – IBICT (Teses Eletrônicas): Reúne centenas de teses e dissertações de universidades de todo o País. É uma ferramenta útil para quem está fazendo a sua monografia e precisa de fontes acadêmicas.
- g) Domínio Público: Faça o download de milhares de obras, vídeos, textos e sons totalmente gratuitos de pessoas que morreram há mais de 70 anos.

O Sistema de Bibliotecas através de contrato da UNIPAMPA com a empresa TARGET GEDWeb passa a disponibilizar a comunidade acadêmica o acesso às Normas da ABNT NBR/NM, Normas do Mercosul, Diários Oficiais e outros.

Laboratórios

Recurso	Descrição
---------	-----------

LAB TIC I – Laboratório de Tecnologia da Informação e Comunicação (sala 106)	Equipamentos: 16 computadores, 1 projetor multimídia interativo, 1 scanner e 1 ar-condicionado de 18000 BTUs
LAB TIC II – Laboratório de Tecnologia da Informação e Comunicação (sala 108)	Equipamentos: 18 computadores, 1 projetor e 1 ar-condicionado de 18000 BTUs
LALLi – Laboratório de Literatura e Outras Linguagens (sala 103 B)	Finalidade: Fundado em março de 2011, o LALLi é um espaço multidisciplinar destinado a fomentar a pesquisa docente e a formação permanente dos seus discentes no que tange à produção textual e à pesquisa voltada à relação dialógica, de fronteira entre literatura e outras linguagens, práticas culturais e processos criativos. O LALLi também se constitui num espaço para sediar a formação continuada de professores da comunidade, através da promoção de oficinas, debates e pesquisas voltadas a situação – problema da sala de aula que envolvam o ensino da literatura. Técnico responsável: Profa ^a . Ana Lúcia Montana Boéssio
Laboratório de Estudos em História e Literatura (sala 105)	Equipamentos: 3 computadores, 1 projetor, 10 bússolas, 1 nível topográfico, 1 gravador de voz, 1 câmera fotográfica Técnico responsável: Profa ^a . Cássia Daiane Machado da Silva e Profa ^a . Renata Dal Sasso Freitas
LEMAI – Laboratório de Estudos do Mundo Árabe e Islã (sala 105)	Equipamentos: 3 computadores, 1 projetor, 10 bússolas, 1 nível topográfico, 1 gravador de voz, 1 câmera fotográfica Técnico responsável: Prof. Edison Cruxen
NEHM/LEHAM - Núcleo de Estudos de História Medieval do Laboratório de Estudos de História Antiga e Medieval (sala 105)	Equipamentos: 3 computadores, 1 projetor, 10 bússolas, 1 nível topográfico, 1 gravador de voz, 1 câmera fotográfica Técnico responsável: Prof. Edison Cruxen
Laboratório de Ensino de Espanhol para crianças e Formação Docente (sala 107)	Finalidade: Ofertar os cursos de extensão “Espanhol Básico para Niños – módulos I, II e III” e refletir sobre a formação e práticas docentes. Espaço Físico/ acessibilidade: Equipamentos: 1 aparelho de videocassete com DVD

	<p>integrado, 1 câmera filmadora, 1 câmera fotográfica, 2 computadores, 1 mini system, 1 notebook, 1 projetor, 1 retroprojetor, 1 televisor 29”</p> <p>Técnico responsável: Prof^a Cristina Pureza Duarte Boéssio</p>
Biblioteca	<p>Equipamentos: 4 computadores para uso dos alunos, 1 lupa eletrônica, 1 impressora braile e 2 gravadores de voz e dois notebooks.</p> <p>Normas de funcionamento: horário de atendimento das 9h às 21h</p> <p>Técnico responsável: Tatiane Marques de Oliveira</p>
Sala da Coordenação do Curso de Letras EaD (408)	<p>Equipamentos: 6 computadores, 1 câmera de vídeo, 1 projetor, 1 caixa de som, 1 notebook.</p> <p>Normas de funcionamento: Horário de atendimento das 8 às 12 e das 13 às 17h e das 18h às 22h Técnico responsável: Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques</p>
Auditório	<p>Equipamentos: 1 projetor, 6 caixas de som, 1 kit com 2 microfones sem fio</p> <p>Normas de funcionamento: é preciso ter o agendamento prévio do estabelecimento para poder utilizá-lo.</p> <p>Técnico responsável: Lorena Gonzalez Telis</p>
Secretaria Acadêmica	<p>Equipamentos: 5 computadores, 1 ar-condicionado de 18000 BTUs</p> <p>Normas de funcionamento: horário de funcionamento das 9h às 21h</p> <p>Técnico responsável: Catiane Leite Almeida</p>
LLIIS - Laboratório Interdisciplinar da Imagem e Som- PPC Sala 104	<p>Equipamentos: 1 projetor, 1 bateria acústica completa, 1 mesa analógica completa, 1 mesa de áudio analógica, 2 caixas de som amplificadas, 1 monitor de áudio, 1 caixa cubo para contrabaixo, 1 caixa cubo para guitarra, 1 equalizador cíclotron, 1 mesa dimmer, 1 kit de microfone para bateria, 1 kit de microfone de lapela, 2 kits de microfone sem fio com 2 microfones cada, 2 microfones AKG, 4 microfones com fio Shure SM-58, 5 refletores Fresnel</p>

	Técnico responsável: Alexandre Caldeirão Carvalho
Núcleo EaD- Campus Jaguarão	O núcleo está no Prédio denominado Acadêmico 1. O núcleo consta com sala de aula (50 lugares), laboratório de informática (25 lugares), estúdio de gravação, sala de professores, sala de tutores, espaço para coordenação.
Laboratório Curso de Turismo – Sala 110	Equipamentos: 2 projetores, 4 computadores, 1 aparelho de Blu-ray, 6 binóculos, 1 caixa de som para instrumentos musicais, 1 estação meteorológica, 3 GPS, 1 impressora Ploter, 5 kits microfone sem fio com 1 microfone cada, 3 kits microfone sem fio com 2 microfones cada, 1 kit Walk Talk com 2 rádios, 1 Rádio VHF Marítimo: 1 TV Led 32", 1 Mini System Técnico responsável: Patrícia Schneider Severo

Apenas quando são ministradas aulas no laboratório de informática é que se faz necessário o agendamento para utilização dos equipamentos, tanto no campus sede quanto nos polos institucionais. Nos polos da UAB há laboratórios específicos destinados para atendimento ao aluno, no momento presencial, se for preciso. É também disponibilizada no Campus, a conexão *wireless* (rede sem fio), o que facilita ainda mais o acesso à Internet dos alunos por todo o prédio. Em termos de acessibilidade (espaço físico), há uma empresa de engenharia terceirizada realizando o projeto de adequação de espaço para ambos os laboratórios de informática. Desta forma, um destes laboratórios poderá atender adequadamente às demandas do curso na modalidade a distância.

Infraestrutura demais polos institucionais (todos com rede wireless)

Campus Caçapava do Sul

- Laboratório de Informática com 21 computadores

- Salas de aula;
- Secretaria Acadêmica e biblioteca (física e virtual);
- Sala de reuniões com equipamentos de videoconferência;
- Auditório.

Campus Dom Pedrito

- Laboratório de Informática com 20 computadores;
- Salas de aula e biblioteca (física e virtual);
- Secretaria acadêmica;
- Sala de reuniões com equipamentos para videoconferência.

Campus Alegrete

- Laboratórios de informática, totalizando 138 computadores;
- 17 salas de aula equipadas com projetor e quadro branco, com capacidades entre 55 e 80 pessoas;
- 1 auditório com 100 assentos;
- 2 salas de reuniões com equipamentos para videoconferência;
- 2 salas de estudos para os estudantes com mesas e cadeiras;
- 2 salas de coworking.

Campus Santana do Livramento

- Laboratório de Informática;
- salas de aula, biblioteca (física e virtual),
- sala de coworking,
- salas de reuniões com equipamentos para videoconferência,
- auditório com 170 assentos.

Infraestrutura Polos UAB

A estrutura de apoio presencial aos acadêmicos do curso de Letras Português – Licenciatura, Modalidade a distância, é desenvolvida nos polos UAB dos respectivos municípios listados anteriormente. Cabe apresentar a localização e descrição detalhada do ambiente físico disponibilizado para o desenvolvimento do curso. De acordo com a regulamentação da CAPES, o Polo UAB é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de Educação a Distância - EaD, de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior - IES.

O polo UAB é localizado, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuem instalações acadêmicas públicas de nível superior. Como condição obrigatória, todo o Polo UAB deve ter, em suas instalações, sala para coordenação do Polo UAB, sala para secretaria do Polo UAB, instalações hidrossanitárias, laboratório de informática com instalações elétricas adequadas (rede estabilizada) e biblioteca física, com espaço para estudos, conforme determinação CAPES.

- Polo UAB Cacequi - Endereço: Avenida Senador Salgado Filho, s/n. Bairro: Centro - Cacequi/RS. Descrição do ambiente físico: o polo possui todos os itens destacados como obrigatórios para seu funcionamento.
- Polo UAB Esteio - Endereço: Rua Alegrete, 455 - Centro, Esteio/RS - CEP: 93280-060. (55) 3263 2354. Descrição do ambiente físico: o polo possui todos os itens destacados como obrigatórios para seu funcionamento.
- Polo UAB Faxinal do Soturno - Endereço: Rua Sete de Setembro, 790. Descrição do ambiente físico: o polo possui todos os itens destacados como obrigatórios para seu funcionamento.
- Polo UAB Hulha Negra - Endereço: Avenida Getúlio Vargas, s/n. Bairro: Centro – Hulha Negra/RS Descrição do ambiente físico: o polo possui todos os itens destacados como obrigatórios para seu funcionamento.
- Polo UAB Itaqui - Endereço: Rua Euclides Aranha, n. 1288. Bairro Centro – Itaqui/RS Descrição do ambiente físico: a estrutura física do polo é composta por 03 laboratórios de informática, 01 sala de multifuncional, 02 salas de aula convencionais, secretaria, sala de coordenação, sala de tutores, sala para coordenação pedagógica, laboratório de música, biblioteca, sala de convivência, CPD, 06 banheiros (02 femininos, 02 masculinos, 01 adaptado, 01 para funcionários) e cozinha.
- Polo UAB Quaraí - Endereço: Rua Anhangá Pitan, 600. Bairro: Vila Gaudêncio Conceição – Quaraí/RS Descrição do ambiente físico: o polo possui todos os itens destacados como obrigatórios para seu funcionamento.
- Polo UAB Rosário do Sul - Endereço: Avenida Rafael Gonçalves, 435-A. Bairro:

Centenário – Rosário do Sul/RS Descrição do ambiente físico: o polo possui todos os itens destacados como obrigatórios para seu funcionamento.

- Polo UAB São Sepé - Endereço: Rua Coronel Veríssimo, 1177, Centro. (55) 32331334. Descrição do ambiente físico: o polo possui todos os itens destacados como obrigatórios para seu funcionamento.

Cabe destacar que todos polos foram devidamente selecionados pelos editais de adesão da CAPES e seus respectivos aditamentos. Cada polo consta como apto no SISUAB e são acompanhados e monitorados frequentemente pela CAPES e detém de uma coordenação de polo, geralmente um servidor, designado pela prefeitura municipal.

Polo	Coordenador em 2022
Cacequi	Renata Costa
Esteio	Claudio Duzik
Faxinal do Soturno	Jorge Pellenz
Hulha Negra	Ariane Souza
Itaqui	Márcia Barz
Quaraí	Jane Folchini
Rosário do Sul	Izabel Cristina Vieira
São Sepé	Elsa Gass

Referências

ARUM, S. AND VAN DE WATER, J. **The need for a definition of international education in U.S. universities.** In C.B. Klasek (ed.) Bridges to the future: Strategies for internationalizing higher education (pp. 191-203). Washington, D.C: Association of International Education Administrators, 1992.

BAUMANN, Z. **Vida líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES. **Resolução 1, de 17 de julho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente estruturante-NDE. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid=>. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001.** Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001 que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de Fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 2, de 19 de Fevereiro de 2002.** Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: <

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. arquivos. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002.** Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância.** 2012. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_retificado_fevereiro_2012.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial de Qualidade para a Educação Superior a distância**. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.172**, de 09 de Janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.640**, de 11 de Janeiro de 2008. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jan. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111640.htm>. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.755**, de 29 de Janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 1º jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> acessado em 12 de junho 2022.

BAUMANN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2001. 115p.

DARLING-HAMMOND. L. *Preparing Teachers for a Changing World – What teachers should learn and be able to do*. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2005.

DELORS, Jacques. *et alii*. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre Educação para o século XXI. 2. ed. Brasília: Cortez, 1999. 288p.

DEMO, P. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DEMO, P. **Aprender bem/mal**. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

DEMO, Pedro. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. 6ª ed. RJ: Petrópolis: Vozes, 2009.

DEMO, P. **O mais importante da educação importante**. São Paulo: Atlas, 2012.

DEMO, Pedro **Atividades de aprendizagem: sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante** [recurso eletrônico] / Pedro Demo. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2018. 180 p., 1,27 MB; ePDF.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança, um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

FREIRE, M. **Observação, registro e reflexão. Instrumentos metodológicos**. 2ª ed. São Paulo: PND, 1996.

FREIRE, Madalena. **Educador, educa a dor**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GATTI, B. A. **Formação Inicial de Professores para a Educação Básica: pesquisas e políticas educacionais. Estudos em Avaliação Educacional** (Impresso) , v. 25, p. 24-55, 2014.

HUDZIK, John K. **Comprehensive internationalization: from concept to action**. NAFSA: Association of International Educators, 2011.

GARRISON, D. R., ANDERSON, T., & ARCHER, W. **The first decade of the community of inquiry framework: A retrospective**. *The Internet and Higher Education*, 2010

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOÃO, Renato Bastos. Edgar Morin e Wilhelm Reich: uma concepção de ser humano para a formação de professores. **Revista Pedagógica UNB** - ano 3 – número 6 – Especial sobre formação de professores, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, [1997] 1999.

LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Person Education do Brasil, 2009.

LITWIN, Edith. **Educação a Distância: temas para debate de uma nova agenda educativa**. Fátima Murad (Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2001. 110p.

LITWIN, Edith. **Tecnologia Educacional-Política, histórias e propostas**. Ernani Rosa (Trad.) Porto Alegre: Artmed, 1997. 191p.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (organizadores). **Navegando pela história da Educação Brasileira**. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

MEIRIEU, P. **O cotidiano da escola e da sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MEIRIEU, P. **A Pedagogia entre o Dizer e o Fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MEIRIEU, P. **Aprender sim, ...,mas como?** Porto Alegre: Artmed, 1998

MELO, A. M. Acessibilidade em EaD mediada pela Web: um convite à ação. In: MACIEL, Cristiano (Org.). **Educação a Distância: Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Educação a Distância: Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Cuiabá: EdUFMT, 2012. (no prelo).

MELO, A. M.; PUPO, D. T. **A Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar: livro acessível e informática acessível**. Brasília: MEC/SEESP, 2010. 45 p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa, Dom Quixote. 1995.

NUNES, Ivônio Barros. Pequena introdução à Educação a Distância. **Educação a Distância**. nº 1, junho/92, Brasília: INED.

PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PLATÃO. **A República**. 6ª ed. São Paulo: Atena, 1956.

POZO, J.I. **A solução de problemas**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PRETTI, Orestes. **Educação a distância: construindo significados**. Cuiabá: NEAD/IE, UFMT, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação, Departamento de Planejamento. **Censo Escolas da Educação Básica – 2015**. Porto Alegre, 2016, p.29. Disponível em: <http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_2015.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2017.

SOUZA, Maria de Fátima Guerra Souza; NUNES, Ivônio Barros. **Módulo Integrado II – FEAD – Módulos I e II**. Programa Formação de Formadores SESI, UNB/FE e UNESCO, Brasília, 2000. 132p.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. UAB. **Modelo de polo de apoio presencial**

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Elementos do Projeto Político- Pedagógico de Curso**. 2011. Disponível em:

<<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/files/2012/01/Elementos-PPC-Gradua%C3%A7%C3%A3o-.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Instrução normativa nº 02/09**, de 05 de março de 2009. Estabelece normas básicas de graduação da UNIPAMPA bem como trata do controle e do registro de suas atividades acadêmicas. Disponível em: <[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Eu/Meus%20documentos/Downloads/Instrucao Normativa 02 2009.pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Eu/Meus%20documentos/Downloads/Instrucao%20Normativa%2002%202009.pdf)>. Acesso em: 1º jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto Pedagógico das licenciaturas da UNIPAMPA**. Aprovado no CONSUNI em novembro de 2011. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/files/2012/01/Dcto-Diretrizes-PPC-Licenciatura.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Disponível em:

<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf>. Acesso em: 1º out. 2017.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010**. Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <http://porteiros.unipampa.edu.br/jaguarao/images/docs/conselho/resolucoes/res.-5_2010-regimento-geral.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011**. Aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em:

<<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/coordeg/files/2011/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-29-2011-Normas-B%C3%A1sicas-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 1.750, de 28 de novembro de 2011**. Proposição de comissão Especial *multicampi*. Boletim de Serviço UNIPAMPA, Ano IV, nº 114, novembro 2011, página 80. Disponível em:

<[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Eu/Meus%20documentos/Downloads/Boletim de Servico114.pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Eu/Meus%20documentos/Downloads/Boletim%20de%20Servico114.pdf)>. Acesso em: 1º jun. 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 3ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WERTHEIN, Jorge Fundamentos da nova educação/Jorge Wertheim e Célio do Cunha. – Brasília : UNESCO, 2000.84p. – (Cadernos UNESCO. Série educação; 5).1. Educação I. Cunha, Célio da II. UNESCO III. Título IV.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Instrução normativa de estágio obrigatório
INSTRUÇÃO NORMATIVA DE ESTÁGIOS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º – Os estágios supervisionados do Curso de Licenciatura em Letras - Português, modalidade a distância, da Universidade Federal do Pampa, tem por base a legislação em vigor, em especial a Lei nº 11.788/2008, a qual estabelece as normas para realização de estágios de estudantes; Resolução CONSUNI nº 329/2021, que dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os estágios realizados no âmbito desta Instituição; Resolução CNE/CP nº 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a Formação Continuada, aponta as orientações para a realização de estágio supervisionado no curso de Letras - Português, Licenciatura, na modalidade a distância.

Art. 2º - Para os fins do disposto neste Regulamento, os estágios abrangem o ato educativo supervisionado e desenvolvido no ambiente escolar, previsto no Projeto Pedagógico do Curso como parte complementar do percurso formativo do discente de Letras - Português, Licenciatura, na modalidade a distância.

Art. 3º - O estágio é atividade que, orientada por docente e sob supervisão profissional, é acompanhado pela Unipampa em que se aplicam as seguintes definições:

I – **Unidade concedente:** organização formalmente constituída na qual o discente realiza o estágio;

II – **Supervisor:** funcionário da unidade concedente, responsável por acompanhar o estagiário nas suas atividades de estágio;

III – **Instituição de ensino:** a Unipampa, quando o estagiário tiver vínculo acadêmico;

IV – **Coordenador de Estágio ou regente do componente curricular:** docente em exercício na Unipampa, vinculado ao curso de Letras – Português, modalidade a distância, que atua como referência no estágio;

V – **Orientador:** docente em exercício na Unipampa, vinculado ao curso de Letras – Português, modalidade a distância, que orienta as atividades do discente durante o período de estágio;

VI – **Agente Intermediador:** instituição pública ou privada, responsável por fazer a intermediação entre discentes, universidade e concedentes de estágio.

Art. 4º - O estágio objetiva a contextualização curricular, o aprendizado técnico e o desenvolvimento de competências próprias à formação acadêmico-profissional do

Licenciando em Letras – Português, visando o seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

CAPÍTULO II – CLASSIFICAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 5º - Os estágios classificam-se em:

I - **Obrigatórios:** constituem componentes curriculares integrantes da matriz curricular do Curso de Letras - Português, modalidade a distância, cuja carga horária será requisito para aprovação e obtenção do diploma. Possui regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da Unipampa, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais;

II - **Não obrigatórios:** constitui atividade de caráter opcional, complementar à formação acadêmico-profissional, podendo ser ou não aproveitado como parte da integralização curricular.

Art. 6º É de responsabilidade da Unipampa assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes.

Art. 7º - Os estágios do Curso de Letras - Português, modalidade a distância, serão realizados em escolas do Ensino Fundamental e Médio, públicas ou privadas. O corpo discente contará com as orientações do Coordenador de Estágio ou Regente do componente curricular de Estágio, dos Orientadores de Estágio, dos Supervisores de Estágio, dos Tutores Presenciais e Interfaces.

CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS

Art. 8º - O estágio no curso de Licenciatura em Letras - Português, modalidade a distância, tem por objetivo contribuir para formar educadores para atuar na Educação Básica, a fim de que possam integrar os conhecimentos teóricos à prática educativa, através da partilha didática dos conhecimentos construídos nos diversos componentes curriculares do curso, além de favorecer a pesquisa da prática pedagógica, fundamental para o desenvolvimento do estágio.

Art. 9º - Para a consecução dos objetivos, o Estágio deve propiciar ao discente:

I - Espaço e tempo para a vivência de situações reais da vida profissional que lhe oportunizem, a integração dos conhecimentos teórico-práticos, aliados à experiência pessoal pelo processo contínuo de ação-reflexão-ação;

II - Uma visão global das instituições, públicas ou privadas, como complemento de sua formação;

III- A oportunidade de repensar criticamente posições teóricas quanto à prática profissional em sua relação com a sociedade;

IV- A competência de desenvolvimento do espírito investigativo, projetando diferentes propostas, estratégias didáticas, métodos, técnicas e avaliações adequadas à atuação profissional e ao meio social no qual atua.

CAPÍTULO IV - DAS CONDIÇÕES E DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 10 - O discente deverá iniciar a participação no estágio curricular obrigatório no período definido pelo Projeto Pedagógico do Curso e apresentado em sua matriz curricular.

Art. 11 - Definida no Projeto Pedagógico do Curso, conforme o que estabelece a legislação vigente, a carga horária do estágio obrigatório abrange 405 horas, assim distribuídas:

I – O Estágio no Ensino Fundamental contempla 195h, assim divididas:

1. orientação – 60h;
2. planejamento – 25h;
3. observação – 15h;
4. regência – 15h;
5. elaboração de relatório e preparação para a mostra – 50h;
6. socialização (roda de conversa em ambiente presencial ou virtual) – 15h;
7. mostra de estágios – 15h.

II – O Estágio no Ensino Médio contempla 210h, assim divididas:

1. orientação – 60h;
2. planejamento – 30h;
3. observação – 20h;
4. regência – 20h;
5. elaboração de relatório e preparação para a mostra – 50h;
6. socialização (roda de conversa em ambiente presencial ou virtual) – 15h;
7. mostra de estágios – 15h.

Art. 12 – Para iniciar as atividades dos estágios curriculares obrigatórios, o discente deverá:

I - proceder à sua matrícula nos componentes curriculares de estágio, no período determinado pelo calendário acadêmico da Unipampa;

II – ter integralizado os pré-requisitos do componente curricular obrigatório de Estágio definidos pelo Projeto Pedagógico do Curso.

Parágrafo único. A matrícula em componente curricular obrigatório de Estágio pode ser realizada em fluxo contínuo, desde que autorizada pela Comissão de Curso.

Art. 13 – Para a realização dos estágios curriculares obrigatórios, é necessária a celebração do

Termo de Compromisso de Estágio (TCE), sendo o convênio facultado conforme a Lei 11.788/20080.

§ 1º O convênio será realizado somente nos casos em que for exigido pela parte concedente.

Art. 14 – O modelo do Termo de Compromisso de Estágio (TCE) será disponibilizado pela Pró-Reitoria de Graduação. Caso for da parte concedente, precisa ser aprovado pela Procuradoria Federal junto à Unipampa.

CAPÍTULO V - DAS CONDIÇÕES E DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 15 – Para a realização dos estágios não obrigatórios, é necessária a celebração do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), sendo o convênio facultado conforme a Lei 11.788/20080.

§ 1º O convênio será realizado somente nos casos em que for exigido pela parte concedente.

Art. 16 – O modelo do Termo de Compromisso de Estágio (TCE) será disponibilizado pela Pró-Reitoria de Graduação. Caso for da parte concedente, precisa ser aprovado pela Procuradoria Federal junto à Unipampa.

CAPÍTULO VI – DAS RESTRIÇÕES E DOS BENEFÍCIOS

Art. 17 – A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a universidade, a parte concedente e o estagiário, devendo constar no Termo de Compromisso de Estágio (TCE), ser compatível com as atividades acadêmicas e não ultrapassar as horas apresentadas na Resolução do CONSUNI/Unipampa 329/2021, Art. 14, incisos I e II.

Parágrafo único. Prevê-se uma carga horária semanal do estagiário com ou sem deficiência de 4 (quatro) horas diárias com intervalo mínimo de 15 (quinze) minutos e 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º A carga horária semanal do estagiário deve obrigatoriamente ser reduzida durante os períodos de verificações de aprendizagem periódicas ou finais.

§ 2º É permitido ao discente realizar mais de um estágio em paralelo, desde que a carga horária máxima não seja ultrapassada.

Art. 18 – A realização das atividades de Estágio não deve sobrepor-se a de sala de aula, assim, sendo compatível o horário escolar e o horário de funcionamento da unidade concedente na qual ocorre.

Art. 19 – A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de discente com deficiência.

Art. 20 – Os Termos de Compromisso de Estágios não obrigatórios poderão ter duração de até 1 (um) ano, podendo ser renovados por igual período, mediante entrega do relatório final com a aprovação do orientador, obedecendo ao período máximo.

Parágrafo único. Após o período de matrícula de cada início de semestre, os Interfaces de Estágio deverão verificar a lista dos discentes em estágio não obrigatório, para conferir se estes seguem atendendo a todos os requisitos previstos na resolução do CONSUNI/Unipampa 329/2021.

Art. 21 – É assegurado ao discente, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias a ser gozado, preferencialmente, durante o recesso acadêmico.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deve ser remunerado quando o estagiário receber bolsa

ou outra forma de contraprestação.

§ 2 Os dias de recesso previstos no caput deste artigo são concedidos proporcionalmente, no caso do Estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 22. Aplica-se ao discente estagiário a legislação relacionada à saúde e à segurança no trabalho, sendo sua efetivação de responsabilidade da Unidade Concedente do Estágio.

Art. 23. É obrigatória a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como de auxílio-transporte (quando houver comprovação da necessidade de deslocamento) no caso de estagio não obrigatório.

Parágrafo unico. A responsabilidade pela contraprestação estabelecida no caput do artigo é da Unidade Concedente de estágio, salvo acordo prévio entre as partes.

Art. 24. A Unidade Concedente do Estágio, durante o período de realização deste, responsabiliza-se pela contratação de seguro contra acidentes pessoais para o discente estagiário, arcando com todos os procedimentos e custos necessários.

Paragrafo único. No caso de Estágio Obrigatório, a responsabilidade da contratação de seguro pode, alternativamente, ser assumida pela UNIPAMPA.

Art. 25. A realização de estágio nao acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza, conforme estabelecido na legislação vigente.

CAPÍTULO VII – DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 26 – Atuam na efetivação do processo de estágios:

I - Pró-Reitoria de Graduação;

II – Divisão de Estágios vinculada à PROGRAD;

III - Coordenação Acadêmica;

IV - Coordenação de Curso;

V - Coordenação de Estágio ou Regente do Componente Curricular de Estágio;

VI - Orientadores de Estágio;

VII - Interface de Estágios;

VIII - Unidade Concedente de Estágio;

IX - Supervisor de Estágio;

X - Acadêmico Estagiário.

§ 1º As atribuições das competências previstas nos incisos I a IV estão na resolução do CONSUNI/Unipampa, 329/2021.

§ 2º O curso de Letras – Português, modalidade a distância, para a sua efetivação no processo de estágios, conta também com tutores presenciais e interfaces de polos.

CAPÍTULO VIII – DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO OU REGENTE DO COMPONENTE CURRICULAR DE ESTÁGIO

Art. 27 – São atribuições do Coordenador de Estágio ou do regente do componente

curricular de estágio (obrigatório e não obrigatório):

- I - localizar unidades concedentes e solicitar concessão do estágio, intermediando e acompanhando a elaboração, assinatura e registro de todos os documentos envolvidos na sua efetivação;
 - II - prospectar e divulgar ofertas de estágios;
 - III - estabelecer contato com os orientadores, para acompanhamento da execução dos Termos de Compromisso de Estágio;
 - IV - coordenar o desenvolvimento dos estágios por meio de permanente contato com os professores orientadores;
 - V - definir, em conjunto com o Coordenador de Curso e o Coordenador Acadêmico, o professor orientador responsável pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades do estagiário, se esse não for escolhido pelo estagiário e/ou não tenha conseguido um professor que aceite orientá-lo;
 - VI - encaminhar carta de apresentação do discente à unidade concedente de estágio, quando necessário;
 - VII - informar as unidades concedentes as datas de realização de avaliações acadêmicas, sempre que solicitado;
 - VIII - manter contato com o Supervisor de Estágio quando do impedimento do professor orientador;
 - IX - coordenar o processo de avaliação do estágio, recebendo os relatórios nas datas previamente acertadas e dando continuidade ao processo de avaliação do estágio, de acordo com o regulamento aprovado pela Comissão de Curso e com o PPC ou regulamentação específica;
 - X - registrar no sistema acadêmico os estágios executados no Campus de acordo com as orientações da Pró-Reitoria de Graduação;
 - XI - receber e verificar os documentos referentes aos estágios enviados pelos orientadores e, ao final de cada semestre, encaminhar ao Interface de Estágios para digitalização e inserção no processo do SEI;
 - XII - efetuar o desligamento dos discentes estagiários, seja por expiração ou dissolução do Termo de Compromisso de Estágio, de Termo de Renovação de Estágio ou descumprimento do TCE firmado entre as partes;
 - XIII - orientar o discente a outro campo de estágio e notificar a parte concedente, se identificada alguma irregularidade prevista em lei;
 - XIV - deliberar sobre assuntos referentes ao estágio junto à Coordenação do Curso;
 - XV - prestar informações à Reitoria, à PROGRAD, à Direção do Campus ou à Coordenação de Curso, sobre quaisquer dados referentes aos estágios, sempre que solicitados;
- Indicar no TCE um docente suplente, para casos de afastamento ou férias do docente orientador, durante o período de realização do estágio, se esse não for escolhido pelo

estagiário.

CAPÍTULO IX – DAS ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 28 – São atribuições do Orientador de Estágio, bem como ao orientador de apoio do curso de Licenciatura em Letras – Português, modalidade a distância:

I - assegurar-se, de forma presencial ou virtual, das adequações da parte concedente do estágio, física, cultural e profissional para formação do educando, garantindo condições de acessibilidade para o estagiário com deficiência, e supervisor com formação conforme previsto no PPC;

II - acompanhar e apoiar tecnicamente, de forma sistemática, o estagiário nas atividades previstas no Termo de Compromisso de Estágio, seus aditivos e no Plano de Atividades;

III - acompanhar e orientar a realização do estágio como atividade de ensino que visa à formação profissional do discente em acordo com o PPC e esta regulamentação específica do curso de Letras – Português, modalidade a distância;

IV - analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos com entrega prevista no Plano de Ensino, recebidos do discente e da parte concedente o controle de frequência, relatórios e outros documentos com entrega prevista no Plano de Ensino;

V - avaliar o desempenho do estagiário com base nos critérios estipulados no Plano de Ensino;

VI - encaminhar ao Coordenador de Estágio ou ao regente do componente os documentos exigidos, nas datas acordadas, para registro de notas no sistema;

VII - encaminhar os resultados das avaliações dos estagiários sob sua orientação à coordenação de estágio, quando esta for responsável pelo componente curricular no sistema acadêmico, respeitando o cronograma determinado;

VIII - comunicar ao Coordenador de Estágios a falta de entrega de documentação prevista ou a o não atendimento às solicitações do orientador por parte do estagiário;

XV - participar das reuniões convocadas pela coordenação de estágios;

X - prestar informações sobre os seus orientandos à Coordenação de Estágios, sempre que solicitado;

XI - orientar para o uso adequado dos equipamentos da área de estágio supervisionada, bem como para o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), sempre que houver necessidade.

CAPÍTULO X – DAS ATRIBUIÇÕES DO INTERFACE DE ESTÁGIO

Art. 29 – São atribuições do Interface de Estágio:

I - abrir processo no SEI e, com base nas informações encaminhadas pelo discente,

verificar dados e inserir no Termo de Compromisso de Estágio, disponibilizando-o para assinatura do discente, do orientador e da parte concedente;

II - quando houver necessidade de convênio, abrir processo no SEI e encaminhar ao Setor de Estágios vinculado à PROGRAD, a documentação para a elaboração do Convênio de Estágio e aprovação do curso quanto à regularidade da parte concedente como campo de estágio;

III - receber do Coordenador de Estágio os documentos referentes aos Estágios e instruir o processo do TCE no SEI;

IV - receber, do estagiário ou da parte concedente, o boletim de frequência para inserção no SEI e comunicar ao orientador em caso de infrequência;

V - acompanhar Termos de Compromisso de Estágio próximos do fim da vigência, para eventual renovação;

VI - informar à Unidade Concedente sempre que um discente for oficialmente desligado de estágio.

CAPÍTULO XI – DAS ATRIBUIÇÕES DA UNIDADE CONCEDENTE

Art. 30. São atribuições da Unidade Concedente de estágio:

I - assinar termo de compromisso com a UNIPAMPA, zelando por seu cumprimento;

II - indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional

na área de conhecimento em Letras - Português para supervisionar o estagiário;

III - informar à UNIPAMPA, sempre que solicitado, dados sobre o andamento do estágio ou irregularidades que justifiquem intervenção ou encerramento do estágio;

IV - assegurar as condições de segurança do trabalho necessárias às atividades do estagiário;

V - assegurar ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante o recesso acadêmico, devendo este ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação. Os dias de recesso previstos neste item serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

§ 1 A assinatura do Termo de Compromisso de Estágio por todas as partes é condição necessária para que o estágio tenha início;

§ 2 Quaisquer atividades executadas pelo estagiário fora da validade de quaisquer Termos de Compromisso de Estágio não estarão cobertas pela Lei n 11.788/2008 e poderão ser consideradas vínculo empregatício.

CAPÍTULO XII – DAS ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Art. 31 – Compete ao Supervisor de Estágio:

- acompanhar o trabalho do estagiário, colaborando para o seu processo de formação técnica e profissional;
- apoiar tecnicamente o estagiário nas atividades previstas no Termo de Compromisso de Estágio ou em seus aditivos, assegurando que as atividades previstas estão sendo executadas;
- III - comunicar ao orientador do estagiário quaisquer alterações substanciais no Plano de Atividades que consta no Termo de Compromisso de Estágio ou em seus aditivos;
- IV - enviar ao Interface de Estágio o boletim de frequência mensal;
- V - comunicar ao orientador do estagiário ou ao Coordenador de Estágios do curso que o estagiário possui vínculo, sempre que solicitado, dados sobre o andamento do estágio;
- VI - comunicar ao orientador do estagiário ou ao Coordenador de Estágios do Curso que o estagiário possui vínculo, situações ou irregularidades que justifiquem intervenção ou encerramento do estágio.

CAPÍTULO XIII – DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 32 – São atribuições do estagiário:

- I - elaborar o Plano de Atividades e encaminhar junto à aprovação do orientador a documentação ao Interface de Estágios para dar início aos trâmites exigidos para a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio ou de seus aditivos;
- II - cumprir o Termo de Compromisso de Estágio, bem como os procedimentos e prazos relacionados ao Estágio;
- III - exercer as atividades de estágio com zelo, disciplina, responsabilidade, pontualidade e assiduidade;
- IV - elaborar e entregar ao orientador de estágio os relatórios exigidos, na forma, prazo e padrões estabelecidos;
- V - comunicar ao orientador sempre que houver alguma dificuldade de ordem técnica ou pessoal que esteja impedindo o cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio;
- VI - responder aos questionamentos do orientador com relação ao estágio, sempre que solicitado;
- VII - estar ciente de que, caso seja comprovada qualquer irregularidade, fraude ou falsificação, o estágio será cancelado, sem prejuízo de medidas legais cabíveis;
- VIII - conhecer e cumprir as normas internas da Unidade Concedente;
- IX - responder pelo ressarcimento de danos causados por ato doloso ou culposos a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade Concedente durante o cumprimento do estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;
- X - informar ao orientador quando houver realização de atividades fora do prazo estipulado no TCE e seu aditivo.

CAPÍTULO XIV – DAS ATRIBUIÇÕES DO TUTOR OU INTERFACE PRESENCIAIS DE POLO

Art. 33 – São atribuições do tutor ou interface presencial de polo:

I - Auxiliar na formalização de convênios de estágios com a parte Concedente, no que se refere aos trâmites envolvendo documentação relativa ao estágio, se necessário.

II - Acompanhar o planejamento e desenvolvimento do estágio e as reuniões de videoconferência, de acordo com o definido pelo professor-orientador de estágio ou coordenador de estágio e/ou regente do componente curricular de estágio;

III - Encaminhar ocorrências e questionamentos recebidos ao Coordenador de Estágio, e/ou ao regente do componente curricular de estágio, e/ou ao Supervisor de Estágio, para que as informações sejam repassadas à Coordenação do Curso de Letras – Português, modalidade a distância.

CAPÍTULO XV - DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 34 - A organização didática do estágio curricular obrigatório está estruturada e distribuída em nove etapas distintas:

1ª Etapa: Organização e preenchimento da documentação;

2ª Etapa: Observação do contexto de sala de aula (ida às escolas para a realização das observações);

3ª Etapa: Leituras orientadas (Plataforma Moodle) sobre a temática ensino e aprendizagem de língua portuguesa e literatura no contexto escolar;

4ª Etapa: Elaboração de planos de aula, atividades e avaliações (atividades síncronas e assíncronas por meio das ferramentas disponíveis na Plataforma Moodle);

5ª Etapa: Socialização das atividades e planos de aula (atividades síncronas e assíncronas por meio das ferramentas disponíveis na Plataforma Moodle);

6ª Etapa: Início das práticas de estágio – Primeiro contato (discussões via plataforma Moodle de caráter teórico-metodológico sobre as práticas);

7ª Etapa: O “estar” em sala de aula – Ações e desafios (discussões via plataforma Moodle de caráter teórico-metodológico sobre as práticas). Nessa etapa, o supervisor deverá preferencialmente assistir a uma aula presencialmente ou virtualmente;

8ª Etapa: Finalização do estágio (socializações e reflexões dos estagiários sobre as práticas realizadas);

9ª Etapa: Escrita do relatório de estágio.

CAPÍTULO XVI - DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 35 – Os Relatórios de Estágio devem ser escritos conforme as normas para

elaboração de trabalhos acadêmicos estabelecidos pela UNIPAMPA.

Art. 36 – A avaliação do desempenho do estagiário será realizada de forma contínua e sistemática, contendo aspectos qualitativos e quantitativos durante o desenvolvimento de todo o Estágio Curricular obrigatório, envolvendo a análise dos aspectos técnicos, sociais e humanísticos da profissão.

Parágrafo único. Para fins de integralização do componente curricular Estágio Obrigatório, o estudante deverá:

- I - Cumprir a carga horária prevista no campo de Estágio;
- II - Comparecer às reuniões de orientação de Estágio;
- III - Realizar as atividades exigidas nos componentes curriculares de Estágio;
- IV - Entregar os relatórios referentes ao Estágio no período determinado pelo Orientador de Estágio;
- V - Organizar os trâmites para assinatura e formalização do Termo de Compromisso do Estágio.

Art. 37. O acompanhamento do estágio, obrigatório ou não obrigatório, será efetivado por meio dos seguintes instrumentos:

- I - Boletim de frequência do estagiário na Unidade Concedente, com horários diários cumpridos, enviado pelo Supervisor ou orientador ao Interface de Estágios;
- II - Relatório de Avaliação do desempenho do estagiário pelo supervisor;
- III - Relatório Final.

Art. 38. Quanto ao resultado da avaliação dos estágios:

- I - os estágios não obrigatórios poderão ser aproveitados como Atividades Complementares de Graduação (ACGs), observando os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico da Unipampa;
- II - a avaliação dos Estágios obrigatórios será registrada no sistema pelo docente responsável pelo componente curricular.

CAPÍTULO XVII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39 – A matrícula do estudante nos componentes curriculares de Estágio independe de estabelecimento prévio do Termo de Compromisso de Estágio com a parte concedente de Estágio.

Art. 40 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos em primeira instância pela Coordenação de estágio, ou pelo regente do componente curricular de estágio ou pela Comissão do Curso de Letras - Português, modalidade a distância, da Universidade Federal do Pampa, em consonância com o PPC.

Art. 41 - Este Regulamento entra em vigor a partir da sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Letras – Português, modalidade a distância.

APÊNDICE B - Instrução normativa de TCC
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Sumário

TÍTULO I	201
Dos propósitos dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II).....	201
TÍTULO II	201
Das atribuições do Coordenador de TCC	201
TÍTULO III	202
Das atribuições dos professores orientadores	202
TÍTULO IV	204
Das atribuições dos orientandos	204
TÍTULO V	205
Da avaliação de TCC I.....	205
TÍTULO VI	205
Da avaliação de TCC II.....	205
TÍTULO VII	207
Disposições finais	207

TÍTULO I

Dos propósitos dos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)

Art. 1º O presente Regulamento foi elaborado com a finalidade de normatizar as atividades relacionadas com a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Este será constituído pelos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I (elaboração do Projeto de TCC) e Trabalho de Conclusão de Curso II (escrita do TCC), inerente à elaboração de um trabalho de conclusão de curso, sob forma de artigo científico ou monografia, redigido em português, como pré-requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Letras – Português na modalidade a distância.

Art. 2º O TCC consiste em pesquisa orientada, individual, com temas relevantes para a formação do licenciado em Licenciatura em Letras – Português EaD, com base nas linhas de pesquisa definidas pelo corpo docente e nos princípios balizadores do Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso I se destina à elaboração de um projeto de pesquisa, o qual deverá ser avaliado pelo professor orientador do componente a partir de um instrumento específico para tal. Além disso, há uma apresentação oral do projeto, realizada em um evento aberto à comunidade, com o objetivo de socializar os projetos realizados, e de oportunizar contribuições do público presente, visando a qualificação das pesquisas.

Art. 4º. O Trabalho de Conclusão de Curso II se destina ao desenvolvimento e à escrita da pesquisa em si, seja em formato de artigo científico seja em formato de monografia. O trabalho final, deverá passar por um processo de defesa pública, que será avaliado por uma banca de, pelo menos, três docentes (entre eles o orientador).

Parágrafo Único - De acordo com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº. 328, de 4 de novembro de 2021, é facultado ao discente surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em língua portuguesa, enquanto segunda língua, com inserção de “notas do(a) tradutor(a) de Língua Brasileira de Sinais”, bem como é facultado ao estudante surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Língua Brasileira de Sinais, no formato de vídeo.

TÍTULO II

Das atribuições do Coordenador de TCC

Art.4º A coordenação do TCC será exercida pelos professores responsáveis pelos componentes curriculares de TCC I e de TCC II, seguindo o Projeto Pedagógico do Curso. A ela compete:

I- Realizar reuniões quinzenais com os discentes para assessorá-los quanto à execução do cronograma do semestre, regras da ABNT, plágio, procedimentos em relação ao processo de

escrita acadêmica, entre outras demandas inerentes ao processo;

II - Organizar o cronograma do semestre e as normas e procedimentos a serem seguidos e informar os discentes e orientadores;

III - Consultar os professores atuantes no curso sobre as vagas disponíveis e temas de interesse, antes do início de cada semestre letivo;

IV- Elaborar a lista de possíveis orientadores de TCCs e torná-la pública nos canais pertinentes para divulgação em tempo hábil para o início do semestre;

V - Elaborar materiais de divulgação de Seminários de Apresentação de Projetos de TCC e de Bancas de Defesa de TCC. Nos materiais deve constar o nome dos alunos, seus respectivos orientadores, títulos dos trabalhos, membros da banca, dia, hora e local das apresentações e defesas;

VI - Determinar os prazos de entrega dos trabalhos para avaliação de orientadores (com ênfase no processo de escrita) e bancas (com ênfase no resultado da escrita), respeitando o calendário acadêmico;

VII - Recolher, junto ao professor orientador, os resultados de desempenho do aluno no TCC II, através de dois instrumentos específicos: a) avaliação do orientador (e coorientador, se for o caso); b) avaliação do(s) parecerista(s);

VIII- Recolher, junto aos estudantes e orientadores, as informações necessárias para a constituição das bancas, com vistas à elaboração dos processos específicos para cada aluno no sistema de gestão da Unipampa;

IX - Inserir no sistema os documentos necessários para a tramitação e comprovação de defesa, além de indicar aos professores orientadores que insiram os demais documentos de sua competência, em cada processo de defesa, além do envio após defesa, de toda a documentação requerida para o setor de biblioteca da instituição;

X - Zelar pelo cumprimento do cronograma estabelecido a cada semestre, contactando, sempre que necessário, os respectivos orientadores em caso de eventuais problemas e propondo alternativas de soluções;

XI- Tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias para o efetivo cumprimento deste Regulamento.

TÍTULO III

Das atribuições dos professores orientadores

Art. 5º A orientação do TCC será realizada pelos docentes do Curso de Licenciatura em Letras – Português EaD, , a partir da divulgação semestral de lista de orientadores disponíveis e seus temas de interesse.

Ao professor orientador compete:

I- Indicar com o aluno, o nome de, no mínimo, dois (2) membros que irão compor a banca examinadora, na ocasião da defesa do TCC;

- II - Convidar outro docente para ser coorientador do trabalho de orientação, caso se verifique a necessidade, dada as características da pesquisa ou do orientando;
- III- Disponibilizar ao coordenador de TCC as informações que lhes forem solicitadas, de acordo com o cronograma de cada semestre;
- IV- Orientar os discentes em horários e locais previamente estipulados;
- V- Atribuir e solicitar atividades inerentes ao TCC aos orientandos, periodicamente, de tal forma a garantir a realização dos trabalhos dentro do prazo previsto e com qualidade adequada;
- VI- Solicitar aos orientandos a entrega do TCC aos membros examinadores dentro do prazo estipulado pelo professor coordenador de TCC;
- VII- Avaliar o Projeto de TCC (TCC I), por meio dos critérios estabelecidos no instrumento de avaliação definido neste regulamento;
- VIII- Avaliar o TCC (trabalho escrito e oral) com os demais membros da banca examinadora, dentro dos critérios estabelecidos na ficha de parecer do avaliador de TCC e por meio dos critérios estabelecidos no instrumento de avaliação;
- IX- Comparecer em dia, hora e local determinado e divulgado, para a apresentação do projeto de TCC e defesa oral de TCC de seu(s) orientando(s);
- X- Responsabilizar-se pela confirmação das informações, à banca examinadora, de dia, hora e local da defesa de seus orientandos, bem como pelo envio dos trabalhos a cada examinador;
- XI- Após defesa oral de TCC, coordenar, junto ao(s) orientando(s), as devidas correções sugeridas pela banca examinadora em tempo pré-determinado pelo cronograma;
- XII- Deverá entregar ao coordenador do componente curricular o seu próprio instrumento de avaliação do projeto de TCC, bem como do(s) parecerista(s) designados para desempenhar o papel de avaliador(es);
- XIII- Acompanhar o cumprimento das alterações propostas pela banca examinadora nos prazos estabelecidos;
- XIV – Avaliar o Projeto de TCC e o TCC do aluno antes do encaminhamento aos membros da banca examinadora e, em não havendo qualidade acadêmica necessária em tempo hábil dentro do cronograma previsto para envio à banca examinadora, informar a decisão ao coordenador de TCC, por escrito, com ciência do orientando, conforme o cronograma estabelecido pelo coordenador de TCC. Tal decisão terá como implicação a reprovação do acadêmico no componente curricular em que está matriculado;
- XV - Inserir no sistema de gestão todos os documentos comprobatórios de defesa e documentos pós-defesa solicitados pelo setor de biblioteca, de acordo com as indicações do coordenador de TCC;
- XVI - Zelar pelo cumprimento do cronograma estabelecido pelo Coordenador de TCC e manter-se em contato com ele para tratar de questões relativas às apresentações de projeto de

TCC e defesas de TCC.

TÍTULO IV

Das atribuições dos orientandos

Art. 6º Os orientandos de TCC de cada semestre são todos os estudantes matriculados nos componentes curriculares de TCC I ou TCC II. São suas atribuições:

I - Comparecer a reuniões periódicas com o professor orientador e às reuniões agendadas pelo coordenador de TCC ao longo do semestre;

II - Apresentar, nos prazos estipulados, as atividades que lhe forem solicitadas no percurso do semestre, com vistas ao bom andamento e qualidade do trabalho;

III - Informar ao coordenador de TCC, até a segunda semana de aula do componente curricular, o nome do orientador escolhido para o projeto de TCC, desde que ele já tenha aceitado o convite para orientação;

IV - Entrar em contato, ao se matricular em TCC I, com o professor orientador escolhido, a partir da lista divulgada pelo coordenador de TCC, tendo em consideração o número de vagas ofertadas em cada semestre e os temas de interesse;

V - Solicitar auxílio ao coordenador de TCC para encontrar um orientador, caso tenha dificuldade nesta tarefa, em até duas semanas após o início do semestre;

VI - Elaborar seu projeto e desenvolver sua pesquisa de acordo com as disposições contidas neste regulamento e com as orientações do professor orientador e sugestões do professor do componente curricular de TCC;

VII - Cumprir o cronograma de atividades divulgado pelo coordenador de TCC;

VIII - Comparecer no dia, hora e local determinado para a apresentação da defesa do TCC;

IX - Atender às observações e sugestões da banca examinadora, no prazo estabelecido, para a melhoria da versão definitiva do TCC;

X - Apresentar seu projeto de TCC, em prazo acordado, em um seminário aberto à comunidade, junto aos demais estudantes matriculados em TCC I;

XI - Responsabilizar-se pela autoria da pesquisa realizada, evitando quaisquer procedimentos de plágio acadêmico e exercendo com ética o manejo de dados e quaisquer outras informações contidas no TCC;

XII - Assinar, quando solicitado, os documentos indicados pelo coordenador de TCC ou pelo orientador, a fim de encaminhá-los ao setor da biblioteca da universidade;

XIII - Responder cordialmente as perguntas efetuadas no Seminário de Apresentação de Projetos de TCC, pela comunidade e, na Defesa de TCC, pela banca examinadora;

XIV - Zelar pela integridade dos processos acadêmicos relacionados à execução do TCC, informando ao Coordenador de TCC quaisquer problemas com possíveis atrasos ou demais dificuldades encontradas.

TÍTULO V

Da avaliação de TCC I

Art.7º A avaliação do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I será compartilhada entre o orientador de TCC e o coordenador do componente;

Art.8º Os critérios adotados para a avaliação são os da tabela a seguir:

Critérios	Nota
Comparecimento e participação produtiva nos encontros de orientação	2,0
Atendimento aos prazos combinados	2,0
Redação do trabalho acadêmico de acordo com as normas de elaboração de trabalhos acadêmicos da Unipampa ²⁷	3,0
Apresentação oral do projeto no Seminário de Apresentação Projetos de TCC à comunidade	2,0
Total	10,0

Art. 9º Os critérios para a avaliação de projeto de TCC 1 são apresentados a seguir.

	Critérios	Atendimento
1.	A escolha do tema é relevante, e há material de consulta acessível/disponível sobre ele?	
2.	Os objetivos (geral e específicos, quando houver) são concretos, avaliáveis e realizáveis?	
3.	Os objetivos são redigidos com linguagem clara e adequada?	
4.	A justificativa contextualiza o tema, mostrando a relevância social em realizar pesquisas científicas sobre ele?	
5.	A metodologia de coleta das informações se alinha aos objetivos propostos?	
6.	E a metodologia de análise das informações, se alinha aos objetivos propostos?	
7.	O referencial teórico/revisão de literatura é coerente, pertinente, atual e contempla as diversas dimensões de abordagem do tema?	
8.	O cronograma proposto é factível nos prazos designados?	
9.	O projeto de pesquisa está redigido adequadamente (linguagem acadêmica, coesão, coerência, acurácia linguística, adequação ao gênero textual, de acordo com as normas acadêmicas no atendimento de todas as partes mínimas de um projeto)?	
10	Atribua uma nota de zero a dez para o projeto avaliado, com base nos apontamentos realizados anteriormente (caso julgar pertinente, justifique a pontuação atribuída):	

Art. 10 O orientador de TCC 1 deverá entregar, por meio informado pelo Coordenador de TCC 1, nos prazos estipulados, o seu próprio parecer assinado;

Art. 11 A nota final de TCC 1 será constituída pela média aritmética da nota atribuída pelo orientador e pelo coordenador do componente.

TÍTULO VI

Da avaliação de TCC II

²⁷ Disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/normalizacao/> acessado em 15/07/2022.

Art. 12 O TCC II será defendido pelo aluno frente a uma banca examinadora, composta pelo professor orientador, que a preside, pelo professor coorientador (caso haja) e por outros dois (2) membros, no mínimo, indicados para a constituição de banca examinadora de TCC, com qualificação adequada para o julgamento do trabalho.

Art. 13 De forma colegiada, os membros da banca deliberam, em reunião privada, a nota final do trabalho, com base nos seguintes critérios:

Avaliação do Trabalho Escrito

Crítérios	Valor Máximo	Nota Atribuída
Articulação e coerência entre as definições dos conceitos principais que perpassam o tema, e os objetivos da pesquisa	2,0	
Redação adequada da justificativa do estudo, contextualizando o tema e mostrando a sua relevância social	2,0	
Adequação na articulação e coerência entre os objetivos e as metodologias propostas	1,0	
Argumentação consistente e adequada para as análises das informações coletadas	2,0	
Redação das conclusões retomando os objetivos do estudo, descrevendo se e como foram atendidos	2,0	
Adequação ao gênero textual escolhido (monografia ou artigo) e às normas para elaboração de trabalhos acadêmicos da Unipampa	1,0	
Total desta parte	10,0	

Avaliação da Defesa

Crítérios	Valor	Nota
Elaboração adequada dos slides e uso adequado dos recursos	3,0	
Organização, sequência lógica, objetividade na apresentação do trabalho	3,0	
Uso adequado do tempo destinado	2,0	
Atendimento aos questionamentos da banca	2,0	
Total	10,0	

Média das notas, considerando o trabalho escrito e a defesa oral

Trabalho escrito necessita correções: () Sim () Não

Apontamentos gerais das correções indicadas pela banca:

Art. 14 A planilha de pontuação atribuída pela banca examinadora será inserida na ata de defesa, a qual deverá ser redigida pelo professor presidente da banca (o orientador ou, no caso de sua impossibilidade, por um docente por ele designado) e assinada por todos os membros da banca;

Art. 15 A folha de aprovação do TCC também deverá ser assinada logo após a deliberação da nota, por todos os membros da banca examinadora e caberá ao orientador entregar esse

documento ao orientando, para anexá-lo à versão final do trabalho;

Art. 16 A média final atribuída ao discente deverá ser informada publicamente, juntamente com a leitura da ata de defesa, perante aqueles que estiverem presentes como ouvintes neste ato público;

Art. 17 Todos os documentos relativos à defesa deverão ser anexados ao processo SEI criado exclusivamente para esse fim e devem ser devidamente assinados por quem lhes compete, antes de encaminhá-los junto ao setor de bibliotecas.

TÍTULO VII

Disposições finais

Art. 18 Por iniciativa do orientador ou do discente, em caso de necessidade de troca de orientador no percurso do semestre, o coordenador de TCC deve mediar esse processo junto aos discentes, seus orientadores e/ou futuros orientadores, de forma a buscar garantir o cumprimento dos prazos do componente curricular e a conclusão do trabalho em tempo hábil.

Art. 19 Devido à natureza do componente curricular de TCC e ao conjunto de elementos qualitativos e processuais abarcados, não estão previstas atividades de recuperação semelhantes às tradicionalmente empregadas em outros componentes curriculares. Em caso de reprovação, o aluno poderá solicitar formalmente à Coordenação do Curso, mediante justificativa escrita e assinada, a revisão de nota, conforme as Normas Básicas de Graduação da Unipampa.

Art. 20 Casos omissos a este regulamento devem ser encaminhados à Coordenação de TCC e serão decididos em Comissão de Curso.

Apêndice C – Regimento do Núcleo Docente Estruturante

Sumário

CAPÍTULO I.....	209
DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	209
CAPÍTULO II	209
DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	209
CAPÍTULO III	210
DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	210
CAPÍTULO IV.....	211
DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	211
CAPÍTULO V.....	211
DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	211
CAPÍTULO VI.....	211
DAS REUNIÕES	211
CAPÍTULO VII.....	211
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	211

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
CURSO LICENCIATURA LETRAS PORTUGUÊS EaD

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º - Este documento rege as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação em Letras Português EaD da Universidade Federal do Pampa.

Art. 2º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o segmento de gestão acadêmica com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matérias de natureza acadêmica, responsável pela elaboração, implementação e atualização contínua do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação Letras Português EaD da Universidade Federal do Pampa.

Art. 3º - Este documento foi elaborado em conformidade com

- a) Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES);
- b) Resolução Nº 97, de 19 de março de 2015, da Universidade Federal do Pampa;
- c) Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e que instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- d) Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996).

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.4º - São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Letras Português EaD da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA:

- I. elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português EaD,
- II. propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria;
- III. conduzir os processos de reestruturação curricular, de modo que os componentes do curso estejam em coerência com as especificações inerentes a Base Nacional Comum Curricular e as da Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso;

- IV. promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pela legislação para os cursos de licenciaturas e o projeto pedagógico do Curso;
- V. identificar e sugerir estratégias de incentivo ao desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão, articuladas com demandas das licenciaturas, com as do mundo do trabalho, a realidade de inserção do curso, sintonizadas com as políticas das áreas da Língua Portuguesa, da Literatura e da Educação Digital;
- VI. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;
- VII. elaborar e propor projetos de combate à evasão e acompanhamento pedagógico dos discentes do Curso;
- VIII. realizar levantamento bibliográfico permanente sobre as leis e a políticas educacionais para a Educação a Distância no Brasil

Parágrafo único. As proposições do NDE são submetidas à apreciação e deliberação da Comissão do Curso de Letras Português EaD.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 5º O Núcleo Docente Estruturante é composto por um mínimo de 05 (cinco) docentes pertencentes ao corpo docente do Curso, atendidos os seguintes critérios:

- I. ser indicado pela Comissão de Curso;
- II. ter, ao menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu;
- III. ter, ao menos, 20% (vinte por cento) dos seus membros em regime de trabalho de tempo integral.

Parágrafo 1º O NDE será constituído por:

- I. Coordenador/a do Curso;
- II. Coordenador/a substituto/a do Curso;
- III. Um mínimo de mais 3 membros indicados pela Comissão de Curso, assegurando a representatividade de todas as áreas do curso (Língua Portuguesa, Literatura, Linguística, Educação Digital e Formação Pedagógica), sempre que for possível.

Parágrafo 2º O Núcleo Docente Estruturante deve ter um Presidente e um Secretário indicados pelos demais integrantes do NDE, para um mandato de 03 (três) anos, com a possibilidade de renovação.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.6º Compete ao Presidente do Núcleo:

- a) Convocar e presidir as reuniões;
- b) Representar o NDE junto aos órgãos acadêmicos e administrativos da UNIPAMPA;
- c) Encaminhar as propostas do NDE à Comissão de Curso;

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.7º. Compete ao Secretário do Núcleo:

- a) Redigir as atas das reuniões
- b) Auxiliar nas tarefas administrativas da Presidência
- c) Cooperar na organização das pautas e do mapeamento das demandas da Comissão de Curso.

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES

Art. 8º As reuniões podem acontecer via calendário prévio (reuniões ordinárias/ mensais) e possíveis reuniões extraordinárias, sempre que necessário.

- a) O NDE se reunirá quando convidado/convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 9º As decisões do NDE, a serem referendadas na Comissão do Curso, serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 10º. Após cada reunião o secretário ficara encarregado de lavrar a ata, que será debatida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo presidente e secretário e publicizada no site do curso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.11º O presente Regimento entra em vigor após aprovação pela Comissão do Curso de Graduação em Letras Português EaD da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.